

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA**

MARIA PAULA BORBA BUENO MOURA

**CORAÇÃO VALENTE! Personificação de resistência e luta pela
democracia: Dilma Roussef e as representações midiáticas da revista VEJA
durante o segundo mandato presidencial (2015 – 2016).**

PONTA GROSSA

2024

MARIA PAULA BORBA BUENO MOURA

**CORAÇÃO VALENTE! Personificação de resistência e luta pela
democracia: Dilma Roussef e as representações midiáticas da revista VEJA
durante o segundo mandato presidencial (2015 – 2016).**

Dissertação apresentada como
requisito parcial à obtenção do título
de Mestre em Ensino de História, No
Programa de Pós-Graduação em
Ensino de História, na Universidade
Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Prof^a Dr^a Georgiane
Garabely Heil Vázquez

PONTA GROSSA

2024

M929 Moura, Maria Paula Borba Bueno
Coração Valente! Personificação de resistência e luta pela democracia:
Dilma Roussef e as representações midiáticas da revista Veja durante o
segundo mandato presidencial (2015-2016) / Maria Paula Borba Bueno Moura.
Ponta Grossa, 2024.
210 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História - Área de
Concentração: Ensino de História), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Georgiane Garabely Heil Vázquez.

1. Ensino - História. 2. Revistas. 3. Gênero. 4. Política. 5. Dilma rousseff. I.
Vázquez, Georgiane Garabely Heil. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Ensino de História. III.T.

CDD: 907.2



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA



Universidade
Estadual de
Ponta Grossa

TERMO DE APROVAÇÃO

MARIA PAULA BORBA BUENO MOURA

**CORAÇÃO VALENTE! PERSONIFICAÇÃO DE RESISTÊNCIA E LUTA PELA
DEMOCRACIA: DILMA ROUSSEF E AS REPRESENTAÇÕES MIDIÁTICAS DA
REVISTA VEJA DURANTE O SEGUNDO MANDATO PRESIDENCIAL (2015 –
2016)**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ensino de História, no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ensino de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no dia 23 de setembro de 2024, pela seguinte banca examinadora:

Georgiane Garabely Heil Vázquez (UEPG- Orientadora)

Angela Ribeiro Ferreira (UEPG)

Rosângela Maria Silva Petuba (UEPG)

Ponta Grossa, 23 de setembro de 2024.

*Para minha grande fonte de vida, Professora Malvina,
que em cada aula de História, se tornou inspiração e
sonhou comigo cada página deste trabalho.*

AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui foi um caminho repleto de desafios, e cada passo foi marcado por superações que, muitas vezes, pareciam intransponíveis. Como mulher, mãe, professora e esposa, conciliar as múltiplas demandas da vida pessoal e profissional foi um exercício diário de equilíbrio e resiliência. Houveram momentos de cansaço e dúvidas, mas a crença inabalável na capacidade transformadora da educação me deu forças para continuar. Este trabalho não é apenas uma conquista acadêmica, mas uma prova de que, através do conhecimento, podemos não apenas nos reinventar, mas também inspirar mudanças profundas na sociedade.

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida, pela luz que nunca me deixou desviar e pela sabedoria de compreender que homens e mulheres foram criados para caminhar lado a lado. Que essa graça, que nos permite enxergar a equidade como base da dignidade humana, seja sempre o Norte que guia nossos passos. Que, em cada ação, eu possa contribuir para um mundo onde o respeito mútuo e a justiça social prevaleçam.

Ao meu amado João, minha âncora nas tempestades, meu alicerce em cada momento de dúvida. Sua paciência inesgotável, seu apoio silencioso e constante, e sua fé inabalável em mim me deram forças quando eu já me sentia enfraquecida. Você não apenas compartilhou este desafio, mas o tornou mais leve. Sem você, esta conquista seria impossível. Obrigada por ser o amor que me acompanha em todos os sonhos.

Às minhas filhas, Manuela e Cecília, dedico este trabalho com toda a esperança do meu coração. Que vocês cresçam sabendo que o poder de mudar o mundo está em suas mãos. Nunca permitam que as limitações impostas pela sociedade patriarcal diminuam suas asas. Sejam quem quiserem ser, e lutem sempre por seus espaços, com a certeza de que vocês são fortes, capazes e dignas de conquistar tudo o que desejarem.

À minha mãe, que foi mais do que uma professora de História — foi minha professora de vida. Seu exemplo de coragem e perseverança acendeu em mim o desejo de ir além. Com você, aprendi que conhecimento é a chave para a liberdade, e que a história não é apenas algo que estudamos, mas algo que vivemos e moldamos. Obrigada por ser meu maior exemplo de amor, luta e superação.

Por fim, à minha orientadora, que, nos momentos em que até eu já havia desistido, continuou acreditando em mim. Sua confiança foi o que me resgatou da descrença e me fez seguir em frente. Sua paciência, sabedoria e apoio me ensinaram que cada processo tem seu tempo, e que desistir nunca é uma opção. Sou profundamente grata por sua dedicação e por não ter soltado minha mão quando eu mais precisei.

RESUMO

A reconfiguração do ensino histórico e a participação das mulheres na esfera política do Brasil emergem como temas cruciais. Uma abordagem crítica se desenha ao analisar discursos de gênero presentes em periódicos nacionais, especialmente ao explorar o caso de Dilma Rousseff e o impeachment de 2016. O processo de reestruturação do ensino de história envolve a revisão de paradigmas tradicionais, visando incorporar narrativas mais inclusivas e representativas. Neste contexto, a intenção foi criar recursos educacionais destinados ao ensino de História, utilizando a abordagem analítica de gênero como base. Os objetivos específicos incluem a análise da participação das mulheres na esfera política e a investigação de como os discursos midiáticos podem ter contribuído para desencadear o golpe de 2016. A metodologia documental empregada consistirá na seleção de exemplares do periódico VEJA, focalizando os discursos midiáticos relacionados à participação feminina na política brasileira, durante o período de janeiro de 2015 a agosto de 2016. A elaboração visou uma abordagem alternativa da história do Brasil, fundamentada na perspectiva da categoria de gênero, com a utilização de autores base como Joana Pedro e Joan Scott. O resultado final, tanto nas análises teóricas quanto nas sugestões de temas e atividades didáticas, abordando mulheres e História, segue as diretrizes documentais previamente estabelecidas. Esse material não apenas complementa, mas também enriquece o conjunto de conhecimentos dos alunos pois visa uma abordagem alternativa da história política do Brasil, fundamentada na perspectiva da categoria de gênero.

Palavras-chave: Gênero. Ensino de História. Política. Revistas.

ABSTRACT

The reconfiguration of history education and the involvement of women in Brazil's political sphere have emerged as crucial topics. This study takes a critical approach to analyzing gender discourses in national periodicals, particularly through the lens of Dilma Rousseff's case and the 2016 impeachment. The restructuring of history education entails revising traditional paradigms to include more inclusive and representative narratives. Within this context, the aim was to create educational resources for teaching History, grounded in a gender-based analytical approach. The specific goals include analyzing women's participation in the political sphere and investigating how media discourses may have contributed to the 2016 coup. The documentary methodology involves selecting issues of VEJA magazine, focusing on media discourses concerning women's political participation in Brazil between January 2015 and August 2016. This study sought to provide an alternative perspective on Brazilian history, rooted in gender theory, with foundational contributions from authors like Joana Pedro and Joan Scott. The final output, which includes both theoretical analyses and suggestions for teaching themes and activities centered on women and History, adheres to previously established documentary guidelines. This material not only complements but also enriches students' understanding by offering an alternative view of Brazil's political history through a gender lens.

Keywords: Gender, History Education, Politics, Magazines.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 Primeira Capa Revista Veja.....	31
Figura 2 Primeira capa censurada Revista Veja.....	32
Figura 3 Capa sobre a Morte de Cazuza	34
Figura 4 Capa parcial: Jararaca.....	36
Figura 5 Imagem Dilma Coração Valente.....	79
Figura 6 Capa O poder e o saber	86
Figura 7 Capa Promessa/ Realidade	91
Figura 8 Capa Reação em Cadeia.	95
Figura 9 Capa Ela passou a faixa.....	98
Figura 10 Capa Por que caem os presidentes.	102
Figura 11 Infográfico comparativo entre Collor e Dilma	105
Figura 12 Capa A Lava-jato vai emergir	107
Figura 13 Capa Impeachment.....	111
Figura 14 Capa A Máquina de atraso de Dilma	114
Figura 15 Capa Saiu muito mais caro.....	117
Figura 16 Capa Dilma em Liquidação.....	119
Figura 17 Capa Fora do Baralho.....	123
Figura 18 Capa Tchau Querido Tchau Querida.....	126
Figura 19 Capa O fim do PT	129

LISTA DE SIGLAS

HPT	História do Tempo Presente
TICs	Tecnologia da Informação e Comunicação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNB	Universidade Nacional de Brasília
IPU	União Inter-parlamentar
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
PRF	Partido Republicano Feminino
FBPF	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
ORMPOLOP	Organização Revolucionária Marxista - Política Operária
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
OBAN	Operação Bandeirantes
DOI CODI	Centro de Operações de Defesa Interna
CNV	Comissão Nacional da Verdade
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PAC	Programa de aceleração de crescimento
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE; REPRESENTAÇÕES MIDIÁTICAS; DISCURSOS DE GÊNERO E O ENSINO DE HISTÓRIA	18
1.1 A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE	19
1.2 A IMPORTÂNCIA DAS REPRESENTAÇÕES MIDIÁTICAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA	22
1.2.1 Revistas Periódicas e o Ensino de História	25
1.2.2 A Revista VEJA	29
1.3 DISCURSO DE GÊNERO E O ENSINO DE HISTÓRIA	37
1.3.1 Estudo de Gênero e a Representatividade da Mulher na Política Brasileira	42
CAPÍTULO 2 LUGAR DE MULHER É NA POLÍTICA; DILMA CORAÇÃO VALENTE: TRAJETÓRIA POLÍTICA DA EX PRESIDENTA	49
2.1 BREVE HISTÓRICO DA MULHER NA POLÍTICA DA REPÚBLICA BRASILEIRA	49
2.1.1 Início Da República, A Luta Do Movimento Sufragista No Brasil. (1890 – 1932)	50
2.1.2 A Luta continua! As primeiras mulheres eleitas no Brasil. (1932 – 1964)	54
2.1.3 Anos De Chumbo, Anos De Luta! A Participação Política Feminina Durante A Ditadura Militar Brasileira. (1964 – 1985)	55
2.1.4 Redemocratização E Esperança! A Constituição Cidadã E A Vez Das Mulheres.	57
2.2 DILMA, CORAÇÃO VALENTE!	61
2.2.1 Dos Livros Para A Guerrilha. Início Da Trajetória Política De Dilma Rousseff	64
2.2.2 Democracia E Anistia! Os Primeiros Cargos Políticos Ocupados Por Rousseff	69
2.2.3 Dilma No Governo Lula	70
2.2.3.1 Uma chefe na Casa Civil!	72
2.2.4 A Guerrilheira Foi Eleita Presidenta!	74
2.2.5 O Começo Do Fim: Reeleição De Dilma	78
CAPÍTULO 3 O USO DE PERIÓDICOS PARA A CONSTRUÇÃO DO SABER HISTÓRICO; ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES MIDIÁTICAS VEICULADOS NO PERIÓDICO VEJA DO SEGUNDO MANDATO DE ROUSSEFF, SEPARAÇÃO POR EDIÇÃO	81
3.1 O USO DE PERIÓDICOS PARA A CONSTRUÇÃO DO SABER HISTÓRICO	81
3.2 ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES MIDIÁTICAS VEICULADOS NO PERIÓDICO VEJA, SEPARAÇÃO POR EDIÇÃO	84
3.2.1 Edição 2.407 – 7 De Janeiro De 2015. “O Poder E O Saber”	85
3.2.2 Edição 2.409 - 21 De Janeiro De 2015. “Promessa/ Realidade”	89
3.2.3 Edição 2.411 – 4 De Fevereiro De 2015. “Reação Em Cadeia”	93
3.2.4 Edição 2.445 – 7 De Outubro De 2015. “Ela Passou A Faixa”	96
3.2.5 Edição 2.447 – 14 De Outubro De 2015. “Por Que Caem Os Presidentes”	100
3.2.6 Edição 2.448 – 21 De Outubro De 2015. “A Lava-Jato Vai Emergir”	105
3.2.7 Edição 2.455 – 09 De Dezembro De 2015. “Impeachment”	109

3.2.8 Edição 2.456 – 16 De Dezembro De 2015 “ <i>A Máquina De Atraso De Dilma</i> ”.....	112
3.2.9 Edição 2.467 – 2 De Março De 2016 “ <i>Saiu Muito Mais Caro</i> ”.....	115
3.2.10 Edição 2.473 – 16 De Abril De 2016 “ <i>Dilma Em Liquidação</i> ”.....	118
3.2.11 Edição 2.474 – 20 De Abril De 2016 “ <i>Fora Do Baralho</i> ”.....	122
3.2.12 Edição 2.477 – 11 De Maio De 2016 “ <i>Tchau Querida, Tchau Querido</i> ”.	125
3.2.13 Edição 2.494 – 07 De Setembro De 2016 “ <i>Impeachment De Dilma</i> ”.....	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
REFERÊNCIAS	135
APÊNDICE A – PRODUÇÃO PEDAGÓGICA	149
APÊNDICE B - TABELA DE LISTAGEM DE REPORTAGENS DA REVISTA VEJA	209

INTRODUÇÃO

Crescer em um lar feminista, foi uma experiência enriquecedora que moldou profundamente minha compreensão do mundo e das relações de gênero. Desde cedo, fui exposta a valores fundamentais de igualdade, respeito e empoderamento, que minha mãe incorporou em sua vida cotidiana e transmitiu de maneira consistente. Sua abordagem guiou meu desenvolvimento, incentivando-me a questionar estereótipos de gênero e a desafiar normas tradicionais, promovendo uma mentalidade crítica que me permitiu enxergar além das limitações impostas pelo patriarcado. Testemunhar a resiliência de minha mãe diante de desafios, e a maneira como ela equilibrava a maternidade e trabalho com seus objetivos pessoais, fez com que eu aprendesse que a força feminina é multifacetada e capaz de superar barreiras. Esse ambiente estimulante me inspirou a buscar a igualdade de gênero não apenas como um conceito abstrato, mas como uma prática vitalícia em todos os aspectos da sociedade, além de querer compreender os motivos da falta de representatividade da mulher em vários âmbitos sociais do Brasil, como na política e no Ensino de História.

Ao longo dos séculos, a história oficial tem sido predominantemente contada sob a perspectiva masculina, deixando as contribuições femininas em segundo plano. Esta ausência de representação afeta não apenas a compreensão da trajetória das mulheres na sociedade, mas também perpetua estereótipos e desigualdades de gênero. Historicamente, as mulheres enfrentaram inúmeras barreiras à sua participação ativa na construção do conhecimento histórico. As restrições sociais e culturais relegaram muitas mulheres a papéis secundários, marginalizando suas experiências e conquistas. Essa marginalização se reflete diretamente na forma como a história é ensinada, muitas vezes negligenciando eventos e personalidades femininas.

Mulheres notáveis, cujas realizações deveriam ser destacadas, são frequentemente relegadas a notas de rodapé ou esquecidas nos manuais escolares. Isso cria um desequilíbrio na percepção histórica, resultando em uma compreensão distorcida da sociedade e da evolução cultural. Contudo, a busca por uma representação mais equitativa da mulher no ensino de História é vital para uma educação mais completa e inclusiva. É imperativo reconhecer a diversidade de experiências e vozes, permitindo que as estudantes se identifiquem com figuras históricas que as inspirem e motivem.

Diante disso, sabemos que representatividade da mulher no ensino de História deve ir além da simples inclusão de figuras femininas. Uma abordagem interseccional é fundamental, reconhecendo a interação entre gênero, raça, classe social e outras identidades. Isso amplia a compreensão da diversidade de experiências e desafia as hierarquias existentes. Entretanto, apesar dos avanços, desafios contemporâneos persistem na promoção da representatividade feminina no ensino de História. A falta de materiais atualizados e a resistência a mudanças curriculares representam obstáculos que precisam ser superados para assegurar uma educação histórica mais justa e inclusiva. Uma vez que o ambiente escolar é crucial para o desenvolvimento de senso crítico e equidade.

[...] visto que o campo educativo é privilegiado para entender como se constroem, evoluem e se transformam as representações sociais de grupos sociais e como essas construções interferem na relação do grupo com o objeto representado. (Ferreira, 2005, p. 80)

De acordo com Colling e Tedeschi (2015), é imperativo abordar as relações de gênero, destacando o ensino de história como um campo crucial. Para esses autores, "a escola e o ensino de história têm sido historicamente um lugar de demarcação sexual e ocultação das diferenças". Essa perspectiva levanta a necessidade premente de reexaminar e transformar os papéis sociais historicamente atribuídos a homens e mulheres. Os autores apontam dois locais-chave nos quais mudanças significativas podem ocorrer:

O lar, no qual meninos e meninas recebem as primeiras noções do que é ser homem/ser mulher e o papel que cabe a cada um(a) na sociedade; e a escola, onde as desigualdades de gênero são plantadas ou reafirmadas. (Colling; Tedeschi, 2015, p.299).

Ante o exposto, abordaremos a desigualdade de gênero na política, correlacionado ao conteúdo programático do componente curricular História para o 9º ano do Ensino Fundamental II, segundo a BNCC¹. A falta de representatividade da mulher na política é uma questão persistente que reflete desigualdades profundas e estruturais na sociedade. Em muitos países ao redor do mundo, as mulheres continuam sub-representadas nos cargos políticos, o que compromete a legitimidade

¹ (EF09HI09) Relacionar as conquistas de direitos políticos, sociais e civis à atuação de movimentos sociais. TUDO EM SALA DE AULA. **Habilidades da BNCC de História do 9º ano do Ensino Fundamental**. Tudo em sala de aula. 01 abr. 2019, 21:02. Disponível em: <https://www.tudosaladeaula.com/2019/04/habilidades-da-bncc-de-historia-do-9.html>. Acesso em: 05 mar. 2024.

e eficácia das decisões tomadas. Esse desequilíbrio é multifacetado, resultando de uma combinação de barreiras culturais, sociais e econômicas que limitam o acesso e a participação das mulheres na arena política.

Apesar de o Brasil ser um dos primeiros a garantir direitos políticos às mulheres, atualmente integra o grupo dos 50 países com pior desempenho em termos de presença feminina no Parlamento, segundo dados da União Inter-Parlamentar (IPU). Nos encontramos na 157ª posição no ranking global, um dos piores da América. (Silva, 2018, p. 25)

Segundo Silva (2018) de acordo com dados do IBGE, as mulheres representam 51,3% da população total e constituem a maioria do eleitorado, com 52%, como indicado por uma pesquisa realizada em 2014² pelo Tribunal Superior Eleitoral. Em termos absolutos, isso implica que, das 142,8 milhões de pessoas aptas a votar no Brasil, 74,4 milhões são mulheres. Esses dados só reforçam que a ausência de representação adequada das mulheres no parlamento está em total discordância com o papel e as responsabilidades que as mulheres desempenham na sociedade.

Esta dissertação tem como objetivo focalizar os espaços políticos ao tratar da escassa representatividade da mulher, que permeia diversos setores da sociedade. Durante o primeiro capítulo abordamos as temáticas-chaves desse trabalho: História do tempo Presente, a perspectiva de gênero para o Ensino de História, o uso de periódicos como fonte. No segundo capítulo o trabalho abordou o histórico sobre nossos objetos de pesquisa a Revista Veja e a ex-presidenta Dilma Rousseff, além de contextualizar historicamente as lutas femininas pela conquista de direitos no âmbito da política brasileira.

No terceiro capítulo o trabalho se propõe a analisar como a mídia contribuiu para a construção da legitimação do processo de impeachment da Presidenta Dilma Vana Rousseff. A metodologia documental utilizada será do uso de exemplares selecionados do periódico VEJA e os discursos midiáticos sobre a participação feminina na política brasileira, com o recorte temporal de janeiro/2015 a agosto/2016, período histórico correspondente ao golpe que culminou no impeachment da primeira presidenta da história do Brasil; Dilma Rousseff.

Por último, o quarto capítulo apresenta a proposta didática com o livro: "Vote

² TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Informações sobre as eleições - Eleições 2014**. Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2014>. Acesso em: 20 ago. 2024.

como uma Mulher!”, o qual se refere à retomada descritiva da vida política de Dilma, além de propostas pedagógicas e atividades de análises de fontes históricas abordadas no decorrer do trabalho.

Escolher Dilma Rousseff para a dissertação, ocorreu em virtude da magnitude de sua trajetória política e pessoal, visto que ela deixou uma marca significativa na história política de nosso país, desempenhando um papel crucial na promoção da representatividade feminina em espaços historicamente dominados por homens.

No dia 31 de outubro de 2010, pela primeira vez, uma mulher foi eleita para presidir a República Federativa do Brasil. Dilma Vana Rousseff foi empossada como a 36º presidente do país, após mais de um século de governos comandados por homens. Alguns impasses e acontecimentos causados pela presença de uma mulher no cargo mais alto do poder republicano podem iluminar os desafios atuais vividos pelas mulheres em cargos políticos. (Ghiorzi, 2018, p. 48)

Dilma foi afastada da presidência do Brasil em 31 de agosto de 2016, após o encerramento do processo de Impeachment³. No entanto, a concretização desse processo passou por uma extensa jornada para obter legitimidade. Entre os anos de 2014, 2015 e 2016, a então presidenta enfrentou diversas represálias e manifestações que buscavam sua remoção do poder.

Desde o período em que Dilma Rousseff ocupou o cargo de Ministra no governo Lula, inicialmente no Ministério de Minas e Energia (2003-2005) e posteriormente na gestão da Casa Civil (2005-2010), sua conduta era frequentemente retratada nos meios de comunicação como sendo autoritária, arrogante, agressiva e ríspida. Essas descrições afirmavam que Dilma assumia uma abordagem de liderança marcada por uma postura firme, tomando decisões de maneira autocrática, impositiva e centralizadora, aparentemente relutante em considerar as opiniões de outros políticos, ministros e assessores. Tais descrições continuaram durante os mandatos presidenciais, e principalmente durante o processo de Impeachment;

No decorrer do processo de impeachment, diversos sites de notícias publicaram textos afirmando que a presidenta Dilma Rousseff é autoritária e arrogante com deputados, senadores, empresários, assessores, ministros e

³ O processo de impeachment de Dilma Rousseff teve início em 2 de dezembro de 2015, quando o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha deu prosseguimento ao pedido dos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. Com uma duração de 273 dias, o caso se encerrou em 31 de agosto de 2016, tendo como resultado a cassação do mandato, mas sem a perda dos direitos políticos de Dilma. AGÊNCIA SENADO. Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil. **Senado Notícias**. 28 dez. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>. Acesso em: 05 mar. 2024.

demais políticos. Caracterizada por ter um temperamento difícil, Dilma era descrita como uma pessoa de pouca habilidade política para negociar e dialogar, sempre se exaltando e decidindo sozinha o projeto do governo. (Ghiorzi, 2018, p. 107)

Dentre tantos meios de comunicação midiáticos que abordaram de maneira misógina ações da então presidenta Dilma Rousseff, o presente trabalho se propõe a analisar periódico semanal VEJA. Durante o segundo capítulo, o trabalho irá focar na pesquisa documental, o recurso metodológico a ser utilizado será a análise de conteúdo das reportagens que abordam eventos políticos do governo presidencial Dilma Rousseff, a partir dos discursos de gênero e relações de poder presentes na revista, reforçando esteriótipos e destacando o machismo estrutural existente no meio político brasileiro.

A seleção das revistas ocorreu pela observação de reincidência de reportagens sobre o governo Dilma, reportagens tendenciosas que destacavam a personalidade da presidenta, justificando ações política como sendo consequências do gênero de Dilma Rousseff.

[...] um alto volume de matérias sobre o *impeachment* que teceram suas avaliações sobre a personalidade da presidenta a partir da construção de *imagens* de Dilma Rousseff que buscavam essencializar características de personalidade, temperamento, caráter, índole e traços psicológicos em geral e, assim, justificar sua deposição ou sua continuidade no governo. Identifiquei que Dilma foi representada por meio das *imagens* de mulher “autoritária”, “louca”, “incompetente”, “honesta” e “forte”. (Ghiorzi, 2018, p. 26)

Para didatizar a pesquisa, será abordado durante o texto a necessidade de incluir a perspectiva de gênero no ensino de história, para garantir a representatividade de todas os sujeitos na narrativa histórica. Isso significa reconhecer e destacar as contribuições da mulher ao longo do tempo, evitando a histórica marginalização de suas realizações. Para tanto, no quarto e último capítulo apresentamos um material didático de utilização para o Ensino de História, preferencialmente para as turmas de 9º ano do Ensino Fundamental, com base na Habilidades da BNCC: (EF09HI08)⁴, (EF09HI09)⁵, (EF09HI23)⁶ (EF09HI24)⁷,

⁴ Identificar as transformações ocorridas no debate sobre as questões da diversidade no Brasil durante o século XX e compreender o significado das mudanças de abordagem em relação ao tema.

⁵ Relacionar as conquistas de direitos políticos, sociais e civis à atuação de movimentos sociais.

⁶ Identificar direitos civis, políticos e sociais expressos na Constituição de 1988 e relacioná-los à noção de cidadania e ao pacto da sociedade brasileira de combate a diversas formas de preconceito, como o racismo.

⁷ Analisar as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de 1989 aos dias atuais,

(EF09HI25)⁸, (EF09HI26)⁹.

Sabemos que um material didático prático e contextualizado permite que os alunos apliquem o conhecimento adquirido em situações do mundo real. Isso fortalece a compreensão e a retenção do conteúdo. Portanto, utilizando de imagens e reportagens do periódico VEJA, abordaremos os assuntos previstos no conteúdo programático da BNCC para que seja possibilitado aos alunos a aprendizagem através da pesquisa de fontes históricas disponibilizadas no material.

Materiais didáticos bem elaborados estimulam o pensamento crítico, a resolução de problemas e a tomada de decisões. Eles incentivam os alunos a questionarem, analisarem e sintetizarem informações, e é esse o objetivo central do programa PROFHIS, transformar alunos e professores em agentes históricos protagonistas de seu aprendizado.

identificando questões prioritárias para a promoção da cidadania e dos valores democráticos.

⁸ Relacionar as transformações da sociedade brasileira aos protagonismos da sociedade civil após 1989.

⁹ Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas.

CAPÍTULO 1

HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, REPRESENTAÇÕES MIDIÁTICAS, DISCURSOS DE GÊNERO E O ENSINO DE HISTÓRIA.

Ao analisar a historiografia da história do tempo presente, este capítulo busca proporcionar uma compreensão abrangente das abordagens e debates que orientam a pesquisa histórica contemporânea, e de que maneira os discursos de gênero presentes nas representações midiáticas sobre tais temáticas interferem no ensino de história.

O início desse capítulo propõe uma reflexão crítica sobre a evolução da HTP, História do Tempo Presente, examinando as correntes teóricas, desafios metodológicos e as contribuições significativas para a compreensão do presente histórico. Abordaremos os desafios enfrentados pelos historiadores do tempo presente em termos de fontes, documentação e ética. A natureza muitas vezes efêmera dos eventos contemporâneos pode criar dificuldades únicas na coleta e interpretação de evidências históricas, e discutiremos como os estudiosos têm lidado com essas questões.

Ademais, o capítulo mergulhou nas complexidades das representações midiáticas, examinando como elas moldam a percepção pública, constroem narrativas sociais e desempenham um papel fundamental na construção da realidade social. Exploramos como as representações midiáticas contribuem para a construção de narrativas culturais e sociais, muitas vezes recorrendo a estereótipos que podem moldar a percepção pública de grupos específicos. Analisamos como essas representações podem tanto refletir quanto reforçar preconceitos e ideias preestabelecidas, como os discursos de gênero.

Diante do acima exposto, o capítulo também abordou a importância de examinar as construções históricas de gênero e como essas narrativas têm influenciado a maneira como a história é transmitida em sala de aula. Abordamos sobre a necessidade de uma revisão crítica das narrativas históricas existentes, questionando como a história das mulheres tem sido representada no ensino de História. Analisamos como as histórias frequentemente negligenciaram ou marginalizaram as contribuições e experiências das mulheres, destacando as conquistas e lutas políticas no espaço histórico e social da história do Brasil.

1.1 HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE

A História do Tempo Presente é uma abordagem historiográfica que se concentra no estudo de eventos recentes, normalmente aqueles ocorridos nas últimas décadas até os dias atuais. Diferentemente de outras perspectivas históricas que geralmente examinam o passado mais distante, a História do Tempo Presente explora acontecimentos contemporâneos, proporcionando uma compreensão mais profunda dos desdobramentos históricos imediatos que moldaram o mundo em que vivemos:

Se ao longo do século XIX os historiadores acreditavam que as sociedades caminhavam em direção ao progresso e que o futuro se avizinhava como algo promissor, no contexto atual a crença no futuro torna-se cada vez mais incerta, transformando esse futuro em presente, o que o autor denomina 'presentismo'. (Ferreira; Delgado, 2013, p. 21)

De acordo com Reinaldo Lindolfo Lohn, a narrativa do Tempo Presente delimita períodos em desenvolvimento, que se alinham com as experiências vividas e as gerações atuais. Não se trata apenas de uma abordagem centrada no que poderia ser definido como luto social, sugerindo que apenas o reino dos falecidos pertence à história, mas sim de uma imersão nas batalhas pela sobrevivência e nos conflitos presentes em sociedades profundamente “influenciadas pelo capitalismo e pelas desigualdades sociais”. (Lohn, 2019, p. 11)

Henry Rousso, sugere que a própria expressão "História do Tempo Presente" se originou de iniciativas que podem ser consideradas fundamentalmente políticas, por isso que estudar a História do tempo presente desafia a historiografia, pois traz questões que revelam percepções em conflito sobre o tempo histórico em contextos políticos, frequentemente envolvendo o pesquisador, suas escolhas e posições. Dessa forma, pesquisar HTP possibilita entender o cenário político atual como uma dimensão cultural, ou seja, como parte das práticas e representações políticas historicamente formadas na sociedade. Sobre tal afirmação, Christian Delacroix, profere:

Em todos os casos, a historicização do passado recente, suas teorizações e suas institucionalizações foram realizadas, em sua maioria, a partir e pela exigência de demandas sociais de reconhecimento e de justiça – que podem ser rotuladas como “reivindicações memoriais” – relativas a passados traumáticos difíceis de assumir por parte das comunidades nacionais e que emanam de pessoas ou de grupos que não pertencem ao meio dos historiadores profissionais. O reconhecimento de uma *dívida* a saldar em

relação ao passado parece, portanto, comum a essas reivindicações memoriais. (Delacroix, 2018, p. 47)

A HTP não apenas analisa eventos políticos, mas também busca incorporar uma perspectiva cultural, social e econômica para compreender de maneira holística os fenômenos recentes. Ela reconhece a influência das mudanças tecnológicas, das transformações sociais e das dinâmicas globais na configuração do cenário atual. Ao enfocar o tempo presente como uma dimensão cultural, a História do Tempo Presente destaca a interconexão entre as práticas cotidianas, representações sociais e os eventos que definem a contemporaneidade. Para Lohn (2019), estudar a História do tempo presente permite, portanto, “o esforço de compreender o campo político no tempo presente como dimensão cultural.”

Outra característica significativa da História do Tempo Presente é a relevância das testemunhas em sua formação, especialmente quando estabelecemos que os limites dessa história se alinham com a presença simultânea de seus participantes, ou seja, com a extensão da vida humana. Devido à presença de testemunhas vivas dos eventos relatados, a transmissão de testemunhos possui um valor fundamental.

A História do Tempo Presente se torna como um escrito, sendo disputado intelectualmente por meio de mídia e manifestações que se lavram e se cruzam. Essas atividades criam maneiras de explicar, funcionando como discursos e práticas que orientam a interação social, a definição de metas e desejos, e a atribuição de significados. E justamente por essa premissa, que as fontes da HTP se tornam tão vastas e diversas, uma vez que os sujeitos históricos estudados e analisando são testemunhas vivas dos fatos objetos de estudo. Como afirma Dosse (2012):

Não podemos afirmar que a História do tempo presente carece de arquivos, pelo contrário, eles são superabundantes (os testemunhos, as imagens, as entrevistas, a imprensa, a literatura científica não acessada pelo grande público e os arquivos privados). Entretanto, a História do tempo presente não é sinônimo de história oral tal como é considerada muitas vezes a Escola de Chicago. Não se trata de sacralizar a oralidade depois de ter sacralizado as fontes escritas em um movimento de pêndulo excessivo. Os historiadores do tempo presente recusam reduzir a operação historiográfica a uma simples extensão e expressão da memória. (Dosse, 2012, p. 16)

Considerando essa perspectiva, a HTP não está conexa a um período breve e contíguo. Isso ocorre porque os fenômenos da cultura política implicam uma visão de extensa duração dos processos históricos. (Rémond, 1999).

Compreende-se então, de maneira abrangente a política no tempo presente como uma teia de percepções e experiências sociais que dão sentido tanto às relações minuciosas e microssociais quanto aos fenômenos históricos mais amplos. Isso resulta na formação de conjuntos de crenças, símbolos, regras e práticas, os quais se combinam para atribuir significado ao real e estabelecer normas sociais.

Trata-se, portanto, de uma história em que o político aparece como um lugar sociocultural que articula relações sociais e suas representações, ao passo em que aponta questões acerca dos sentidos da contemporaneidade, na qual as interações particulares e individuais ganham importância. (Lohn, 2019. p. 18)

Esses elementos da HTP contribuem para a construção de visões de mundo que orientam ações com base em interpretações compartilhadas do passado e aspirações em relação ao futuro.

Desenvolver soluções para esses problemas envolve compreender como nos relacionamos com o passado e a história, especialmente quando desafiados pelas mídias, que se tornaram poderosas fontes de significado sobre o passado.

O tempo presente desempenha um papel crucial no ensino de história, servindo como um ponto de conexão imediata para os estudantes. Ao incorporar eventos contemporâneos, o currículo histórico ganha relevância, permitindo que os estudantes compreendam a influência direta dos acontecimentos atuais na formação do mundo em que vivem. Isso não apenas estimula o interesse, mas também fornece um contexto tangível para o aprendizado, promovendo uma compreensão mais profunda das relações entre passado, presente e futuro.

Além disso, o estudo da história recente proporciona aos alunos a oportunidade de explorar diferentes perspectivas e compreender as complexidades de eventos em tempo real. O acesso a fontes primárias, como notícias, artigos e testemunhos pessoais, permite uma abordagem mais dinâmica e participativa. Os estudantes são incentivados a questionar, analisar e formar suas próprias opiniões sobre os acontecimentos atuais, desenvolvendo assim habilidades críticas essenciais para a cidadania informada.

A contextualização do passado recente também ajuda a quebrar a ideia de que a história é estática e distante, aproximando-a da realidade dos estudantes. Ao relacionar o que aprenderam com o que estão vivenciando, os estudantes se tornam mais envolvidos e motivados a explorar a riqueza do passado, reconhecendo sua

influência contínua em suas vidas cotidianas.

1.2 A IMPORTÂNCIA DAS REPRESENTAÇÕES MIDIÁTICAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

O Ensino de História passou e passa por mudanças constantemente, uma vez que minorias ganham espaço e voz e aos poucos conquistam o protagonismo que merecem não somente nos livros didáticos, mas também nas discussões cotidianas do espaço escolar. Mas nem sempre foi assim:

O ensino de História se destaca por mudanças marcantes em sua trajetória escolar que a caracterizavam, até recentemente, como um estudo mnemônico sobre um passado criado para sedimentar uma origem branca e cristã, apresentada por uma sucessão cronológica de realizações de “grandes homens” para uma “nova” disciplina constituída sob paradigmas metodológicos que buscam incorporar a multiplicidade de sujeitos construtores da nação brasileira e da história mundial. (Bittencourt, 2018, p. 127)

Podemos afirmar que estamos passando por uma transformação significativa nas maneiras de ensinar e aprender e o uso de mídias como facilitadores desse processo, diante disso, tais questões continuam sendo objeto de discussões extensas. Como afirma Sabeh, 2020:

O fato é que é inegável a necessidade de se educar para as mídias e pelas mídias, visto que as TIC's impõem não apenas novos desafios para a Educação, mas para a sociedade como um todo. E pensar o uso dessas ferramentas no ensino de História se mostra também uma ação urgente não só pelas questões aqui levantadas, como também em razão das mudanças que a “sociedade da informação” está promovendo na configuração da História como área do saber e como disciplina escolar. (Sabeh, 2020, p. 267)

O uso de mídias no ensino de história tem sido objeto de estudo e discussão por diversos acadêmicos. Segundo Lévy (1999), a introdução das tecnologias da informação e comunicação (TICs) no contexto educacional oferece a oportunidade de transformar a maneira como os alunos interagem com o conhecimento histórico. Ele destaca que as mídias digitais proporcionam uma abordagem mais dinâmica e participativa, permitindo a construção de narrativas históricas interativas e a exploração de diferentes perspectivas. Nesse sentido, Oliveira (2017) complementa que o uso de vídeos, documentários e recursos visuais no ensino de história pode proporcionar uma compreensão mais rica e contextualizada dos eventos passados.

Ele argumenta que as mídias desempenham um papel crucial na promoção do pensamento crítico dos alunos, incentivando a análise e a interpretação de múltiplas fontes, o que contribui para uma aprendizagem mais significativa.

A abordagem de Lévy e Oliveira destaca a importância de incorporar as mídias no ensino de história, reconhecendo seu potencial para enriquecer a experiência educacional. Ao utilizar tecnologias digitais e recursos visuais, os educadores têm a oportunidade não apenas de transmitir informações, mas também de envolver os alunos de maneira mais ativa na construção do conhecimento histórico. Essa abordagem alinha-se com a necessidade de promover práticas pedagógicas inovadoras, capazes de atender às demandas de uma sociedade cada vez mais conectada e orientada pela informação.

Perante o acima exposto, percebemos que as mídias desempenham um papel cada vez mais crucial no ensino de história, proporcionando uma abordagem dinâmica e acessível para os alunos. A integração de recursos audiovisuais, como vídeos, documentários e conteúdo online, oferece uma experiência mais envolvente, permitindo que os estudantes visualizem eventos históricos, ouçam discursos autênticos e explorem diversas perspectivas. Essa variedade de mídias não apenas enriquece o processo de aprendizagem, mas também atende às diferentes formas de absorção de conhecimento, tornando o ensino de história mais inclusivo e adaptado aos estilos de aprendizado individuais:

Diante da necessidade de serem diversificadas as possibilidades e formas de agir e aprender, as tecnologias de informação e comunicação - rádio, televisão, vídeo, computadores e todas as suas combinações - abrem oportunidades para a ação dos indivíduos e a diversificação e transformação nos ambientes de aprendizagem. Tais ambientes requerem novas dinâmicas, propostas, atuações e interações, bem como novas organizações de tempos e espaços, para que os indivíduos possam utilizar as novas mídias para expressarem e desenvolverem suas vozes particulares e coletivas. (Martins, 2013, p. 05)

Dentre as tecnologias possíveis de uso no ensino de história, podemos destacar as mídias de informação. Por mídias de informação compreendemos canais de que abrangem uma variedade de formatos, incluindo jornais, revistas, emissoras de televisão, rádio e plataformas online. O objetivo central dessas mídias, em teoria, é informar o público sobre acontecimentos atuais, questões sociais, políticas, econômicas e culturais. Elas fazem parte da sociedade de maneira abundante, diante disso podemos levantar a seguinte questão: as responsabilidades sociais do

historiador não se limitam a capacitar indivíduos para se tornarem pesquisadores e professores de História. Esse profissional também demanda a habilidade de criar e comunicar o conhecimento histórico para toda a sociedade, utilizando uma variedade de meios de comunicação.

Além disso, as mídias sociais desempenham um papel significativo na disseminação e compartilhamento de informações históricas. Plataformas como Facebook, Instagram e Twitter (agora chamado de X) fornecem canais para a divulgação de conteúdo histórico de maneira acessível e viral. No entanto, é crucial desenvolver a capacidade dos alunos de discernir fontes confiáveis e compreender o potencial enviesamento presente em determinadas narrativas online.

Dentre tais fontes confiáveis podemos destacar o site Café e História, o site destaca-se como uma plataforma envolvente e informativa dedicada à exploração acessível e cativante dos diversos aspectos da história. Adotando uma abordagem eclética, o site abraça uma ampla variedade de temas, que vão desde eventos históricos marcantes até curiosidades menos conhecidas, proporcionando aos leitores uma experiência rica e diversificada. A qualidade das análises críticas do Café História sobressai, apresentando perspectivas aprofundadas e reflexões perspicazes sobre os desdobramentos históricos. Essa abordagem estimula uma compreensão mais profunda do passado e suas influências no presente, consolidando o Café História como uma fonte para aqueles que buscam uma conexão significativa com o curso da história. Além disso, o Café História se destaca pela qualidade de suas análises críticas sobre os desdobramentos históricos, estimulando uma compreensão mais profunda do passado e suas influências no presente.

A produção de conteúdo pelos próprios alunos, como podcasts, vídeos e blogs, é outra dimensão importante. Isso não apenas estimula a pesquisa e a análise crítica, mas também promove habilidades de comunicação e expressão. Ao criar seu próprio material multimídia, os estudantes se tornam participantes ativos na construção do conhecimento histórico, colaborando para uma compreensão mais holística e significativa do passado:

Há necessidade de se oferecer alternativas para que o aluno possa representar e expressar o conhecimento e, assim, aprender a orientar-se e a encontrar referências que permitam, de forma significativa, analisar, selecionar, interpretar e fazer uso da avalanche de informações que recebe diariamente. Repensar a educação, considerando a cultura e os meios de expressão que a permeiam, tem a função de potencializar a interpretação do que está sendo aprendido a partir de diferentes Programa de Formação

Continuada em Mídias na Educação 5 pontos de vista, favorecendo a tomada de consciência dos alunos sobre si mesmos e sobre o mundo do qual fazem parte. (Martins, 2013, p. 04)

Em suma, a integração das mídias no ensino de história oferece uma oportunidade valiosa de conectar os eventos do passado ao presente, estimular a curiosidade dos alunos e desenvolver habilidades críticas essenciais para a cidadania informada em um mundo cada vez mais digital.

1.2.1 Revistas Periódicas e o Ensino de História

Quanto ao emprego da imprensa periódica em pesquisas no Ensino de História, as oportunidades são vastas, e o campo de estudo tem se revelado proveitoso e envolvente. Por tal fato, dentre os meios de comunicação existentes, o presente trabalho irá destacar a mídia impressa de periódicos.

Segundo Toledo, ao longo da década de 1970 a imprensa periódica, aos poucos, passou a ser considerada uma fonte válida, e desde então historiadores interessados no assunto têm se desdobrado para criar métodos de análise de tais fontes, pois:

Os impressos representam significativos mananciais de informações sobre o repertório de uma época e sobre os usos que dele faziam seus colaboradores. Nele se fazem presentes projetos, opiniões, conflitos e debates, que apontam a complexidade dos interesses e experiências dos indivíduos e dos contextos em que se inscrevem. (Silva; Nascimento; Zica, 2010, p. 223)

O emprego de periódicos, como documentos históricos, no ensino de história emerge como uma prática enriquecedora, proporcionando aos alunos uma visão dinâmica e atualizada do passado; a leitura de periódicos históricos proporciona o desenvolvimento das habilidades de pesquisa, análise crítica e interpretação de fontes documentais. Ao explorar fontes primárias e secundárias presentes nos periódicos, os estudantes podem aprimorar suas habilidades de investigação histórica, aprendendo a questionar fontes, avaliar perspectivas e reconhecer a complexidade das narrativas históricas. Segundo Toledo, a tendência é que a pesquisa e o ensino de História por meio de periódicos apresentem um crescimento contínuo:

No que diz respeito à utilização da imprensa periódica em pesquisas em História da Educação, as possibilidades são amplas e o campo de estudo tem se mostrado fecundo e instigante. O contínuo crescimento do número de

pesquisas nas últimas três décadas, notadamente, a partir de diferentes abordagens, indica que a adoção da imprensa como fonte não é prerrogativa de uma única perspectiva teórico-metodológica. (Toledo, 2012, p. 264)

Todavia, aqueles que desejam utilizar a imprensa periódica como fonte em suas pesquisas devem adotar os métodos, procedimentos e abordagens analíticas, já que o pesquisador que se dedica ao estudo da imprensa periódica deve compreender que está lidando com eventos que, por algum motivo, tornaram-se notícia. Nesse sentido, é crucial considerar as motivações que levaram à escolha de dar publicidade a determinados assuntos, uma vez que, certamente, diversos outros elementos que poderiam ser noticiados foram deixados de lado pelo periódico (Luca, 2016).

Segundo Meneses, 2019 enfrentamos um significativo desafio ao buscar compreender essa nova abordagem na produção histórica. É especialmente complexo compreender os fundamentos, que norteiam essa narrativa. Sobre essa complexidade, ainda na década de 1970, autoras como Maria Capelato realizam uma produção acadêmica sobre a temática, e sobre o uso da imprensa para a pesquisa histórica, a qual define como:

[...] instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere (Capelato, 1980, p. 19)

Contudo, é vital adotar uma abordagem crítica na seleção e utilização dos periódicos no ensino de história. A análise cuidadosa da procedência, autoria e contexto de produção dos artigos é fundamental para evitar a reprodução de vieses e interpretações inadequadas. Nesse contexto, é crucial investigar como a ideia de verdade funciona na historiografia midiática, especialmente quando percebemos uma relação prejudicial na qual o uso do passado é influenciado por preconceitos e interesses políticos, apresentando-se como a única "verdade" sobre aquele período.

Para Luca, 2005, o conteúdo do periódico em si está intrinsecamente ligado ao contexto histórico em que é publicado. Isso representa a primeira e essencial etapa nas pesquisas que envolvem fontes periódicas. A qual deve ser feita com muito cuidado e análise, visto que as fontes históricas de conteúdo periódico foram produzidas de acordo com o interesse de que produziu, não sendo algo isolado de opiniões. Diante do exposto, o docente que se propõe a trabalhar com tais fontes

deverá se atentar à uma série de fatores, como bem explicita Alves 2019, no seguinte trecho:

O pesquisador que se utiliza os periódicos trabalha principalmente com aquilo que se tornou notícia, ou propaganda, dependendo do objeto da pesquisa. Logo, alguns pontos devem ser observados, tais como: quais foram os critérios que a matéria teve que satisfazer para se tornar notícia? Isto é, quais as motivações que levaram à decisão de dar publicidade alguma coisa? Nesse caso, deve ser conferido o destaque dado ao acontecido, ou seja, em que espaço do periódico se deu a publicação, pois se deve estabelecer as diferenças entre as publicações de manchetes e o que é relegado às páginas internas, bem como suas posições nas referidas páginas, pois a ênfase em certos temas, linguagens, natureza de conteúdo, está associado aos interesses do órgão, público que visa atingir. Numa palavra, o espaço ocupado pela notícia informa muito da intencionalidade dos agentes responsáveis por sua publicação. (Alves, 2019, p. 11).

Ao tratarmos de revistas periódicas a intencionalidade dos editores torna-se ainda mais evidente, por esse motivo o cuidado que o historiador deve ter para estudar tal revista deve ser elevado, e mais ainda do docente ao trabalhar em sala. O impresso revista merece ser analisado com vagar. O gênero aos poucos se individualizou em face de outras formas de impressos periódicos (Luca, 2005).

Ademais, para que seja possível a utilização de periódicos como fontes, Jaskiu (2017), destaca a necessidade de problematizar desde a materialidade até os colaboradores, uma vez que jornais e revistas são frutos de seu tempo apresentando funções sociais, nem sempre explícitas.

A problematização dessas fontes para e no ensino de História instrumentaliza os estudantes para relacionarem presente e passado, refletindo sobre rupturas e continuidades. Isso leva à percepção de que os discursos presentes num texto jornalístico, numa peça publicitária, são testemunhos históricos resultantes “da visão de mundo, da interpretação da realidade de quem os produziu. (Jaskiu, 2017, p. 17)

Sobre a temática abordada por Jaskiu referente a materialidade dos periódicos, faz-se necessário destacar sua relevância, uma vez que o periódico, transmite informações não apenas por meio de seu conteúdo, mas também através de sua materialidade: impressão, tipografia, cores utilizadas, qualidade do material; tudo é relevante ao analisar um periódico, uma vez que a escolha por uma apresentação mais refinada da publicação acarretará em dois aspectos cruciais para a imprensa: o custo do periódico e a seleção da classe social do público leitor. Em suma, uma determinada qualidade física da publicação resultará em um preço específico, influenciando, por sua vez, na escolha do público alvo correspondente para

aquela revista. Como bem explicita Toledo:

O pesquisador deve se perguntar por que, dentro do que se dispunha no momento histórico em questão, aquelas características materiais foram escolhidas pelos editores do periódico. O fato de um jornal ou revista ter acabamento mais simples ou mais sofisticado, pode trazer, por exemplo, informações a respeito do perfil econômico do público ao qual se destinava, o que, por conseguinte, permite ao historiador a identificação da classe social alvo do periódico. (Toledo, 2012, p. 264)

Apesar de todo o cuidado que o docente deve ter ao trabalhar com periódicos em sala, o uso de revistas nas aulas de História é uma estratégia pedagógica que oferece uma abordagem dinâmica e contemporânea para explorar diversos temas históricos. As revistas, ao apresentarem informações em formatos visuais e textuais atrativos, proporcionam uma oportunidade única para os estudantes se envolverem com eventos e perspectivas históricas de maneira mais acessível. Ao incorporar revistas em sala de aula, os educadores podem estimular o interesse dos alunos, promovendo a análise crítica de fontes e incentivando a conexão entre passado e presente:

Nessa perspectiva, os documentos não serão tratados como fim em si mesmos, mas deverão responder as indagações e as problematizações de alunos e professores, com o objetivo de estabelecer um diálogo com o passado e o presente, tendo como referência o conteúdo histórico a ser ensinado. (Schmidt; Cainelli, 2009, p. 117)

A necessidade de problematizar as fontes históricas em sala de aula permite que os alunos compreendam que cada produto é fruto de sua época, e assim compreenda suas subjetividades e posicionamentos, ainda mais tratando-se de periódicos nacionais em um período conturbado politicamente da história do Brasil.

[...] o professor ao levar um documento fonte para a sala de aula assume um papel de mediador que articula e constrói com os alunos um conhecimento relacionado a uma temporalidade e um espaço. Para tanto, é fundamental que o professor domine os conceitos de História e os métodos para interrogar uma fonte. (Jaskiu, 2017, p. 18)

Além disso, o uso de revistas permite explorar uma ampla gama de tópicos, desde eventos históricos fundamentais até aspectos mais específicos da vida cotidiana ao longo do tempo. As capas, artigos e anúncios presentes nas revistas oferecem uma visão multifacetada da sociedade em diferentes períodos, permitindo aos alunos compreenderem não apenas os eventos históricos em si, mas também as

atitudes, valores e mudanças sociais que os acompanham. Essa abordagem diversificada pode enriquecer o processo de aprendizagem, incentivando a reflexão crítica sobre as representações históricas e a interpretação de fontes variadas, pois o docente deve sempre proporcionar ao aluno que:

[...] a compreensão do processo de produção do conhecimento histórico pelo entendimento de que os vestígios do passado se encontram em diferentes lugares, fazem parte da memória social e precisam ser preservados [...] (Bittencourt, 2009, p.333)

Segundo Toledo (2012), as fontes históricas, por definição, são criações humanas e, independentemente de serem produzidas com a intenção de registro ou não, só ganham significado através da intencionalidade assumida pelo historiador em sua pesquisa. Apesar de os eventos históricos estarem no passado, sua avaliação e análise são realizadas a partir do contexto atual, sendo, portanto, influenciadas pelos desafios aos quais o pesquisador se dedica para fornecer respostas. Por conseguinte, o presente trabalho irá abordar a intencionalidade e os impactos sociais que as reportagens da revista VEJA obtiveram durante o período do 2º mandato do governo presidencial de Dilma Rousseff (janeiro/2015 – agosto/2016), o qual foi marcado por agitações políticas e econômicas, amplamente exploradas pelo periódico VEJA.

1.2.2 A Revista VEJA

Em 1968, em um contexto político e social bastante turbulento no Brasil, a Revista Veja foi lançada. Seu fundador, Roberto Civita, era herdeiro de Victor Civita, era um empresário ítalo-brasileiro que fundou a Editora Abril em 1950. Civita já havia tido sucesso com a revista Quatro Rodas, dedicada ao automobilismo, e decidiu expandir o portfólio da editora para incluir uma revista semanal de informação geral. O objetivo da revista era apresentar uma estrutura inovadora e abrangente, algo for do comum nos padrões brasileiros de produção jornalística da época, especialmente no contexto das revistas semanais. Desse modo, a Revista Veja montou sua identidade a partir de diversos segmentos informativos, frequentemente vinculados aos setores políticos, econômicos e de entretenimento, mas também incorporando informações suplementares relacionadas a aspectos religiosos, comportamentais e de saúde, conforme a orientação temática de cada edição semanal. (ASSIS, 2010, p. 94) Em setembro de 1958, aos 22 anos de idade, Roberto Civita desembarca no

Brasil com três projetos ambiciosos em mente: introduzir uma revista semanal de informações no estilo da TIME, lançar uma revista masculina assemelhada à Playboy e criar uma publicação focada em economia e negócios, inspirada na Fortune. Esses planos ganham vida dez anos mais tarde com o lançamento bem-sucedido da Veja, Exame¹⁰ e Playboy¹¹.

Após desempenhar um papel fundamental na consolidação dos negócios da editora junto ao seu pai, Roberto Civita realiza seu sonho de lançar uma revista brasileira inspirada na TIME. A Veja chega ao mercado como um fenômeno de vendas, com o número inaugural vendendo impressionantes 650 mil exemplares somente nos pontos de venda, marcando assim o sucesso da empreitada de Roberto no cenário editorial brasileiro.

Na capa da sua edição inaugural, a VEJA trouxe em destaque uma reportagem abordando a crise na União Soviética decorrente da invasão russa na antiga Checoslováquia:

¹⁰ Exame é uma publicação mensal brasileira, com alcance nacional, especializada em economia, negócios, política e tecnologia. Fundada em julho de 1967, a revista surgiu como uma expansão das principais publicações técnicas da Editora Abril, a saber, Transporte Moderno, Máquinas e Metais, e Química e Derivados.

¹¹ A Playboy foi uma revista masculina brasileira, representando a versão nacional da homônima americana. Iniciada pela Editora Abril, a revista teve seu lançamento em 1975, mantendo-se ativa por 40 anos e encerrando sua trajetória com 487 edições publicadas.

Figura 01 - Primeira Capa da Revista Veja nº01 – 11 de Set/1968.



Fonte: Site próprio da revista. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/os-50-anos-de-veja-uma-linha-do-tempo> Acesso em: 18 jan. 2023.

Como vimos acima, o lançamento da Veja ocorreu em um momento crucial da história mundial, durante os anos de chumbo da ditadura militar que governou o Brasil de 1964 a 1985, e em meio a Guerra Fria¹². No Brasil, o regime militar buscava controlar a imprensa e restringir a liberdade de expressão, mas, paradoxalmente, a revista Veja foi lançada como uma publicação independente. Em suas primeiras

¹² O confronto político-ideológico que surgiu entre os Estados Unidos e a União Soviética após a Segunda Guerra Mundial ficou conhecido como Guerra Fria. Essa polarização global permeou o cenário internacional de 12 de março de 1947 até 26 de dezembro de 1991, desencadeando inúmeros conflitos em diferentes partes do mundo, incluindo as guerras na Coreia, Vietnã e Afeganistão, além da divisão de nações, como a Alemanha, que foi separada até mesmo pela construção do Muro de Berlim.

edições, a revista buscou abordar temas políticos, sociais e econômicos de forma crítica e, em muitos casos, confrontando o governo. Após dois meses da sua revista inaugural, a Veja teve sua primeira censura decretada pelos militares, com a seguinte edição:

Figura 2 - Capa Revista VEJA, Edição nº15 - 18 de Dez/ 1968



Fonte: Site próprio da Revista. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/os-50-anos-de-veja-uma-linha-do-tempo> Acesso em: 18 jan. 2023.

O contexto da capa acima era: logo após a implementação do AI-5, que resultou no fechamento indefinido da Câmara e do Senado, a revista VEJA estampou

em sua capa uma imagem do presidente da época, Arthur da Costa e Silva, solitário no Congresso. Essa fotografia capturava de maneira emblemática o cenário crítico que o país enfrentava. Em reação à reportagem, os militares ordenaram a apreensão de todos os exemplares da revista, demonstrando o desconforto gerado pela cobertura da VEJA. Desde então, polêmicas e parcialidade tornam-se marcas do periódico.

De maneira oposta ao explicitado acima, o objetivo do editor Civita era ter um periódico mensal que informasse, e não influenciasse, sobre os principais acontecimentos (principalmente políticos) do Brasil e do mundo, como podemos observar na sessão carta ao leitor:

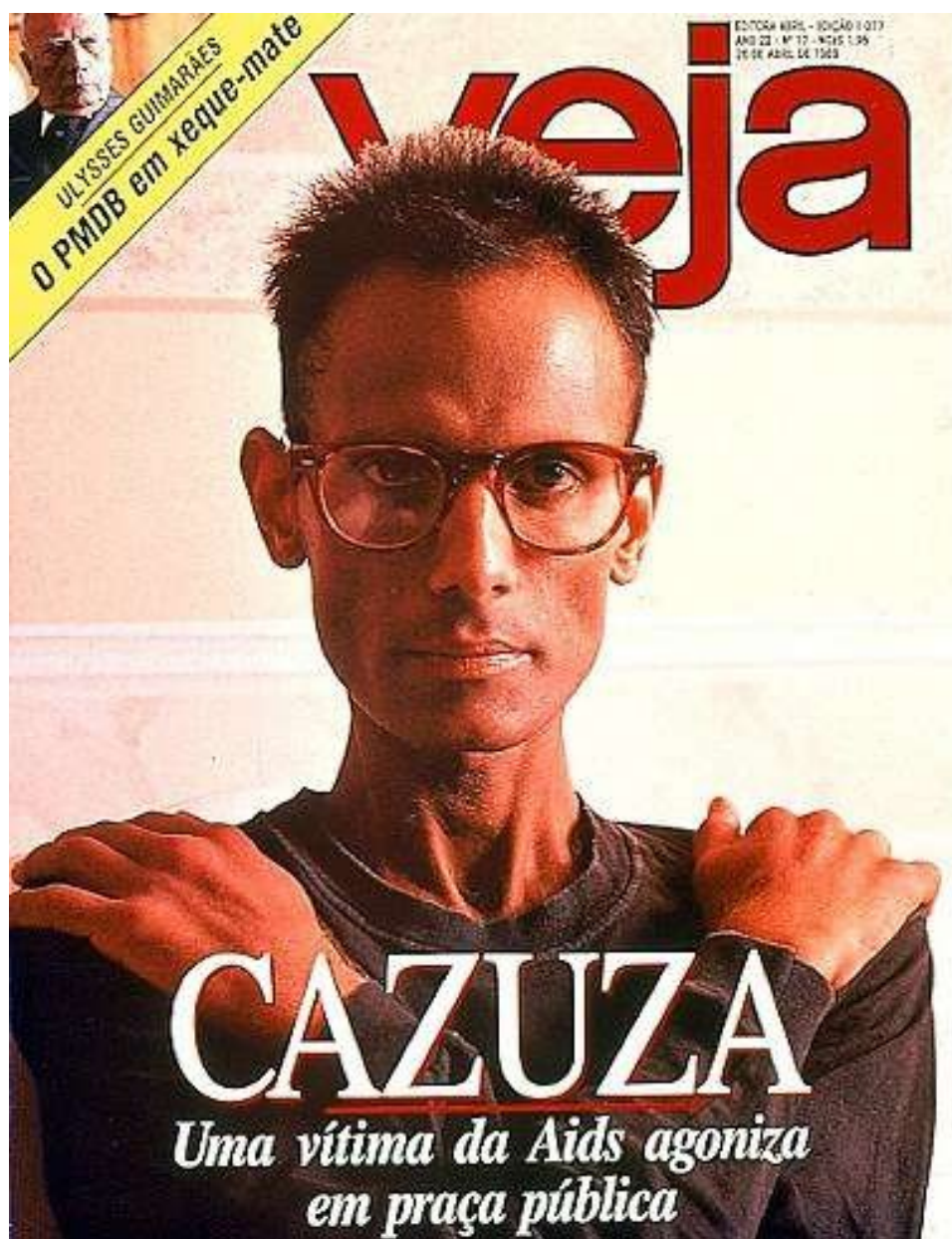
Prezado leitor:

Onde quer que você esteja, na vastidão do território nacional, estará lendo estas linhas praticamente ao mesmo tempo que todos os demais leitores do País. Pois VEJA quer ser a grande revista semanal de informação de todos os brasileiros. [...] O Brasil não pode mais ser o velho arquipélago separado pela distância, o espaço geográfico, a ignorância, os preconceitos e os regionalismos: precisa de informação rápida e objetiva a fim de escolher rumos novos. Precisa saber o que está acontecendo nas fronteiras da ciência, da tecnologia e das artes no mundo inteiro. Precisa acompanhar o extraordinário desenvolvimento dos negócios, da educação, do esporte, da religião. Precisa, enfim, estar bem informado. E este é o objetivo de VEJA. (VEJA 1ª edição 11/09/1968, p. 21-22).

O periódico esteve, ao longo de sua história, envolvido em várias polêmicas que geraram debates intensos no cenário político e jornalístico brasileiro. A revista muitas vezes foi alvo de críticas em relação ao seu posicionamento político, sendo acusada tanto de favorecer quanto de criticar determinados partidos ou políticos. Essas acusações de viés político geraram debates sobre a objetividade e parcialidade da revista.

Como mencionado e explicitado anteriormente, uma das marcas da Veja é possuir capas provocativas e manchetes impactantes. Algumas delas geraram polêmica devido à abordagem sensacionalista ou à interpretação tendenciosa de eventos, levando a debates sobre a ética jornalística e a responsabilidade na divulgação de informações. Como podemos perceber na imagem a seguir:

Figura 03 - Capa Revista Veja Ano 22 Nº 17 – 25 de Abril/1989



Fonte: Site Vermelho – a esquerda bem informada. Disponível em: <https://vermelho.org.br/prosa-poesia-arte/beatriz-ribeiro-o-dia-em-que-a-revista-veja-matou-cazuza/>. Acesso em: 18 jan. 2024.

Por tais motivos demonstrados anteriormente, a revista Veja esteve envolvida em várias disputas judiciais ao longo dos anos, seja por conta de reportagens específicas, charges ou comentários considerados difamatórios. Essas batalhas legais contribuíram para a controvérsia em torno da publicação da capa mostrada anteriormente:

A revista de informação mais lida do país pautava a política brasileira. O seu conteúdo editorializado sempre foi uma marca, mas também muitas

vezes alvo de contestações como quando noticiou na capa que o cantor Cazuza, uma das primeiras figuras públicas no Brasil a assumir ser portador do vírus da Aids, agonizara em praça pública. O ex-líder do Barão Vermelho desmentiu o conteúdo da manchete daquela edição e houve intensa manifestação, por parte de artistas e jornalistas contrários ao enquadramento dado por Veja. (Carletti, 2023, p. 405).

É importante notar que as polêmicas em torno da Veja refletem não apenas as escolhas editoriais da revista, mas também as complexidades do ambiente midiático brasileiro, onde a polarização política e as divergências de opinião desempenham um papel significativo. As controvérsias em torno da Veja são parte integrante da discussão mais ampla sobre ética jornalística, liberdade de imprensa e responsabilidade social dos meios de comunicação.

Segundo Junior, 2019, outra característica que a revista possui, é a linguagem sarcástica e o tom de ironia em suas reportagens, uma estratégia de discurso midiático para atrair o leitor e proporcionar uma identificação com o pensamento que ele possui.

Como exemplo, podemos destacar a capa da Veja, na edição de 16 de março de 2016 (nº 2469), intitulada “O Desespero da Jararaca”, referindo-se ao ex-presidente Lula, motivado por uma fala em que o petista critica sua condução coercitiva para prestar depoimento a Polícia Federal em um comício partidário. A fala em questão é: “Se tentaram matar a jararaca, não bateram na cabeça, bateram no rabo”. (Junior, 2019, p. 34)

Figura 04 - Capa Revista VEJA. Ano 49 nº 2.469 Mar/2016



Fonte: Site Metr  poles, Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/revistas-semanais-repercutem-lava-jato-e-o-pedido-de-prisao-preventiva-de-lula>. Acesso em: 19 jan. 2024.

Atualmente, os editores da Revista VEJA se consideram neutros, afirmam que eles estão sempre do único lado possível: o lado do brasileiro.

Desde que começou a circular, em setembro de 1968, a revista só tem um lado: o da defesa intransigente do Brasil. Em toda a sua existência, Veja sempre se pautou pela luta por um Brasil em que o progresso econômico e social com igualdade de oportunidades para todos fosse a base de uma sociedade aberta, democrática, tendo a economia de mercado como o motor da cria  o de riqueza. Veja sempre esteve entre as forças da na  o que se unem em torno dos valores   ticos comuns às sociedades civilizadas e avançadas, segundo informa  es do site oficial própria revista. (VEJA,

2016)¹³

A revista *Veja* não apenas documenta os eventos cruciais da história brasileira, mas também reflete as mudanças na mídia e na sociedade ao longo do tempo. Sua longa trajetória ilustra a complexidade do jornalismo no Brasil e o papel das revistas semanais na formação de opinião pública, com matérias com opiniões políticas definidas e longe de imparcialidade.

Embora as publicações da revista se proponham a apresentar informações de maneira objetiva e equilibrada, a realidade, como vimos, muitas vezes revela uma tendência a abordagens enviesadas, influenciadas por orientações ideológicas ou interesses comerciais. A busca por leitores ou audiência pode levar à seleção seletiva de notícias e a apresentação de perspectivas que favoreçam determinados pontos de vista, comprometendo a objetividade jornalística.

As análises feitas durante o presente trabalho irão destacar os posicionamentos políticos e partidários da revista durante determinado período histórico: 2014/2016 – período em que esteve no poder executivo a ex Presidenta Dilma Rousseff, cumprindo seu 2º mandato presidencial. Levaremos em consideração os discursos de gênero presentes nas reportagens.

1.3 DISCURSOS DE GÊNERO E O ENSINO DE HISTÓRIA

Gênero tem sido o termo utilizado para teorizar a diferença sexual, questionando os papéis sociais destinados às mulheres e aos homens. A categoria de gênero não se constitui numa diferença universal, mas permite entender a construção e a organização social da diferença sexual [...] [...] falar em gênero em vez de falar em sexo, indica que a condição das mulheres e dos homens não está determinada pela natureza, pela biologia ou pelo sexo, mas é resultante de uma invenção, de uma engenharia social e política. Ser homem/ mulher é uma construção simbólica que faz parte do regime de emergência dos discursos que configuram sujeitos. (Colling, 2015, p. 299)

A historiografia existente por séculos dedicou-se a história de um sujeito universal: homem, branco, cis e urbano. Excluindo todos os outros sujeitos históricos existentes, legitimando as relações de poder através dos discursos historiográficos.

¹³ VEJA. De que lado está veja. **Revista Veja**. 20 fev. 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/de-que-lado-esta-veja/> Acesso em: 19 jan. 2024.

Os historiadores fizeram a historiografia do silêncio. A história transformou-se em um relato que esqueceu as mulheres, como se, por serem destinadas à obscuridade da reprodução inenarrável, elas estivessem fora do tempo, fora do acontecimento. Mas elas não estão sozinhas nesse silêncio profundo. Elas estão acompanhadas de todos aqueles que foram marginalizados pela história, como os negros, os homossexuais, etc. (Colling, 2015, p.301)

O início dos estudos de gênero como um campo acadêmico consolidado remonta às décadas de 1960 e 1970, quando movimentos sociais, como o feminismo de segunda onda, emergiram e demandaram uma análise mais profunda das relações de gênero. Esse período viu a formulação e popularização do termo "gênero" para diferenciar as construções sociais, culturais e psicológicas associadas aos papéis de homens e mulheres, indo além das categorias biológicas. Sociólogas e acadêmicas como Simone de Beauvoir foram pioneiras ao abordar questões de desigualdade de gênero, lançando as bases para a discussão acadêmica que se seguiria.

Segundo Joan Scott (1989), o "gênero" era um termo proposto por aquelas que defendiam que a pesquisa sobre mulher transformaria fundamentalmente os paradigmas, criado por feministas americanas que afirmavam sobre a importância desse estudo, uma vez que ele permitiria não somente uma valorização das mulheres, mas uma reavaliação do que já havia sido escrito sobre a história dos grandes homens e grandes feitos.

"Aprendemos", escreviam três historiadoras feministas, "que inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas. Não é exagerado dizer que por mais hesitante que sejam os princípios reais de hoje, tal metodologia implica não só em uma nova história das mulheres, mas em uma nova história" (Scott, 1989, p. 04)

Levou um tempo, e muitas discussões, até que a história da mulher fosse encontrando o seu lugar. Após um longo período, onde temáticas sobre gênero, sexualidade, feminismo, empoderamento, eram tratados apenas entre os movimentos sociais, a academia foi ganhando representatividade e força para realizar pesquisa estudos sobre tais temas.

Para pensar a trajetória de categorias de análise como "mulher", "mulheres", "gênero", "feminismo", "sexualidade", "homossexualidades" e

“intersecção” na historiografia brasileira nos últimos anos, é preciso focalizar, em primeiro lugar, a atuação de movimentos sociais de mulheres, de feministas, de LBGTs+ e do movimento de mulheres negras. Mas apenas isto não basta. Convém ainda situar os aportes de recursos para pesquisa e a ocupação de lugares na academia que foram dando legitimidade a certos estudos – não sem resistência -, e que permitiram que a historiografia se engajasse em assuntos que até então faziam parte tão somente do vocabulário dos movimentos sociais. (Pedro, 2019, p. 96)

Segundo Janaína Jaskiu (2017), a história da mulher não poderia simplesmente ser encaixada na história já existente, eram necessárias ressignificações. E foi em 1986, quando a historiadora Joan Scott apresentou um artigo crucial intitulado "Gênero: uma categoria útil para a análise histórica", que foi marcado um ponto de virada na explicação das diferenças sexuais, transcendendo a mera descrição. Vale destacar que, embora o conceito de gênero já fosse objeto de debate em universidades brasileiras, a contribuição de Scott consolidou-se como uma referência importante nesse contexto.

O gênero é, portanto, um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. Quando os(as) historiadores(as) procuram encontrar as maneiras como o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e das formas particulares, situadas em contextos específicos, como a política constrói o gênero e o gênero constrói a política. (Scott, 1986. p. 89)

O início do estudo de gênero no Brasil remonta às décadas finais do século XX, quando a discussão sobre questões de gênero e as relações sociais entre homens e mulheres ganhou visibilidade acadêmica. O movimento feminista desempenhou um papel significativo nesse cenário, fomentando a reflexão sobre as desigualdades de gênero e os estereótipos culturais.

Mesmo após muitos anos de debates, a historiografia da categoria gênero é recente no Brasil, mesmo que o debate nas universidades sobre tal assunto já ocorra antes da década de 1980. Como afirma Zirbel:

No final da década de 1980, a maioria dos estudos sobre a mulher se funde com os estudos de gênero no Brasil. A criação de um campo de pesquisas de cunho feminista sobre a condição das mulheres no país, iniciado no final dos anos setenta, continuava em processo de implantação e aceitação. Ao mesmo tempo em que se avançava entre a comunidade acadêmica, uma gama de teorias e conceitos era discutida entre as feministas ligadas às mais diversas disciplinas. O conceito de gênero parecia servir a diferentes fins. (Zirbel, 2007, p. 145)

Desde então, historiadoras e historiadores buscam produzir textos e levantar discussões sobre a importância do tema, para ressignificar a história e valorizar os sujeitos que por anos foram esquecidos na historiografia. Dessa maneira, o estudo de gênero no Brasil tem continuado a se ampliar, tornando-se uma área interdisciplinar vital que examina as complexidades das identidades de gênero e as formas como elas se entrelaçam com a história e a sociedade brasileiras.

Diante do acima exposto, percebemos que o Ensino de História deve-se ocupar de debates sobre gênero dentro e fora da sala de aula, pois a cultura escolar que o aluno está inserido irá permitir que ele construa um posicionamento crítico e desenvolva habilidades sociais e cognitivas de se relacionar e interpretar a pluralidade que a sociedade brasileira possui. Caso o contrário ocorra, não sejam abordados temas como gênero e diversidade, e relações de poder homem x mulher, a legitimação de estereótipos irão se perpetuar, refletindo em todos os âmbitos sociais.

Capacitar os estudantes para perceber a historicidade de concepções, mentalidades, práticas e formas de relações sociais é justamente uma das principais funções das aulas de História. Ao observar que as ideias a respeito do que é ser homem e ser mulher, os papéis considerados femininos e os masculinos ou a condição das mulheres, por exemplo, foram se transformando ao longo da história (como e porque), os alunos passam ter uma das regras sociais de suas próprias concepções, bem como das regras sociais e verdades apresentadas como absolutas e definitivas no que diz respeito às relações de gênero. (Pinsky, 2010, p.33)

O Ensino de História passou e passa por mudanças constantemente, uma vez que minorias ganham espaço e voz e aos poucos conquistam o protagonismo que merecem não somente nos livros didáticos, mas também nas discussões cotidianas do espaço escolar.

Para que de fato os docentes consigam incorporar a multiplicidade de sujeitos construtores da nação brasileira durante o ensino de História, é necessário possuir um discurso e uma postura condizente com a realidade do aluno e com os interesses que ele possui. Dentre os assuntos que vêm ganhando espaço nas salas de aula e devem estar cada vez mais presente, não somente nas aulas de História, mas principalmente fazer parte da cultura escolar, está a discussão de gênero, para que desigualdades sejam sanadas e superadas:

A naturalização da desigualdade nas relações de gênero faz com que muitas situações ocorridas no cotidiano escolar não sejam percebidas e acabem reforçando representações preconceituosas e estereotipadas. (Jaskiu, 2018, p.12).

De acordo com Joana Pedro, 2019 a previsão do destino da história como disciplina é uma tarefa impossível. No entanto, ao refletirmos sobre a trajetória de certas categorias de análise, torna-se evidente que o que perdura é a mudança. Essa transformação constante é sempre impulsionada pelas alterações nos contextos sociais e políticos vigentes.

Nesse contexto, a base sobre as disparidades sexuais, a representação de gênero e as explicações sobre a invisibilidade das mulheres não apenas se apresenta como um tema a ser explorado nas aulas de história, mas também se configura como uma parte essencial da visão de mundo que os indivíduos internalizam em relação ao gênero. Como destacado por Joan Scott (1994), a abordagem histórica de gênero implica em enfatizar os significados variáveis e contraditórios atribuídos à diferença sexual, os processos políticos pelos quais esses significados são construídos, a instabilidade e adaptabilidade das categorias "mulheres" e "homens", e as formas como essas categorias se inter-relacionam em relação à outra, embora não de maneira consistente ou uniforme em cada período. Este, portanto, seria o direcionamento das abordagens históricas.

Segundo Colling 2015, abordar as relações de gênero no contexto do ensino de história emerge como uma tarefa urgentíssima. Reconhecendo a necessidade de transformar a cultura em relação às percepções dos papéis sociais de homens e mulheres, dois pontos cruciais para a mudança de mentalidades se destacam: o ambiente doméstico, onde meninos e meninas são inicialmente expostos às primeiras noções de ser homem ou mulher e aos papéis sociais atribuídos a cada gênero na sociedade; e a instituição escolar, onde as desigualdades de gênero são semeadas ou reiteradas. Abordar essas questões no ensino de história é essencial para promover uma compreensão crítica do passado e contribuir para a construção de uma sociedade mais igualitária e inclusiva, e o docente de História ocupa um papel essencial nesse processo:

Os fatos históricos, assim como seus heróis, são construções culturais muito distantes da verdade almejada por muitos historiadores. A verdade é uma interpretação (...) As diferentes interpretações são resultado de diferentes pontos de vista, de diferentes posições, de diferentes perspectivas. Nada pode ser visto como natural, justo, verdadeiro, belo, desde sempre. As formas que os objetos históricos adquirem só podem ser explicadas pela própria história. O professor de História é responsável pela sua seleção, pelo seu recorte, pela sua elaboração e até pelo seu silenciamento. A história não implica apenas lembrar, mas também produzir o esquecimento. (Colling,

2015, p. 302)

Por certo, o estudo de gênero nas escolas é de fundamental importância, pois contribui para o desenvolvimento de uma educação mais inclusiva e abrangente. Ao integrar discussões sobre gênero no currículo, as escolas proporcionam aos alunos a oportunidade de compreender e questionar as construções sociais, culturais e históricas associadas aos papéis de homens e mulheres. Isso promove a consciência crítica sobre as desigualdades de gênero e os estereótipos, capacitando os estudantes a reconhecer e combater discriminações baseadas no gênero.

Além disso, estudar gênero nas escolas contribui para o fortalecimento da igualdade de oportunidades e para a desconstrução de preconceitos, preparando os alunos para uma participação mais consciente e equitativa na sociedade. Essa abordagem também auxilia na promoção de ambientes escolares mais inclusivos, onde a diversidade de identidades de gênero é respeitada e valorizada.

Portanto, reconhecer os discursos e as práticas que nomearam as mulheres ou as silenciaram no campo da história é uma tarefa primeira para um ensino de História não sexista e com equidade. (Colling, 2015, p. 311).

Ao compreender as complexidades das relações de gênero, os estudantes estão melhor equipados para desafiar estigmas e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

1.3.1 Estudo de Gênero e a Representatividade da Mulher na Política Brasileira.

A prática política se materializa na participação política, contudo muitas mulheres enfrentam desafios ao buscar ocupar posições de liderança, serem eleitas ou exercerem influência nas decisões políticas.

Como produto de uma construção histórico-social, as mulheres pertencem a um segmento que, globalmente, esteve à margem da esfera política. Ao buscar entrar nas esferas de decisão política, deparam-se com obstáculos culturais que, por longo período, as excluíram da participação política em geral, apesar de representarem 53% do eleitorado brasileiro (BRASIL, 2016). Essas dificuldades são resultado da longa história de exclusão das mulheres na arena política, cujos ecos persistem, contribuindo para a atual baixa representação feminina no governo.

Se somos a maioria do eleitorado, e, portanto, temos capacidade de decidir as eleições a nosso favor, por que isso não acontece na prática? Quando relembramos tempos mais áridos, em que lutar pelo direito ao voto ou disputar uma eleição poderia custar sofrimentos, retaliações e até a própria vida para uma mulher, percebemos o quanto é vital buscar essas respostas para que mais mulheres partilhem do poder político no país. (Nolasco, 2010, p. 04)

A falta de representatividade feminina em âmbitos importantes da nossa sociedade é reflexo de relações de poder que predominaram por décadas em nossa sociedade. Segundo Colling, apresenta-se ao feminino uma única alternativa: cuidar do lar, casar-se, ser mãe e ali permanecer. Portanto, a história da mulher na política brasileira é ofuscada pelo domínio machista e opressor que perdura ao longo do tempo. Defender a presença feminina em espaços públicos é compreender que a política também é um espaço pertencente a mulher, mesmo que tenha sido negado a elas por séculos.

Era impensável que as mulheres ocupassem os mesmos espaços que os homens em uma sociedade patriarcalista e arcaica, da mesma forma como era impensável os negros assumirem posições de poder. As mulheres e os negros eram considerados seres humanos de segunda classe. (Vaz, 2008, p. 42)

O ponto de partida reconhecido para a participação feminina no parlamento é a obtenção do direito ao voto em 1932, um marco que se concretizou graças à persistente luta do movimento sufragista. Sobre a história e importância de tal movimento pontuamos que movimento sufragista feminino no Brasil teve suas raízes fincadas no início do século XX, impulsionado por mulheres visionárias que buscavam a igualdade de direitos políticos. Bertha Lutz¹⁴, médica e cientista, e Nísia Floresta¹⁵, educadora e pioneira dos direitos das mulheres, destacaram-se como líderes nesse movimento. A mobilização cresceu em meio a debates sobre a participação feminina na sociedade e, em particular, sobre o direito ao voto. As sufragistas brasileiras

¹⁴ Bertha Lutz é conhecida como a maior líder na luta pelos direitos políticos das mulheres brasileiras. Zoóloga de profissão, Bertha Maria Júlia Lutz é conhecida como a maior líder na luta pelos direitos políticos das mulheres brasileiras. Ela se empenhou pela aprovação da legislação que outorgou o direito às mulheres de votar e de serem votadas. BERTA Lutz. **Senado Notícias**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/bertha-lutz>. Acesso em: 19 jan. 2024.

¹⁵ Nísia Floresta foi a pioneira do feminismo, periodismo e literatura de autoria feminina no país, mas sua importância vai além: em 1838, funda, no Rio de Janeiro, um dos primeiros colégios exclusivos para meninas, o Colégio Augusto. CONHEÇA a história de Nísia Floresta. **Agência CEUB**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.uniceub.br/comunicacao/conhecaahistoriadenisiaflorestaprimeirajornalista-feminista-do-brasil/>. Acesso em: 19 jan. 2024.

argumentavam que a privação do voto era uma afronta à cidadania plena das mulheres, e clamavam por mudanças estruturais para romper com a histórica exclusão política.

Se, antes de 1850, foram poucas as mulheres que ousavam vindicar seus direitos publicamente, sendo Nísia Floresta uma delas, após essa data se multiplicaram as vozes das brasileiras que estavam exigindo seja um reconhecimento de uma posição mais destacada na sociedade, seja uma reparação ao que consideravam uma injustiça cometida contra elas. Tais manifestações foram feitas, principalmente, através da imprensa. (Karawejczyk, 2013, p. 70)

Em 1932, o Brasil deu um passo significativo ao promulgar o Código Eleitoral, que concedeu o direito de voto às mulheres. Essa conquista foi o resultado de anos de esforços intensos por parte do movimento sufragista, destacando a determinação e a resiliência das mulheres envolvidas. A mudança no cenário político brasileiro abriu caminho para uma participação mais ampla das mulheres na esfera pública, reforçando a noção de igualdade e pavimentando o caminho para futuras conquistas no campo dos direitos civis e políticos.

De modo que o voto feminino acabou sendo conquistado em 1932, com a promulgação do Código Eleitoral no dia 24 de fevereiro. 35 Esta vitória se deu através do Decreto no 21.076, que instituiu a Justiça Eleitoral, o voto secreto e o voto feminino. A redação do artigo 2º ficou assim definida: *É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma desse código*. (Karawejczyk, 2013, p. 301)

As contribuições do movimento sufragista brasileiro continuam a reverberar na sociedade contemporânea, servindo como um testemunho da capacidade de transformação e da importância de lutas coletivas pela igualdade de gênero. Essa fase da história brasileira, marcada pela conquista do voto feminino, destaca a resistência e a perseverança das mulheres que desafiaram as normas sociais da época em busca de uma participação plena e igualitária na vida política do país.

Contudo, os desafios para a mulher na política persistiram, e ainda persistem, a luta das mulheres no início do século XX para a inserção em cargos e decisões políticas não foi o suficiente para superar a exclusão feminina. Após essa data sofremos por dois períodos ditatoriais (Estado Novo e golpe Civil-Militar) os quais excluíram e minaram ainda mais a mulher do espaço público, limitando-a a ser bela, recatada e do lar. Esse período caracterizou-se por uma estrutura de poder predominantemente masculina, onde as mulheres encontravam barreiras

institucionais e culturais para ingressar na esfera política.

Os militares ao tratar a mulher política, de imediato tentam a sua desqualificação como sujeito autônomo. Sua caracterização dá-se como apêndice dos homens, incapaz de decisão política. A única mulher que é respeitada com decisão própria segundo os arquivos da repressão é a religiosa. (Colling, 2004, p. 08)

Durante esse período, as mulheres que se envolviam em atividades políticas muitas vezes eram alvo de perseguições e repressões, especialmente se suas ações eram interpretadas como desafios ao regime. A censura e a repressão também afetaram a atuação de organizações feministas e movimentos que buscavam promover os direitos das mulheres. Apesar desses desafios, movimentos feministas conseguiram resistir e continuar sua luta por igualdade de gênero e justiça social, destacando-se como figuras importantes na resistência política durante a ditadura militar.

A mulher militante política nos partidos de oposição à ditadura militar cometia dois pecados aos olhos da repressão: de se insurgir contra a política golpista, fazendo-lhe oposição e de desconsiderar o lugar destinado à mulher, rompendo os padrões estabelecidos para os dois sexos. A repressão caracteriza a mulher militante como *Putá Comunista*. Ambas categorias desviantes dos padrões estabelecidos pela sociedade, que enclausura a mulher no mundo privado e doméstico. (Colling, 2004. P. 7)

À medida que o Brasil avançava para o processo de redemocratização nos anos 1980, as mulheres começaram a conquistar espaço na política, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva. As experiências das mulheres durante a ditadura militar ressaltam a resiliência e a determinação das que enfrentaram condições adversas para promover mudanças sociais e políticas em prol dos direitos femininos. Neste contexto histórico, é relevante destacar Dilma Rousseff como um símbolo de resistência, reservando para outro momento a abordagem detalhada de suas ações durante a ditadura.

Em 1988, com a promulgação da Constituição Cidadã, a inserção da mulher na política brasileira aumenta significativamente e várias questões passam a ser abordadas em relação a sua situação enquanto sujeito social. A presença da mulher na política amplia as discussões sobre as desigualdades de gênero, obtendo grandes alterações nas relações de poder sobre gênero do Brasil. Podemos citar aqui, a Lei de Cotas de 1995 (9.504/95) a qual determina que os partidos devem possuir um número mínimo de candidatas ao pleito.

Art. 10. Cada partido ou coligação poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, a Câmara Legislativa, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais no total de até 150% (cento e cinquenta por cento) do número de lugares a preencher, salvo: (Redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015)

§ 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo.” (Redação dada pela Lei nº 12.034, de 2009)

Contudo, mesmo com a promulgação da lei, muitos partidos resistem em ofertar tais vagas, não a consideram justa e questionam os motivos dela existir. Dificultando ainda mais a inserção das mulheres em um âmbito majoritariamente masculino. Segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2018, as mulheres compunham 51,7% da população brasileira, enquanto os homens representavam 48,3%. Apesar de constituírem a maioria da população, a presença feminina em cargos políticos não reflete essa proporção. Conforme informações do IBGE para o mesmo ano, a representação das mulheres no Congresso Nacional era de apenas 13,25%, evidenciando uma disparidade significativa entre a composição demográfica e a participação política no país.

A discrepância em número de representantes no executivo, legislativo e judiciário ainda é enorme. Como nos mostra a tabela abaixo, que diz respeito ao número de parlamentares eleitos no legislativo nas eleições de 2010, 2014 e 2018:

Tabela 1 - Quantidade e percentual de candidatos e eleitos para os cargos Legislativos nas Eleições Gerais de 2010, 2014 e 2018¹⁶

			Eleições 2010				Eleições 2014				Eleições 2018			
Dados			Candidatos		Eleitos		Candidatos		Eleitos		Candidatos		Eleitos	
Região	Cargo	Sexo	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Norte	Dep. Federal	Masculino	347	76,60	55	84,62	476	66,48	50	76,92	905	75,99	50	76,92
		Feminino	106	23,40	10	15,38	240	33,52	15	23,08	286	24,01	15	23,08
	Dep. Estadual	Masculino	1.760	76,66	156	84,32	2.397	68,72	160	86,49	2358	67,37	146	78,92
		Feminino	536	23,34	29	15,68	1.091	31,28	25	13,51	1142	32,63	39	21,08
Nordeste	Dep. Federal	Masculino	875	85,28	140	92,72	1.084	67,88	141	93,38	1319	66,89	139	92,05
		Feminino	151	14,72	11	7,28	513	32,12	10	6,62	653	33,11	12	7,95
	Dep. Estadual	Masculino	2.258	81,14	289	84,75	2.654	69,59	301	88,27	2794	68,07	284	83,92
		Feminino	525	18,86	52	15,25	1.160	30,41	40	11,73	1311	31,93	57	16,71
Centro-oeste	Dep. Federal	Masculino	277	79,60	37	90,24	373	67,45	37	90,24	465	66,71	31	75,61
		Feminino	71	20,40	4	9,76	180	32,55	4	9,76	232	33,29	10	24,39
	Dep. Estadual/Distrital	Masculino	1.379	76,48	103	91,15	1.816	68,66	88	90,72	1761	67,91	107	94,69
		Feminino	424	23,52	10	8,85	829	31,34	9	9,28	832	32,09	6	5,31
Sul	Dep. Federal	Masculino	533	78,04	72	93,51	554	67,81	72	93,51	767	68,30	65	84,42
		Feminino	150	21,96	5	6,49	263	32,19	5	6,49	356	31,70	12	15,58
	Dep. Estadual	Masculino	1.046	75,96	133	89,26	1.407	68,27	135	90,60	1423	68,12	131	87,92
		Feminino	331	24,04	16	10,74	654	31,73	14	9,40	666	31,88	18	12,08
Sudeste	Dep. Federal	Masculino	1.922	80,86	164	91,62	2.379	68,88	162	90,50	2697	68,50	151	84,36
		Feminino	455	19,14	15	8,38	1.075	31,12	17	9,50	1240	31,50	28	15,64
	Dep. Estadual	Masculino	3.521	81,04	240	88,56	4.097	69,03	244	90,04	4533	68,31	228	84,13
		Feminino	824	18,96	31	11,44	1.838	30,97	27	9,96	2103	31,69	43	15,87

Fonte: TSE

A legislação de cotas, embora seja um avanço, ainda não é completamente eficaz. Apesar das medidas que buscam garantir uma representação mínima de mulheres, a implementação prática e a mudança cultural necessária para promover uma participação política mais equitativa são desafios em andamento. A falta de políticas de conciliação entre vida familiar e carreira política também impacta as mulheres de maneira desproporcional, muitas vezes levando-as a abdicar ou adiar suas aspirações políticas.

Em resumo, os desafios enfrentados pela participação da mulher na política brasileira estão enraizados em questões culturais, sociais e estruturais, exigindo esforços contínuos para superar essas barreiras e promover uma representação

¹⁶ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Quantidade e percentual de candidatos e eleitos para os cargos Legislativos nas Eleições Gerais de 2010, 2014 e 2018. **Tribunal Superior Eleitoral**. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sigcandidaturas/home?sessio-n=304471616486669> Acesso em: 18 dez. 2023.

mais igualitária e diversificada nos cargos públicos. As mulheres que enfrentam todos os estereótipos preconceitos e avançam na luta da participação política e pública são alvos constantes de ataques, como no caso da ex presidenta Dilma Rousseff, a qual sofreu discursos misóginos e discriminatórios no processo que culminou em seu impeachment.

No próximo capítulo desta dissertação, será explorado o histórico das lutas e conquistas das mulheres na política brasileira ao longo do período republicano. Desde a conquista do direito ao voto em 1932 até a crescente participação das mulheres em cargos eletivos, será analisado como o movimento feminista e as reivindicações por igualdade de gênero impactaram a política no Brasil. O capítulo buscará contextualizar os desafios enfrentados pelas mulheres na busca por representatividade, destacando as barreiras culturais e institucionais que persistem, bem como os avanços que foram obtidos ao longo das décadas.

Além disso, será realizado um recorte biográfico sobre a trajetória política da ex-presidenta Dilma Rousseff, uma figura emblemática na história recente do Brasil. A análise focará nas lutas enfrentadas por Dilma ao longo de sua carreira, especialmente durante seu mandato presidencial, quando foi alvo de uma intensa campanha de deslegitimação marcada por misoginia. O capítulo abordará como a mídia, em particular, desempenhou um papel crucial na construção de uma narrativa preconceituosa contra a ex-presidenta, correlacionando essas atitudes com a resistência histórica às conquistas femininas na política.

CAPÍTULO 2

LUGAR DE MULHER É NA POLÍTICA; DILMA CORAÇÃO VALENTE: TRAJETÓRIA DE LUTA E RESISTÊNCIA DA EX- PRESIDENTA.

No decorrer do capítulo, explorarei o intrincado cenário da presença feminina na história da política do Brasil República, com foco na trajetória de Dilma Rousseff. Este capítulo busca analisar as complexas dinâmicas de gênero que permeiam o ambiente político brasileiro, destacando os desafios enfrentados por mulheres que buscaram e buscam ascender a cargos de liderança em um espaço majoritariamente e historicamente ocupado por homens. Por meio de uma análise crítica e contextualizada, este capítulo busca lançar luz sobre as diferentes narrativas que moldam a percepção pública das mulheres na política e os impactos dessas representações na esfera social e política brasileira.

2.1 LUGAR DE MULHER É NA POLÍTICA! CONTEXTUALIZAÇÃO DA HISTÓRIA DA MULHER NA POLÍTICA REPUBLICANA BRASILEIRA.

Com o título "bela, recatada e do lar!", a revista Veja lançou, em 18 de abril de 2016, uma matéria que elogiava a ex-primeira-dama Marcela Temer de forma parcial. Na época da publicação, Dilma ainda ocupava a presidência do Brasil, porém, distante de qualquer elogio por parte da revista. Pelo contrário, sua ocupação do mais alto cargo executivo do país incomodava muitos. Afinal, para alguns, como mulher, o lugar de Dilma deveria ser no lar e, de preferência, recatada.

Se, em pleno século XXI, uma revista de grande circulação do país adotava tal posicionamento, fica evidente o quão árduas foram as lutas e dificuldades enfrentadas por mulheres e movimentos sociais ao longo da história da República do Brasil. Essas batalhas visavam transformar o espaço político em um ambiente inclusivo para todos, e não apenas para os homens.

Um século antes de as mulheres conquistarem o direito ao voto, o movimento sufragista feminino iniciou suas batalhas por espaço, reconhecimento e, principalmente, pelo direito de participar ativamente do processo eleitoral no Império

Brasileiro. Segundo Bester, 2016, no contexto político do final do século XIX o ideal feminino mais recorrente da época, a de que elas deveriam se manter na margem da comunidade política, “na segurança de seus lares e sob o governo dos homens”. Em 1881, durante o final do período imperial brasileiro, foi promulgada a Lei Saraiva¹⁷, uma nova legislação eleitoral que estabelecia os critérios para a participação no processo eleitoral como eleitor. No entanto, apesar da promulgação dessa lei, as mulheres permaneceram excluídas de qualquer forma de participação na política brasileira.

Em 1881, ano da aprovação da Lei Saraiva (cita-se esta lei por ter estabelecido o pleito direto e criado o título eleitoral), para ser eleitor o indivíduo deveria cumprir exigências como: ser do sexo masculino, maior de 21 anos e ter uma renda anual determinada, eis que vigia o voto censitário. Além disso, não deveria ser “praça de pré” ou religioso em regime de claustro. Segundo pensamento dominante à época, a justificativa para a exclusão das mulheres centrava-se no fato de que, como estes últimos, elas também estavam sob o mando de alguém, eram subordinadas (no caso, ao pátrio poder ou ao poder marital). (Bester, 2016, p. 333).

A nova forma de governo adotada no Brasil estava permeada por antigas práticas machistas e excludentes. Apesar de se tratar de uma república federativa fundamentada em valores positivistas, as três primeiras décadas do século XX ainda mantinham as mulheres à margem do processo eleitoral, negando-lhes qualquer participação. Nesse contexto de exclusão, as mulheres brasileiras se engajaram na luta pelo direito ao voto, percebendo-o como uma maneira de fortalecer as instituições do sistema representativo, historicamente frágeis no Brasil.

¹⁷ A Lei Saraiva, Decreto nº 3 029, de 9 de janeiro de 1881, foi a lei que instituiu, pela primeira vez, o Título de Eleitor, proibiu o voto de analfabetos e adotou eleições diretas para todos os cargos eletivos do Império brasileiro: senadores, deputados à Assembleia Geral, membros das Assembleias Legislativas Provinciais, vereadores e juízes de paz. A determinação estabeleceu ainda que os imigrantes de outras nações, em particular comerciantes e pequenos industriais, e também os que não fossem católicos, religião oficial do Império, poderiam se eleger, desde que possuísse renda não inferior a duzentos mil réis. O redator final da lei foi o deputado-geral Rui Barbosa. Deveu-se tal denominação à homenagem feita ao Conselheiro José Antônio Saraiva, então Presidente do Conselho de Ministros, que foi o responsável pela maior reforma eleitoral do país até então. In: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Você sabe o que foi a Lei Saraiva? O Glossário explica. **Tribunal Superior Eleitoral**. 30 nov. 2022. 11:38. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Novembro/voce-sabe-o-que-foi-a-lei-saraiva-o-glossario-explica>. Acesso em: 20 abr. 2024.

2.1.1 Início da República, a Luta do Movimento Sufragista no Brasil. (1890 – 1932).

O voto feminino foi oficialmente estabelecido em nível nacional em 1932, por meio do Código Eleitoral, em seu Artigo 2º, que declarava: "É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código." Ao permitir uma interpretação abrangente ao utilizar a expressão "sem distinção de sexo", o legislador possibilitou que as mulheres obtivessem o direito ao voto.

Até chegar o momento histórico de Getúlio Vargas ter assinado tal decreto, foi necessária uma intensa luta por parte de diversas mulheres. O movimento sufragista desempenhou um papel de destaque e extrema importância nessa busca pelo reconhecimento do direito ao voto feminino.

A luta sufrágica em si foi longa e árdua, sendo que as primeiras manifestações isoladas apareceram por volta de 1832, 1837 e, após, em 1870-75, relacionadas estas últimas com o abolicionismo, passando por severas críticas (sob forma, entre outras, de crônicas, pequenas histórias e até "risíveis piadas" veiculadas em jornais da época), embasadas em argumentos débeis, frágeis, se olhados com o distanciamento histórico hoje permitido, mas que a época encontrava grande sustentação e respaldo. (Bester, 2016, p. 334)

É nesse contexto de luta por igualdade política que em 1910 surge o Partido Republicano Feminino (PRF), o qual foi uma organização política brasileira que surgiu como uma resposta ao contexto político e social da época. Seu principal objetivo era promover a participação política das mulheres e defender seus direitos civis e sociais, sendo uma das principais bandeiras do PRF a luta pelo direito ao voto feminino.

No mês de dezembro de 1910 reuniram-se assim na cidade do Rio de Janeiro professoras, escritoras e donas de casa, somando ao todo 27 mulheres, que concordaram em assinar a ata de fundação de um partido político que tinha como objetivo integrá-las na sociedade política. (Melo, 2000, p. 71)

O PRF foi criado por mulheres influentes da elite intelectual e social brasileira, como Bertha Lutz, Celina Guimarães Viana e Maria Lacerda de Moura, entre outras. Mas foi na figura da sua presidente a professora Leolinda Daltro¹⁸¹⁸ que

¹⁸ Leolinda era uma mulher desquitada, que criou seus cinco filhos separada do marido e muito ativa politicamente. Por sua atuação, foi perseguida e apelidada de "mulher do diabo". Nascida na Bahia ela mudou-se para o Rio de Janeiro onde morou a maior parte da vida. Antes de se dedicar a luta feminista, Leolinda abraçou a causa indígena. Seu objetivo era o de incorporar os índios brasileiros

o partido se organizou para dar os importantes passos para que a discussão sobre a emancipação feminina fosse difundida mais amplamente na sociedade. Além de sua atuação no movimento sufragista, Leolinda também foi uma defensora dos direitos das mulheres em outras áreas, como o acesso à educação e ao trabalho digno. Sua coragem e determinação inspiraram gerações de mulheres brasileiras a lutarem pelos seus direitos e a se envolverem na política.

Por mais de uma década, Leolinda e suas companheiras de militância ocuparam a cena política carioca colocando em evidência a luta pelo sufrágio feminino e pela cidadania das mulheres. Fazia parte de estratégia Leolinda comparecer a todos os eventos que pudessem ter repercussão na imprensa. O movimento causou barulho e teve grande repercussão, dividindo opiniões acerca do voto feminino. Em 1919, Leolinda se lançou candidata à Intendência Municipal do Distrito Federal, mas não conseguiu formalizar sua candidatura. No decorrer dos anos 1920, foi aos poucos se afastando da cena política, passando a se dedicar exclusivamente a sua atuação como educadora.¹⁹

Durante a década de 1920, as sufragistas brasileiras persistiram na luta pelos direitos políticos das mulheres, adotando as estratégias típicas do movimento, que consistiam em influenciar a opinião pública e pressionar os membros do Congresso

Em 1922, Bertha Lutz fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), sucedendo à Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher. A FBPF tornou-se a primeira organização feminista brasileira com reconhecimento nacional e internacional. No ano de 1918, Bertha Lutz publicou um artigo convocando as mulheres à formação de uma organização destinada à defesa de seus direitos, incluindo o direito de participação política eleitoral por meio do voto.

Bertha Lutz expandia-se sobre os objetivos do movimento. Estes iam desde interesses altamente generalizados, como a paz mundial, até assuntos específicos, como o pagamento igual para trabalho igual e oportunidades educacionais iguais. Mas, para realizar esses objetivos, afirmava, as mulheres precisavam ter acesso ao processo político como cidadãs plenas e iguais; precisavam ter participação política direta e legítima. (Hahner,

à sociedade pela via da educação, sobretudo sem conotação religiosa. Em 1896, iniciou uma empreitada ambiciosa e percorreu o interior do país promovendo a alfabetização em aldeias indígenas. Em 1910, mesmo ano em que fundou o Partido Republicano Feminino, ela dirigia a Escola de Ciências, Artes e Profissões Orsina da Fonseca, localizada no bairro da Tijuca, Zona Norte do Rio de Janeiro. O GLOBO. Primeiro partido feminista do Brasil. **Tribunal Superior Eleitoral de Goiás.** Disponível em: https://apps.trt-go.jus.br/memorial/?page_id=11046 Acesso em: 20 abr. 2024.

¹⁹ O GLOBO. Primeiro partido feminista do Brasil. **Tribunal Superior Eleitoral de Goiás.** Disponível em: https://apps.trt-go.jus.br/memorial/?page_id=11046 Acesso em: 20 abr. 2024.

1981. p. 103)

Segundo Santos, 2017, o voto era considerado um instrumento fundamental para que as mulheres pudessem exercer plenamente sua cidadania. A busca pela igualdade de direitos, seja no acesso à educação, aos cargos profissionais ou no direito de receber salário igual ao dos homens, entre outros, só seria viável por meio de uma participação política ampla. Em outras palavras, o voto não era visto como um fim em si mesmo, mas sim como um meio para que as mulheres conquistassem seus direitos.

Finalmente, em 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder e a instauração do regime provisório, foi anunciada a decisão de elaborar um novo código eleitoral. O anteprojeto desse código, divulgado pelo governo em 1931, previa a inclusão do voto feminino, porém de maneira restrita:

art. 8o – São admitidos a inscrever-se eleitoras, desde que preencham as demais condições legais:

a) mulher solteira sui juris, que tenha economia própria e viva de seu trabalho honesto ou do que lhe rendam bens, empregos ou qualquer outra fonte de renda lícita;

b) viúva em iguais condições;

c) a mulher casada, que exerça efetivamente o comércio ou indústria por conta própria ou como chefe, gerente, empregada, ou simples operária de estabelecimento comercial ou industrial, e bem assim que exerça efetivamente qualquer lícita profissão, com escritório, consultório ou estabelecimento próprio ou em que tenha funções, devidamente autorizada pelo marido, na forma da lei civil.

art. 9o – Ainda são alistáveis, nas condições do art. antecedente:

a) a mulher separada por desquite amigável ou judicial, enquanto durar a separação; b) aquela que, em consequência da declaração judicial da ausência do marido, estiver à testa dos bens do casal, ou na direção da família; c) aquela que foi deixada pelo marido durante mais de dois anos, embora esteja este em lugar sabido.²⁰

A conquista do sufrágio feminino representou um marco significativo não apenas no Brasil, mas também em diversas democracias ao redor do mundo, na contínua luta das mulheres por direitos políticos e igualdade de gênero. Essa conquista simbolizou a demanda por uma participação ativa das mulheres no processo de tomada de decisões públicas, que historicamente tem sido um espaço

²⁰ BRASIL. Decreto no 21.076 de 24 de fevereiro de 1932. Decreta o Código Eleitoral. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 24 abr. 2024.

dominado por homens.

Ao garantir o direito ao voto para as mulheres, a sociedade reconheceu a importância da voz feminina na esfera política e social. Essa mudança não apenas ampliou o escopo da democracia, mas também desafiou as normas de gênero arraigadas, abrindo caminho para uma maior igualdade de oportunidades e representação para as mulheres em todas as áreas da vida pública.

2.1.2 A Luta continua! A primeira Parlamentar Brasileira e Mudanças na Constituição.

É imprescindível destacar uma das conquistas mais significativas na trajetória das mulheres: a eleição da primeira deputada federal em 1933. A médica Carlota Pereira Queiroz²¹ desempenhou um papel fundamental ao impulsionar os movimentos que lutavam pela garantia dos direitos femininos. Ela foi a única mulher a assinar a Constituição de 1934, ao lado de outros 525 constituintes.

De acordo com Bester (2016) Carlota elaborou anteprojetos constitucionais que visavam garantir a proteção de direitos fundamentais, tais como os relacionados à maternidade, nacionalidade e estado civil, em prol da busca pelos direitos das mulheres. Essas iniciativas representaram um esforço conjunto para promover a equidade entre homens e mulheres, reconhecendo a importância de salvaguardar os direitos das mulheres em diversas esferas da sociedade.

Em um contexto predominantemente masculino, Carlota Pereira de Queiroz emerge como um marco significativo na história do feminismo, ao introduzir questões feministas nos debates políticos de sua época. Sua atuação destacada evidenciou a presença e a importância das demandas das mulheres em meio a um cenário dominado por homens. No entanto, é importante ressaltar que, mesmo com a contribuição de figuras como Queiroz, não se pode afirmar que, nesse momento histórico, tenha sido alcançada uma igualdade de gênero ou mesmo uma

²¹ Carlota nasceu em São Paulo no dia 13 de fevereiro de 1892. Filha de uma tradicional família paulistana, tornou-se professora ao concluir os estudos na Escola Normal da Praça, onde também trabalhou como inspetora e professora primária durante dez anos. Foi participante ativa na Revolução Constitucionalista em 1932, quando organizou junto à Cruz Vermelha Paulista um grupo de 700 mulheres no chamado “Departamento de Assistência aos Feridos”, além de dirigir a “Oficina de Costura”. Passado o levante e tendo sido aprovado o voto das mulheres na reforma eleitoral de fevereiro de 1932, Carlota foi uma das candidatas por São Paulo à Assembleia Constituinte de 1934. ORIÁ, Ricardo. As Mulheres no Parlamento Brasileiro. Carlota Pereira de Queiroz. Perfil da Câmara dos Deputados. Brasília: [s.d.]. Disponível em: <https://downloads.fipe.org.br/publicacoes/bif/bif458-57-61.pdf> Acesso em: 20 abri. 2024

aproximação significativa dessa igualdade.

Resta saber como foi feito uso da conquista do direito ao voto feminino e, aqui, uma pergunta impõe-se: a emancipação política das mulheres concedeu-lhes, per se, a participação política? A julgar pelo número de eleitas, a resposta é negativa. Apenas para ilustrar a ínfima presença das mulheres no cenário político nacional, tivemos a primeira Ministra em 1982 e a primeira Governadora em 1994. Há outros casos que demonstram pioneirismo, como o da primeira prefeita, eleita ainda em 1929 (em Lages/RN), o da primeira deputada federal, eleita em 1933, e o da primeira deputada estadual catarinense, eleita em 1935 que, além de mulher, era negra. Porém, são situações isoladas, de exceção. (Bester, 1996, p. 33)

De acordo com Hahner (1996), a imposição da ditadura Vargasista em 1937, conhecida como Estado Novo, marcou o encerramento da participação política eleitoral no Brasil, deixando as mulheres completamente excluídas desse processo até 1945.

A Constituição brasileira de 1946 representou um marco importante na história do país, ao estabelecer a obrigatoriedade do voto feminino²². Após décadas de luta e mobilização por parte do movimento sufragista, as mulheres finalmente conquistaram o direito de participar ativamente do processo eleitoral, ampliando seu espaço de exercer a cidadania. A importância do voto obrigatório se dá para garantir uma participação mais ampla e representativa das mulheres no processo democrático, contribuindo para a legitimidade e a estabilidade das instituições políticas. Além disso, ao tornar o voto feminino obrigatório, evita-se a exclusão de mulheres que poderiam ser menos propensas a votar voluntariamente, muitas vezes proibidas por seus familiares e/ou conjugues.

2.1.3 Anos de Chumbo, Anos de Luta! A Participação Política Feminina Durante a Ditadura Militar Brasileira. (1964 – 1985)

Em 1964, quando as Forças Armadas depuseram o presidente democraticamente eleito, João Goulart²³ um golpe de estado foi dado e iniciou-se

²² O direito do voto foi finalmente ampliado a todas as mulheres na Constituição de 1946 que, em seu artigo 131, considerava como eleitores “os brasileiros maiores de 18 anos que se alistarem na forma da lei”. LOPES, Júlia Helena Ribeiro Duque Estrada. A trajetória do voto feminino no Brasil. **JusBrasil**. 08 ago. 2022. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-trajetoria-do-voto-feminino-no-brasil/1608936501> Acesso em: 21 abr. 2024.

²³ Jango ocupou posições de destaque na política brasileira, sendo deputado estadual, deputado federal, ministro do Trabalho e vice-presidente. Assumiu a presidência em 1961 e teve um dos governos mais agitados da república brasileira. Foi derrubado por um golpe em 1964, exilando-se no Uruguai e depois na Argentina. JOÃO Goulart. **Arquivo Nacional - Centro de Referência de**

um período de repressão política, censura, perseguição a opositores e restrições às liberdades civis, que perdurou por mais de duas décadas, até o processo de redemocratização na década de 1980.

No contexto acima exposto, surgiram movimentos de protesto contra a ordem estabelecida, que reivindicavam maior igualdade de direitos e reconhecimento social para as mulheres. Com a participação delas nas fileiras das esquerdas armadas, começou a se desfazer a imagem tradicional da mulher como exclusivamente dona de casa, mãe e esposa.

De acordo com Porto (2019) essa convergência de esforços para a defesa dos direitos femininos impulsionou o movimento feminista, que ganhou ímpeto em um período de relativa estabilidade social. Isso teve um impacto significativo no fortalecimento social e político das mulheres, especialmente evidenciado nas ações das guerrilheiras:

A partir da perspectiva feminista, as guerrilheiras passaram a ser destacadas por sua excepcionalidade e ousadia, por representarem mais uma evidência da capacidade feminina de atuar em esferas descritas como culturalmente masculinas e, sobretudo, por terem se destacado, ainda que estivessem imersas em organizações descritas (pelos historiadores e pelas próprias ex-guerrilheiras) como atravessadas pela misoginia e desigualdade de gênero. (Dellamore, 2022, p. 59)

Segundo Rigonati (2015) durante o período militar, as mulheres que resistiram fizeram parte da militância de esquerda, profundamente influenciada pelo marxismo. Essa influência levou essas mulheres a estabelecerem uma nova visão para o movimento pelos direitos das mulheres, buscando não se subordinar às lutas que predominavam no centro dos debates da esquerda, como a luta contra a ditadura. Elas argumentavam que a igualdade de gênero era uma etapa essencial para a concretização do processo revolucionário. Assim, a mulher militante assumia um duplo papel de luta: contra a repressão política e contra o machismo, entendendo que ambos eram obstáculos ao avanço do movimento revolucionário.

Mesmo com demasiado sofrimento, as militantes brasileiras do período não fugiram a luta:

A ditadura militar foi um divisor de águas para a superação desses padrões machistas no Brasil. Muitas denúncias de mulheres que foram

agredidas das maneiras mais brutais, chegando até mesmo a óbito, foram registradas. A memória do sofrimento apresenta a tortura não apenas como um instrumento de negação do humano, mas também contra o feminino. Os depoimentos contêm a dolorosa marca da ridicularização do corpo da mulher, o estupro e a violência contra a maternidade. Ainda assim, as militantes permaneceram ativas pelo que acreditavam ser uma luta por todos. (Rigonatti, 2015, p. 41)

Ao desafiarem as normas tradicionais de gênero e se engajarem em atividades políticas e de resistência, essas mulheres não apenas contribuíram para a causa da democracia e dos direitos humanos, mas também inspiraram uma geração de feministas a reivindicar sua voz e seus direitos na esfera pública. Suas ações foram fundamentais para a conscientização sobre a interseccionalidade das opressões, destacando a importância de combater tanto a repressão estatal quanto as estruturas patriarcais que perpetuam a desigualdade de gênero.

Entender os avanços femininos através da resistência à ditadura militar é uma tentativa de quebrar com a “lei do silêncio” que persiste no Brasil em relação ao período, partindo de um “novo” agente social, o feminino, mostrando que a luta pela libertação da mulher no Brasil está indissolivelmente ligada às lutas gerais por liberdades que ocorreram durante o período militar. (Rigonatti, 2015, p. 45)

O protagonismo das mulheres na resistência à ditadura militar no Brasil não só desafiou os estereótipos de gênero da época, mas também contribuiu para a construção de uma memória coletiva mais inclusiva e diversificada sobre esse período histórico. Reconhecer e valorizar as contribuições das mulheres para a luta pela democracia e pelos direitos humanos é essencial para uma compreensão mais completa e precisa da história do Brasil e para o fortalecimento contínuo das lutas por justiça social e igualdade de gênero.

2.1.4 Redemocratização e Esperança! A Constituição Cidadã e a Vez das Mulheres.

No período pós-ditadura militar, a participação das mulheres na política no Brasil experimentou um gradual, porém significativo, avanço. Com o processo de redemocratização, houve uma maior abertura para a inclusão das mulheres nos espaços de poder e decisão, apesar dos desafios persistentes, como o machismo estrutural e a sub-representação feminina em cargos políticos de alto

escalon. O movimento feminista e as organizações de mulheres desempenharam um papel fundamental na promoção da igualdade de gênero na política, pressionando por políticas públicas que promovessem a participação política das mulheres e incentivando o engajamento cívico feminino. A presença crescente das mulheres na política contribuiu para uma maior diversidade de perspectivas e agendas políticas, fortalecendo a democracia e aproximando a representação política da realidade plural da sociedade brasileira.

A década de 1980 especificamente foi um marco para a militância feminista no Brasil, pois o tema começou a ser institucionalizado. Ao longo do processo de democratização e ampliação de partidos políticos, as feministas acabaram se distribuindo entre o PMDB e o PT a partir das eleições de 1982. Dessa forma, algumas conseguiram ocupar cargos na administração pública, culminando na esfera federal com a criação do Conselho Nacional de Direitos da Mulher, em 1985. (Oliveira, 2012, p. 188)

Segundo Souza (2008) nas eleições de 1986, os 23 estados, o Distrito Federal e os dois territórios que compunham a Federação elegeram 536 constituintes, sendo 487 para a Câmara dos Deputados e 49 para o Senado Federal. Foi um pleito histórico, no qual 26 mulheres foram eleitas para compor a Constituinte, todas para a Câmara dos Deputados, nenhuma para o Senado Federal. Essas 26 representantes formaram o que ficou conhecido como a "bancada feminina" e foram eleitas por 15 estados e pelo Distrito Federal. Apesar de representarem apenas 5% do total de parlamentares do Congresso Nacional naquele momento, a presença de 26 mulheres no Parlamento brasileiro foi um fato absolutamente inédito na história política do país.

Concomitante à redemocratização, em 1988 uma nova constituição é elaborada. A Constituição de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, é um marco histórico na trajetória política e jurídica do Brasil. Sua relevância se manifesta em diversos aspectos. Primeiramente, ela representou o fim de um longo período de regime militar e o estabelecimento de um Estado democrático de direito, consolidando princípios como a separação dos poderes, os direitos fundamentais e a garantia de igualdade perante a lei. Além disso, a Constituição de 1988 foi elaborada de forma participativa, com ampla contribuição da sociedade civil e de representantes de diferentes setores da sociedade brasileira, o que conferiu legitimidade e representatividade ao texto

constitucional.

Quatro das constituições da história do Brasil, portanto, foram elaboradas e promulgadas por assembleias constituintes, com diferentes graus de participação popular: as Constituições de 1891, 1934, 1946 e 1988. Por uma série de circunstâncias cuja investigação mais aprofundada foge ao objetivo deste artigo, pode-se afirmar que a Constituição de 1988, em comparação com as outras três constituições promulgadas antes dela, foi a que contou com o maior grau de participação popular em sua elaboração. Foram eleitos 559 constituintes (487 deputados e 72 senadores), que representavam 23 Estados e o Distrito Federal². Além dessa ampla representação, de natureza indireta, a população ainda apresentou 122 emendas ao texto da carta, por intermédio de instrumento de participação popular direta criado pela própria Constituinte. (Souza, 2008, p. 1)

A participação das mulheres na elaboração da Constituição de 1988 foi um marco histórico na história política do Brasil. Durante o processo constituinte, as mulheres desempenharam um papel fundamental, contribuindo com suas vozes e experiências para a construção de um texto constitucional mais inclusivo e democrático. Embora numericamente pequena, a presença feminina foi significativa, pois trouxe à tona questões e demandas específicas das mulheres, como igualdade de gênero, direitos reprodutivos, proteção contra a violência doméstica e políticas de promoção da igualdade. Essas contribuições foram fundamentais para a inclusão de dispositivos constitucionais que garantem direitos e proteções às mulheres, como a equiparação de direitos trabalhistas, a proteção à maternidade, a criação de mecanismos para combater a discriminação de gênero e a promoção da igualdade de oportunidades.

Em bloco, as 25 deputadas apresentaram, na fase inicial da elaboração do texto constitucional, um total de 34 emendas coletivas¹² que, em sua maioria, tratavam da igualdade de direitos e deveres entre o homem e a mulher. Uma das emendas, por exemplo, buscava estabelecer a igualdade de obrigações domésticas entre homens e mulheres; outra propunha a equiparação das atividades no lar às demais atividades econômicas; outra tinha o objetivo de garantir o direito ao título de propriedade e de domínio às mulheres com mais de 18 anos, independentemente do estado civil. Aposentadoria aos 25 anos de serviço, proteção do Estado à saúde da mulher e a concessão às presidiárias do direito de ficar com seus filhos durante o período de amamentação foram outras das propostas apresentadas. (Souza, 2008, p.9)

O envolvimento das mulheres na elaboração da Constituição de 1988 também teve um impacto duradouro na sociedade brasileira, ao reconhecer e valorizar as contribuições das mulheres para a construção do país. Além disso, essa participação ajudou a fortalecer o movimento feminista e a conscientização sobre a

importância da igualdade de gênero na política e na sociedade em geral. Ao assegurar a inclusão de direitos e proteções específicas para as mulheres na Constituição, as constituintes abriram caminho para uma maior participação e representatividade das mulheres na vida política e pública do Brasil, promovendo assim a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A partir das eleições de 1989, a esperança e o envolvimento feminino na política foi aumentando gradualmente. Essas eleições não somente marcaram o retorno das eleições diretas para a presidência do Brasil após um longo período de ditadura militar, o que representou um avanço democrático fundamental para o país mas esse contexto de redemocratização também abriu novas oportunidades para a participação das mulheres na política, permitindo que elas se candidatassem e fossem eleitas para cargos políticos em maior número.

Outro avanço significativo para a representatividade feminina na política foi a lei de cotas. A Lei de Cotas de Gênero Eleitoral surgiu no Brasil em 1997, por meio da Lei nº 9.504, conhecida como Lei das Eleições. Esta legislação estabeleceu pela primeira vez a exigência de que os partidos políticos reservassem um percentual mínimo de 30% das candidaturas para cada gênero nas eleições proporcionais. Essa medida foi um marco importante na promoção da participação política das mulheres e na busca pela igualdade de gênero na esfera política brasileira.

Conforme Sales (2020) uma das estratégias mais antigas e reconhecidas para promover essa inclusão é a adoção de cotas de gênero nas candidaturas políticas, uma medida que se destaca como ação afirmativa. No Brasil, essa iniciativa é considerada uma questão de justiça, uma vez que visa garantir a igualdade de oportunidades na política para um grupo que historicamente foi excluído e ainda enfrenta sub-representação. Apesar de as mulheres representarem mais da metade da população e do eleitorado brasileiro, correspondendo a 52%, de acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de 2018, sua presença nos cargos políticos ainda é significativamente inferior.

As cotas são utilizadas há mais de 20 anos no Brasil, sendo instituídas através da Lei nº 9.100/1995, que deu as normas para as eleições municipais de 1996, assegurando no mínimo 20% (vinte por cento) das vagas de cada partido político especificamente para as mulheres. Em 1997, essa porcentagem foi ampliada para 30% o mínimo e 70% o máximo de candidaturas para cada sexo, através da Lei nº 9.504 (Lei Geral das Eleições). (Sales, 2020, p. 11)

Apesar da existência de um arcabouço jurídico voltado para a promoção da participação feminina na política, tanto em nível internacional quanto nacional, ainda persiste uma disparidade evidente entre o número de mulheres e homens ocupando cargos políticos. A significativa sub-representação das mulheres eleitas é motivo de preocupação e suscita reflexões sobre as possíveis deficiências desse modelo e as medidas eficazes para alterar esse cenário.

Nas eleições subsequentes, mulheres passaram a ocupar cada vez mais altos cargos políticos, ascendendo a postos de destaque como ministras, senadoras, governadoras, prefeitas e até mesmo concorrendo à presidência. Com a chegada do século XXI, testemunhamos a realização de uma conquista histórica para as mulheres na política brasileira: a eleição da primeira mulher presidente da história do país²⁴!

Independentemente dos problemas vivenciados na política brasileira na atualidade, a eleição de uma mulher como presidente do Brasil contribuiu para mudar o cenário de atrofia participativa feminina na política, incentivando candidaturas pelo reconhecimento da necessidade da inserção da mulher na vida política e decisória do país, e não somente para prover as cotas previstas em lei. (Alves, 2016, p. 164)

Essa conquista personificada na figura de Dilma Rousseff representou um marco significativo na trajetória das mulheres na política nacional, demonstrando a capacidade e o potencial das mulheres para liderar em todos os níveis do governo.

2.2 DILMA CORAÇÃO VALENTE!

“(...)meus queridos brasileiros e brasileiras, pela decisão soberana do povo, hoje será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher.

Sinto uma imensa honra por essa escolha do povo brasileiro e sei do significado histórico dessa decisão.

Sei, também, como é aparente a suavidade da seda verde amarela da faixa presidencial, pois ela traz consigo uma enorme responsabilidade perante a nação. Para assumi-la, tenho comigo a força e o exemplo da mulher brasileira. Abro meu coração para receber neste momento uma centelha da sua imensa energia e sei que meu mandato deve incluir a tradução mais generosa dessa ousadia do voto popular que após levar à Presidência um homem do povo, um trabalhador, decide convocar uma mulher para dirigir os destinos do País.

Venho para abrir portas, para que muitas outras mulheres também possam,

²⁴ Eleita duas vezes presidente da República, em 2010 e em 2014, Dilma Rousseff foi a primeira mulher a governar o Brasil. DA REDAÇÃO. Dilma Rousseff: a primeira mulher a presidir o Brasil. **Senado Notícias**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/29/dilma-rousseff-a-primeira-mulher-a-presidir-o-brasil> Acesso em: 21 abr. 2024.

no futuro, ser Presidentas e para que, no dia de hoje, todas as mulheres brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher. Não venho para enaltecer a minha biografia, mas para glorificar a vida de cada mulher brasileira. Meu compromisso supremo, reitero, é honrar as mulheres, proteger os mais frágeis e governar para todos."²⁵

Em 1º de janeiro de 2011, a faixa presidencial do Brasil foi pela primeira vez assumida por uma mulher, Dilma Rousseff, a qual tomou posse como a primeira presidenta democraticamente eleita do país, com um total de 47.651.434²⁶ votos. A trajetória de Dilma é notável não apenas por sua ascensão à presidência, mas também por sua história de resistência política e compromisso com a defesa dos direitos humanos, princípios que se mantiveram íntegros mesmo após enfrentar um processo de impeachment amplamente considerado por muitos como um golpe.

Dilma Vana Rousseff deixou uma marca indelével na história política brasileira, destacando a importância e os desafios do protagonismo feminino na esfera política. Como bem destacou em seu último discurso enquanto presidenta do Brasil:

*"Às mulheres brasileiras, que me cobriram de flores e de carinho, peço que acreditem que vocês podem. As futuras gerações de brasileiras saberão que, na primeira vez que uma mulher assumiu a Presidência do Brasil, a machismo e a misoginia mostraram suas feias faces. Abrimos um caminho de mão única em direção à igualdade de gênero. Nada nos fará recuar."*²⁷

Superação, protagonismo feminino, e engajamento político; assim é marcada a biografia de Dilma Rousseff, uma trajetória singular. Sua vida começou em 14 de dezembro de 1947, em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Filha de um imigrante búlgaro e de uma professora brasileira, Dilma cresceu em um ambiente marcado por ideais políticos e intelectuais.

De acordo com Amaral (2011) Dilma Rousseff nasceu em um berço de classe média alta e viveu em um ambiente privilegiado, como ela mesma descreveu em entrevista. Sua infância foi marcada por um mundo cor-de-rosa, com viagens de avião (um luxo na época), um casamento familiar que incluía três empregados e

²⁵ DA REDAÇÃO. Discurso de posse da presidenta Dilma Rousseff. **Senado Notícias**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/01/01/integra-do-discurso-da-presidente-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-posse>. Acesso em: 26 abr. 2024.

²⁶ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Resultados da Eleição. **Tribunal Superior Eleitoral**. Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sigeleicaoresultados/home?p0_ano=2010&session=6069621806926. Acesso em: 26 abr. 2024.

²⁷ PIRES, Thalita. Em discurso de despedida, há seis anos, Dilma profetizou país de Bolsonaro. **Brasil de Fato**. 31 ago. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/08/31/em-discurso-de-despedida-ha-seis-anos-dilma-profetizou-pais-de-bolsonaro>. Acesso em: 26 ago. 2025.

refeições servidas à moda francesa, além de frequentar escolas particulares e participar de animados bailes e festas desde a adolescência.

Desde cedo, Dilma mostrou um espírito aventureiro, arriscando-se em brincadeiras como escalar muros com cacos de vidro e subir em árvores. Seu pai, Pedro Rousseff, incentivou seu interesse pela leitura desde a infância, introduzindo-a a livros infantojuvenis. Aos 12 anos, ele passou a alimentar sua paixão pela leitura com obras mais densas, fazendo-a mergulhar precocemente em autores como Fiódor Dostoiévski, Honoré de Balzac e Émile Zola, entre outros. Essa experiência fez de Dilma uma leitora voraz e dotada de uma bagagem intelectual considerável, mesmo ainda jovem. De acordo com Amaral, 2011, os livros estabeleceram uma conexão próxima entre Dilma e seu pai, que faleceu antes de ela completar 15 anos.

De acordo com Teixeira (2011), o percurso político de Dilma Rousseff teve início desde sua juventude, quando se envolveu com as causas da esquerda no Brasil. Aos 16 anos, ela entrou para o Colégio Estadual de Minas Gerais, em Belo Horizonte, considerado um ambiente de alta excelência acadêmica, e que era o centro do movimento estudantil no estado, caracterizado pela liberdade cultural e política.

Durante seu tempo no Colégio Estadual de Minas Gerais, Dilma Rousseff demonstrava claramente sua determinação e vontade de desafiar as convenções. Enquanto a maioria das meninas da sua época optava pelo curso de magistério, Dilma se destacava ao escolher caminhos menos tradicionais, mostrando desde cedo sua disposição em desafiar as normas estabelecidas e ser uma exceção, não apenas na sua família, mas também na sociedade em geral. Sua passagem pelo colégio foi marcada por essa postura distinta, que mais tarde se refletiria em sua trajetória política, como nos mostra Ghiorzi:

Nesse ambiente intenso de debates políticos e artísticos, Dilma Rousseff se aproximou de leituras marxistas e de esquerda, como Caio Prado Junior, Louis Althusser, Celso Furtado e Karl Marx. Sendo um ambiente da elite intelectual, o Colégio Central também era um espaço ocupado quase totalmente por homens. Na turma de Dilma, por exemplo, havia apenas mais duas meninas, já que o padrão para garotas de classe média era seguir à Escola Normal para tornarem-se professoras. Para as meninas, ser aluna do Colégio Estadual significava uma posição de vanguarda pelo fato de estudar em uma escola mista e também por almejar o curso superior e uma carreira profissional. (Ghiorzi, 2018, p. 43)

Na obra já citada anteriormente, “A vida quer é coragem: a trajetória de Dilma Rousseff”, logo no início o autor destaca a importância do Sr. Pedro Rousseff para a

formação da consciência política de Dilma. A influência exercida por seu pai na formação intelectual e posicionamento de esquerda de Dilma foi notável, introduzindo-a a leituras e debates sobre desigualdade social desde os primeiros anos. Enquanto Dilma estava no tradicional colégio católico, Nossa Senhora de Sion, imersa nas leituras típicas entre as meninas de sua escola, seu pai a desafiava com obras mais substanciais, como "Germinal",²⁸ de Émile Zola, um marco na formação política de muitas gerações. Além disso, desde a infância, Dilma lembra das conversas com seu pai sobre a pobreza em regiões além do seu bairro de classe média, experiências que profundamente moldaram suas perspectivas e a prepararam para seu engajamento político futuro.

2.2.1 Dos Livros Para a Guerrilha. Início da Trajetória Política de Dilma Rousseff

Dilma Rousseff iniciou sua trajetória política na Organização Revolucionária Marxista - Política Operária²⁹ (ORM-Polop), desempenhando funções cruciais como responsável pela impressão clandestina do jornal O Piquete e pelo gerenciamento das finanças da organização. Essas atividades demonstram seu profundo engajamento em atividades clandestinas e sua participação ativa na causa revolucionária durante esse período. A ORM-Polop era uma organização de esquerda comprometida com a resistência ao regime militar vigente no Brasil na década de 1960, empregando métodos clandestinos para disseminar suas ideias e mobilizar apoio popular para a luta revolucionária. O envolvimento de Dilma nesse contexto inicialmente obscuro mostra seu compromisso e determinação em prol de suas convicções políticas e sociais.

Além do envolvimento político, a ORM-Polop também foi o ambiente onde

²⁸ Publicado em 1885, o livro de Émile Zola é uma das principais obras do naturalismo e foi pioneiro ao abordar a luta de classes a partir da realidade dos trabalhadores das minas de carvão na França do século XIX. SPAGNA, Julia Di. *Germinal: conheça o clássico naturalista que já caiu nos vestibulares. Guia do estudante.* 09 mar. 2023. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/dica-cultural/resumo-livro-germinal-naturalismo>. Acesso: 01 maio 2024.

²⁹ A Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (ORM-Polop) foi uma organização política de extrema-esquerda ativa no Brasil durante a década de 1960. Surgiu em meio ao contexto de intensa agitação política e social no país, caracterizado pelo regime militar que tomou o poder em 1964. A ORM-Polop era uma das várias organizações de esquerda que buscavam resistir à ditadura militar e promover uma revolução socialista no Brasil. OLIVEIRA, Sergio Luiz Santos de. **Caminhando com os próprios pés: a formação política e teórica da ORM-POLOP (1956-1967).** 2016. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Acesso em: 01 maio 2024.

Dilma Rousseff conheceu seu primeiro marido. Este relacionamento não apenas reflete as conexões pessoais e políticas que se formaram dentro do contexto revolucionário, mas também teve um impacto significativo em sua vida pessoal e trajetória política posterior.

Cláudio Galeno de Magalhães Linhares Fora integrante da Polop desde 1962 e também aderiu à ala pró-luta armada compondo os quadros do Colina. O casamento aconteceu numa cerimônia civil simples e num dia de semana, no qual comparecera inclusive às aulas na universidade. Com o vestido verde água da cerimônia e sapatos prateados contraíram o matrimônio. (Veloso, 2021, p. 34)

Em 1967, em meio aos tempos difíceis da ditadura militar no Brasil, a Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (ORM-Polop) enfrentou uma divisão interna devido a discordâncias sobre a melhor estratégia para combater o regime autoritário. Uma das facções que emergiu dessa divisão defendia a luta armada como forma de resistência, dando origem ao Colina - Comando de Libertação Nacional. Dilma Rousseff tornou-se membro ativo e líder dentro desta nova organização, que se estruturava em células e seções bem definidas. O Colina adotava uma abordagem clandestina e organizada, buscando minar o regime militar por meio de atividades armadas e confrontação direta (Veloso, 2021).

Diante do avanço das forças militares contra as organizações políticas de esquerda, uma questão foi lançada para os grupos que se posicionavam contra o governo militar: pegar em armas ou não. No IV Congresso da Polop em 1967, do qual Dilma participou, organizado em Campos, no interior do Rio de Janeiro, houve uma disputa sobre o futuro da organização, depois da qual os dissidentes de Minas Gerais montaram o Comando de Libertação Nacional – Colina, grupo que se engajaria na luta armada contra a ditadura. (Ghiorzi, 2018, p. 46)

Dilma Rousseff, ao integrar o Colina, demonstrou seu comprometimento com a luta contra a ditadura militar no Brasil. A nova organização representava uma mudança de foco para a resistência armada, refletindo a radicalização política e a determinação de enfrentar o regime autoritário pela força. As células e seções organizadas do Colina permitiam uma operação mais eficaz e segura dentro do contexto repressivo da época, facilitando a coordenação de atividades e o compartilhamento de recursos entre os membros engajados na luta clandestina.

A participação de Dilma no Colina marcou um período crucial em sua vida política e pessoal. Além de envolver-se diretamente na resistência armada contra a ditadura, sua experiência nessa organização influenciou profundamente suas visões

políticas e estratégias futuras. A estruturação e disciplina do Colina, combinadas com a intensidade da luta política e o risco envolvido, moldaram a perspectiva de Dilma como ativista e líder política, preparando-a para os desafios e responsabilidades que viriam a seguir em sua carreira. Carvalho (2010), aponta que militantes da Polop recordam Dilma Rousseff por sua expressiva habilidade para liderar: “Ela sabia se impor numa reunião e integrava com naturalidade aquele coletivo de homens mandões”. Devido à sua postura firme e de liderança, e com as medidas ditatoriais³⁰ se tornando cada vez mais rígidas, Dilma passou a fazer parte dos treinamentos de guerrilha.

Os antigos companheiros se recordam de uma jovem militante que, além das tarefas de preparação de cursos sobre marxismo e do jornal, também foi instruída nos chamados cursos de revolução, em que os militantes aprendiam nas táticas de guerrilha como manusear armas, explosivos, entre outros. O treinamento militar de Dilma só ocorreu em 1969, quando já estava em outro grupo de esquerda numa fazenda no Uruguai: ela contou que aprendeu a montar e desmontar um fuzil de olhos fechados, mas nunca tentou atirar por causa da miopia acentuada. (Veloso, p. 33, 2021).

Em 14 de janeiro de 1969, a prisão de um dos militantes do Colina após um audacioso assalto a uma agência bancária marcou o início do declínio do grupo. A partir de então, a vida política e pessoal de Dilma Rousseff tomou novos rumos até janeiro de 1970. Após se mudar para o Rio de Janeiro, sua missão era estabelecer uma base na cidade carioca para auxiliar a direção da organização, estabelecer contatos e produzir documentação política visando a união do Colina com a organização de esquerda liderada por Carlos Lamarca³¹, a VPR³². Dilma também era

³⁰ O Ato Institucional nº 5 (AI-5), que foi decretado no dia 13 de dezembro de 1968, consolidou a fase mais terrível do período ditatorial. A partir de então o presidente podia, sem qualquer limitação: fechar o Congresso Nacional, as assembleias legislativas e as câmaras municipais; Cassar mandatos legislativos e executivos, federais, estaduais, municipais; Suspender direitos políticos; Demitir, remover, aposentar funcionários civis e militares; Demitir ou remover juízes; Decretar estado de sítio sem restrições; Confiscar bens para punir corrupção; Legislar por decreto, baixar atos institucionais e complementares. UM DISFARCE legalista para a ditadura – de 1964 a 1968. **Memórias da Ditadura**. Disponível em: <https://memoriasdeditadura.org.br/um-disfarce-legalista-para-a-ditadura-de-1964-a-1968/> Acesso em: 04 maio 2024.

³¹ Foi um dos dirigentes da fusão entre VPR e a antiga Colina (Comandos de Libertação Nacional), que deu origem à Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), de curta duração. Ansioso por entrar em combate na guerrilha, rompeu com a VAR-Palmares e recriou a VPR CAPITÃO Carlos Lamarca. **Memorial da democracia**. Disponível em: [https://memorialdademocracia.com.br/card/capitao-carlos-lamarcaadereaguerrilha#:~:text=Foi%20um%20dos%20dirigentes%20da,Palmares%20e%20recriou%20a%20VPR](https://memorialdademocracia.com.br/card/capitao-carlos-lamarcaadereaguerrilha#:~:text=Foi%20um%20dos%20dirigentes%20da,Palmares%20e%20recriou%20a%20VPR.). Acesso em: 04 maio 2024.

³² A Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) surgiu no início de 1968 como resultado da fusão entre dissidentes da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP) em São Paulo com militantes da seção paulista do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). A VPR

responsável pelo transporte de armamentos, munição e dinheiro, além de participar de reuniões estratégicas. Foi durante uma dessas reuniões que ela conheceu o advogado gaúcho Carlos Franklin Paixão de Araújo, o líder da dissidência do Partidão, que havia hospedado Galeno em Porto Alegre. Nesse encontro, eles sentiram uma atração mútua e instantânea (Veloso, 2021).

Max era o codinome de Carlos Araújo, e Dilma era Estela. Araújo recordou que se encantou tanto pela inteligência da companheira, quanto pela beleza. Ele pediu a mão de Dilma em casamento ao dirigente máximo da organização, “deu-se uma cerimônia de casamento revolucionária com românticos toques burgueses. (...) Quando não estavam em missões país afora, Max e Estela dividiam aparelhos provisórios, pulando de bairro em bairro. (Amaral, 2011, p. 58)

Em janeiro de 1970, a clandestinidade de Dilma chegou ao fim quando foi presa e levada aos porões da ditadura. Inicialmente, foi conduzida para um quartel da Operação Bandeirantes (OBAN) em São Paulo e posteriormente transferida para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Em maio daquele ano, foi encaminhada para a penitenciária Tiradentes, onde permaneceu detida sob acusação de subversão. Durante os dois anos e dez meses em que esteve na prisão, Dilma enfrentou torturas e interrogatórios, contudo, manteve-se firme sem denunciar nenhum de seus companheiros (Vaz, 2013).

A detenção de Dilma Rousseff marcou um período desafiador em sua vida. Nesse período, sua coragem e compromisso com a causa foram postos à prova enquanto enfrentava a repressão do regime militar. Apesar das condições extremas e da intensa pressão para delatar seus colegas, Dilma permaneceu resiliente e protegeu a identidade de seus companheiros, mantendo-se firme em sua convicção política.

Sob a tortura dos militares, um companheiro de Dilma marcou um encontro com ela. Era uma emboscada. Dilma foi levada para o Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), a partir de quando passaria dois anos e dez meses presa, sendo que parte desse tempo sofreria tortura com pau de arara, choque, socos, palmatórias e violências psicológicas, que

se definia como uma vanguarda armada. Compreendia a luta armada como um instrumento de combate ao regime militar, mas também como forma de angariar as massas. Seu objetivo era atacar o regime através de ações combativas, que podiam ser expropriações ou sequestros de autoridades. Ao expor as fraquezas do regime, o apoio da população começaria a vir de forma orgânica. Os grupos de vanguarda deveriam ser, pela natureza de suas ações, grupos pequenos, mas voltados ao interesse do povo. VANGUARDA Popular Revolucionária (VPR). **Voz Humana** Disponível em: <https://vozhumana.com.br/organizacoes/vanguardia-popular-revolucionaria-vpr/> Acesso em: 04 maio 2024.

acarretaram a deformação de sua arcada dentária, a perda de um dente e hemorragias uterinas. No relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), grupo responsável pela apuração dos crimes cometidos pelos militares durante a ditadura, constam algumas declarações de Dilma sobre a tortura sofrida. Segundo Rousseff, ela ouviu de um dos torturadores: “Eu vou esquecer a mão em você. Você vai ficar deformada e ninguém vai te querer. Ninguém vai saber que você está aqui. Você vai virar um ‘presunto’ e ninguém vai saber”³³ Sobre os efeitos da tortura em sua vida, Dilma disse: “As marcas da tortura sou eu. Fazem parte de mim”³⁴. Mesmo sob tortura, Dilma não entregou os companheiros. (Ghiorzi, 2018, p. 48)

Consta no texto de Veloso (2021), que até o ano de 2011, Dilma Rousseff havia falado em detalhes sobre a experiência abominável da tortura apenas uma vez. Isso ocorreu durante uma entrevista em 2003 ao jornalista Luiz Maklouf Carvalho³⁵, que a procurou para atualizar seu livro “Mulheres que foram à luta armada”³⁶ (1998). Embora o livro nunca tenha sido reeditado, a entrevista foi publicada em 21 de junho de 2005, no jornal Folha de S. Paulo, quando Dilma foi indicada pelo presidente Lula para assumir a chefia da Casa Civil. Durante essa entrevista, Dilma detalhou as terríveis torturas que enfrentou durante os 22 dias em que esteve detida: socos desferidos pelo capitão Albernaz³⁷, palmatória, choques elétricos na cadeira do dragão e o pau de arara. Além do sofrimento físico, Dilma descreveu o terror psicológico de nunca saber quando seria levada para outra sessão de tortura, somado ao frio e à fome que enfrentava.

Essa entrevista reveladora foi um momento raro em que Dilma compartilhou publicamente os horrores que viveu durante a ditadura militar no Brasil. Sua narrativa detalhada lançou luz sobre a brutalidade do regime e as violações dos direitos humanos que muitos enfrentaram naquele período sombrio da história do país. A coragem de Dilma ao expor esses eventos traumáticos também ressaltou sua resiliência e determinação em enfrentar e superar adversidades.

³³ Comissão Nacional da Verdade, 12/2014, p. 320

³⁴ 42 Comissão Nacional da Verdade, 12/2014, p. 387

³⁵ As declarações foram feitas por Dilma Rousseff em entrevista concedida ao jornalista Luiz Maklouf Carvalho, do jornal Folha de S. Paulo, em 2003. A matéria foi publicada em 21 de junho de 2005, data em que, em sua capa, o jornal destacava a confirmação de Dilma como nova ministra-chefe da Casa Civil, por ocasião da renúncia de José Dirceu. CARVALHO, Luís Maklouf de. Dilma diz ter orgulho de ideais da guerrilha. **Folha de São Paulo**. Entrevista disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2106200508.htm> Acesso em: 04 maio 2024.

³⁶ CARVALHO, Luís Maklouf de. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998.

³⁷ Benoni de Arruda Albernaz era o chefe da equipe de interrogatório preliminar da Operação Bandeirante (Oban) quando Dilma foi presa, em janeiro de 1970. NOTÍCIAS NA IMPRENSA. Albernaz, o capitão que socou o rosto de Dilma Rousseff, em 1970. 02 jul. 2012. **Ditadura Nunca Mais – Fórum Verdade** Disponível em: <https://forumverdade.ufpr.br/blog/2012/07/02/albernaz-o-capitao-que-socou-o-rosto-de-dilma-rousseff-em-1970/> Acesso em: 04 mai. 2024.

2.2.2 Democracia e Anistia! Os Primeiros Cargos Políticos Ocupados Por Rousseff.

Após sua libertação da prisão em 1972, Dilma Rousseff se mudou para Porto Alegre, onde completou sua graduação em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Lá, ela construiu uma vida ao lado de seu segundo marido, Carlos Araújo, com quem teve sua filha, Paula. Dilma e Carlos Araújo desempenharam um papel fundamental na fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT³⁸), liderado por Leonel Brizola, no início dos anos 1980, após o término do sistema bipartidário que estava em vigor durante a ditadura.

Em 1979, ao ser promulgada a Lei da Anistia, diversas lideranças políticas e militantes de esquerda que haviam sido exilados pela Ditadura Militar, começaram a retornar para o Brasil com a gradual abertura política. Dentre eles estava Leonel Brizola, antiga liderança do PTB que em 1979 fundou, ainda no exílio, o Partido Democrático Trabalhista, PDT. Dilma Rousseff e Carlos Araújo haviam visitado Brizola em Portugal em 1979 por duas vezes. E em 1980, o casal filiou-se ao PDT e Carlos Araújo foi eleito e reeleito para mais dois mandatos como deputado estadual do Rio Grande do Sul. (Veloso, 2021, p. 61)

Após sua graduação em Economia, Dilma Rousseff iniciou sua trajetória política como assessora da bancada trabalhista na Assembleia Legislativa. Posteriormente, foi convidada pelo então prefeito Alceu Collares (PDT) para assumir a Secretaria Municipal da Fazenda em Porto Alegre. Sua competência e dedicação foram evidentes nessa função, marcando o início de sua carreira administrativa.

Em 1993, com a posse de Leonel Brizola como Governador do Rio Grande do Sul, Dilma foi nomeada Secretária Estadual de Energia, Minas e Comunicação. Nessa posição, teve a oportunidade de demonstrar sua habilidade em lidar com questões estratégicas e complexas relacionadas ao setor energético, mineração e comunicações, contribuindo significativamente para o desenvolvimento do estado sob a gestão de Brizola (Melo, 2019). Esses primeiros passos na administração pública foram fundamentais para a ascensão política posterior de Dilma Rousseff.

³⁸ O PDT – Partido Democrático Trabalhista surgiu em 17 de junho de 1979, fruto do encontro dos trabalhistas no Brasil como os trabalhistas no exílio, liderados por Leonel Brizola. Seu objetivo era reavivar o PTB, Partido Trabalhista Brasileiro, criado por Getúlio Vargas, presidido por João Goulart e proscrito pelo Golpe de 1964. Desse encontro, ao qual esteve presente o líder português Mário Soares, representando a Internacional socialista, saiu a Carta de Lisboa, que definiu as bases do novo partido. O PDT. História: A fundação - 1979. **PDT**. Disponível: <https://www.pdt.org.br/index.php/opdt/historia/> Acesso: 04 maio 2024.

No ano 2000, devido à sua posição na ala mais à esquerda do PDT, Dilma Rousseff desligou-se do partido e ingressou no Partido dos Trabalhadores (PT)³⁹. Nesse período, seu nome já despontava no cenário político nacional devido à sua excelente gestão como Secretária de Minas e Energia, especialmente durante a crise do apagão que assolou o país. Dilma demonstrou habilidade e liderança ao enfrentar os desafios energéticos do Brasil, ganhando reconhecimento pela eficiência e pelo compromisso com o serviço público.

A transição de Dilma para o PT coincidiu com sua crescente reputação como uma figura política competente e influente. Sua experiência na gestão de questões cruciais como energia durante um período crítico destacou suas habilidades administrativas e sua capacidade de enfrentar problemas complexos.

No início dos anos 2000, o Brasil vivia o fenômeno do Apagão, devido à falta de produção de energia para servir o país, de modo que o governo federal, gerido por Fernando Henrique Cardoso (PSDB), obrigava o racionamento de energia em muitos estados brasileiros. Entretanto, no período em que Dilma foi Secretária de Estado, o RS aumentou em 46% a oferta de energia. A partir desse trabalho, o governador Olívio Dutra indicou Dilma para participar da equipe de energia de análise do governo federal de Luis Inácio Lula da Silva. (Ghiorzi, 2018, p. 45)

Ocupar tais cargos políticos mencionados foram fundamentais para consolidar a trajetória de Dilma Rousseff como uma líder política respeitada e, posteriormente, como uma das figuras mais proeminentes no cenário nacional.

2.2.3 Dilma no Governo Lula

Em 2003, Dilma Rousseff consolidou sua presença no cenário político nacional ao ser indicada como ministra de Minas e Energia no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. A nomeação de Dilma, juntamente com outras três mulheres como ministras, simbolizou uma ruptura clara com os governos oligárquicos do passado, marcando o início de uma nova era para o Brasil. Este gesto refletiu o compromisso do governo Lula com a diversidade e a representatividade de gênero, sinalizando

³⁹ O Partido dos Trabalhadores (PT) foi fundado em 10 de fevereiro de 1980 em um contexto marcado pela ditadura militar que predominava no Brasil. Com uma orientação ideológica de esquerda, seu manifesto de fundação promoveu a participação política dos trabalhadores, a criação de um partido voltado para as massas e a luta contra o sistema econômico e político vigente. BIANCO, Ricardo Grandi. História do PT: conheça o maior partido da esquerda no país. **Politize**. 21 set. 2022. Disponível em: <https://www.politize.com.br/historia-do-pt/> Acesso em: 20 ago. 2024.

uma abordagem progressista e inclusiva na administração pública.

A chegada de Dilma ao Ministério de Minas e Energia não apenas ampliou sua influência política, mas também lançou as bases para mudanças substanciais no setor energético brasileiro. Sua gestão foi caracterizada por uma abordagem técnica e determinada, buscando promover a expansão da matriz energética do país, com especial ênfase em fontes renováveis. Sob sua liderança, foram implementadas políticas voltadas para a eficiência energética e a autossuficiência, solidificando a posição de Dilma como uma figura chave na condução das políticas públicas no Brasil, como afirma Veloso:

O governo Lula teve em seu quadro ministerial quatro mulheres, Dilma Rousseff –minas e energia -, Marina Silva - meio ambiente -, Benedita da Silva – assistência social -, Emília Fernandes – secretaria de Direitos da Mulher. Compunham o ministério doze integrantes que haviam participado de organizações marxistas clandestinas durante os anos de chumbo ou após o processo de Anistia em 1979(...) (...)Dilma estava mais uma vez vivendo um momento histórico do país, integrando um governo que rompia, não completamente, mas em muitos aspectos com as velhas tradições oligárquicas nacionais que sempre estiveram no poder. Finalmente chegava ao poder um governo que trazia em sua amalgama uma outra origem sociopolítica. (Veloso, 2021, p. 68)

Foi durante o primeiro mandato de Lula que sob a liderança de Dilma Rousseff, o programa Luz para Todos desempenhou um papel fundamental na reeleição do presidente Lula em 2006, demonstrando seu compromisso com a inclusão social e o desenvolvimento energético. O impacto positivo desse programa, que levou eletricidade a comunidades carentes em todo o Brasil, foi essencial para fortalecer o apoio popular ao governo. Dilma, como ministra de Minas e Energia, foi uma arquiteta-chave desse projeto visionário, que não apenas melhorou a qualidade de vida de milhões, mas também destacou a importância estratégica da energia como catalisador do progresso social e econômico.

Dentre tantos períodos marcantes de Dilma enquanto ministra de Lula no 1º mandato, Amaral (2011) destaca o momento que em março de 2004, Dilma Rousseff liderou todo o ministério em uma missão para iluminar os casebres rurais de Itinga, uma das cidades mais carentes do Vale do Jequitinhonha. Durante essa visita, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva expressou o impacto transformador ao ligar interruptores nas casas antes mergulhadas na escuridão do século XIX, agora emergindo para o século XXI. Em uma dessas cerimônias de inauguração, uma lavradora nordestina compartilhou com Dilma e Lula sua emocionante experiência: a

primeira noite em que seus filhos puderam dormir com luz, um momento marcado por acender e pagar a conta de eletricidade do quarto, algo nunca antes vivenciado por ela e seus filhos. (Amaral, 2011, p. 136).

2.2.3.1 Uma Chefe na Casa Civil!

“A ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, vai chefiar a Casa Civil no lugar de José Dirceu. O anúncio foi feito nesta segunda-feira (20/6) pelo porta-voz da Presidência da República, André Singer. A cerimônia de posse será nesta terça (21), às 16 horas, no Palácio do Planalto.”⁴⁰ (Redação Conjur. 20 de junho de 2005).

A imprensa noticiou de forma destacada que a Casa Civil tinha uma nova líder, marcando pela primeira vez na história do país a nomeação de uma mulher para esse cargo de destaque. Dilma Rousseff assumiu como chefe da Casa Civil durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Em 21 de junho de 2005, o presidente Lula nomeou Dilma para Ministra-Chefe da Casa Civil. Mais uma vez, ela voltou a portar o título de “primeira mulher” a assumir um posto. A Casa Civil, é considerada um dos ministérios mais importantes do Governo Federal, por ser o responsável em promover a articulação da Presidência com os demais ministérios e o Congresso Nacional. A assunção de Rousseff à Ministra-Chefe da Casa Civil já era um delineamento de seu caminho para a Presidência em 2010. (Ghiorzi, 2018, p. 48)

A chegada de Dilma Rousseff ao Ministério da Casa Civil durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva marcou um ponto crucial na trajetória política de Dilma. Sua nomeação para essa posição estratégica em 2005 refletiu a confiança e o reconhecimento de suas habilidades administrativas e capacidade de liderança. Dilma assumiu o papel de coordenadora do governo, desempenhando um papel fundamental na articulação e implementação das políticas governamentais. Sua gestão na Casa Civil foi caracterizada pela determinação em promover programas sociais e de infraestrutura, além de fortalecer a governança e o planejamento estratégico do governo.

Como ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff se destacou pela sua

⁴⁰ Reportagem sobre a posse de Dilma como ministra chefe da casa Civil. MINISTRA Dilma Rousseff assume a chefia da casa civil. **Consultor Jurídico**. 20 jun. 2005. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2005jun20/ministra-dilma-rousseff-assume-chefia-ca-sa-civil/> Acesso em: 05 maio 2024.

abordagem pragmática e focada em resultados. Ela desempenhou um papel central na coordenação das atividades do governo, agindo como uma figura chave na administração de Lula. Dilma trabalhou incansavelmente na implementação de programas sociais como o Bolsa Família e na expansão de políticas de desenvolvimento econômico e social. Sua liderança na Casa Civil foi fundamental para consolidar o sucesso do governo Lula, contribuindo para sua popularidade e para a transformação positiva da realidade socioeconômica do Brasil durante aquele período.

O segundo mandato de Lula foi marcado pelo lançamento do PAC⁴¹, o Programa de Aceleração do Crescimento, no dia 22 de janeiro de 2007. Lula teve a ideia de reunir os grandes projetos de infraestrutura debaixo de um só guarda-chuva numa conversa com Dilma, na primeira metade de 2006. Sua obsessão era em torno do segundo mandato era superar todas as marcas do primeiro governo e eleger o sucessor; no caso, sucessora (Amaral, 2011, p. 168)

Segundo Veloso (2021), Lula teve certeza de que havia escolhido a pessoa certa como candidata para disputar as eleições no dia em que assistiu à participação da ministra na comissão de Infraestrutura do Senado, onde ela falou sobre o PAC, em uma transmissão televisiva.

No contexto acima citado, havia uma situação envolvendo o senador Agripino Maia e as acusações de um suposto dossiê durante o governo resultaram em um cenário desafiador para Dilma. Agripino, membro da antiga oligarquia nordestina e do partido Arena, conhecido por sua ligação com a Ditadura Militar, além de ser uma figura proeminente no conservador DEM, planejou uma estratégia para prejudicar a candidata. Enquanto isso, a Casa Civil enfrentava críticas na mídia devido às múltiplas versões apresentadas sobre o caso do dossiê. A convocação de Dilma para abordar questões relacionadas ao PAC acabou se transformando em uma oportunidade para a oposição questionar sua integridade e credibilidade, em um contexto político marcado por intensos embates e disputas de narrativas:

À medida que ia respondendo, a firmeza e segurança no início da resposta

⁴¹ O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi criado em 2007, como uma estratégia que propunha como macro-objetivos a promoção do crescimento econômico, o aumento do emprego e a melhoria das condições de vida da população brasileira. Para favorecer as condições de desenvolvimento do país, o PAC criou um conjunto de instrumentos para viabilizar maciços investimentos voltados à execução de projetos de infraestrutura para atender a todas as regiões brasileiras. NUNES, Maria. O programa de aceleração do crescimento e as fronteiras. In: PÉGO, Bolívar *et al.* **Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública**. Rio de Janeiro: Ipea, 2018.

de Dilma Rousseff foram sendo matizadas pelas emoções da memória de quem viveu e sobreviveu à iniquidade da tortura e cárcere político num regime de exceção, perdeu muitos amigos e companheiros de luta, e ainda teve seus direitos políticos cassados. Numa sala cheia de homens, em que mulheres presentes eram minoria, a ministra subiu o tom de voz e assumiu o gestual que foi muito explorado pela fotojornalismo durante toda a sua vida pública como ministra e presidenta: o dedo em riste e a firmeza extrema nas palavras(...) E ela seguiu respondendo com a verdade daqueles que experienciaram períodos que marcaram a história e a memória coletiva de um país. (Velooso, 2021, p. 77)

A partir daquele momento, duas certezas se delinearam: a esquerda identificou sua sucessora para as eleições de 2010 em Dilma Rousseff, e a oposição deparou-se com uma adversária de difícil superação.

O ano de 2009 representou um período particularmente desafiador para Dilma Rousseff. Em abril daquele ano, a então ministra foi diagnosticada com câncer linfático, mais especificamente com linfoma não-Hodgkin, após a realização de exames médicos em decorrência de dores e inchaço na axila esquerda. Após o diagnóstico, Dilma submeteu-se a um tratamento intensivo, incluindo sessões de quimioterapia (Amaral, 2011). Ela enfrentou essa adversidade com determinação e coragem, mantendo seu compromisso com suas responsabilidades políticas. Durante o tratamento, Dilma recebeu apoio significativo de sua família, amigos e colegas políticos, demonstrando sua resiliência diante da doença. O tratamento foi bem-sucedido, e em 2010, Dilma anunciou sua recuperação, retornando às atividades políticas com renovado vigor e determinação. Ela estava pronta para concorrer ao cargo mais alto do poder executivo brasileiro.

2.2.4 A Guerrilheira Foi Eleita Presidenta!

No dia 31 de outubro de 2010, o Brasil testemunhou um momento histórico e emocionante quando Dilma Rousseff foi eleita a primeira mulher presidenta do país. Sua eleição representou não apenas um marco para a política brasileira, mas também um símbolo poderoso de avanço e igualdade de gênero. Dilma, uma figura forte e determinada, conquistou o coração dos eleitores com sua história de superação e sua visão para o futuro do Brasil. Velooso (2021) nos conta que “(...) às 19h30(...) Com 92,53% das urnas apuradas até aquele horário, prenunciavam que o país possuía a primeira mulher eleita democraticamente presidenta da República

Federativa do Brasil”.

Para Dilma Rousseff e seus apoiadores, a eleição de 2010 foi mais do que uma conquista política; foi um momento de significado histórico, que representou a quebra de barreiras e a consolidação do papel das mulheres na vida pública do país. Sua posse como presidenta trouxe uma sensação de empoderamento e inspiração para mulheres de todas as idades, que viram nela uma líder corajosa e determinada. Dilma assumiu o desafio com humildade e determinação, pronta para conduzir o Brasil por um novo capítulo de sua história com esperança e otimismo.

A campanha de Dilma foi marcada por intensidade e paixão, com uma mensagem de esperança e progresso que ressoou em todo o país. Sua trajetória como ministra e sua notável recuperação do câncer inspiraram milhões de brasileiros, que viram nela uma líder capaz de enfrentar desafios e construir um país mais justo e inclusivo. No momento da vitória, as ruas se encheram de celebração e emoção, com muitos cidadãos orgulhosos de ver uma mulher ocupar o mais alto cargo político no Brasil.

Em sua obra, Amaral aponta que após concluir seu discurso no hotel, a presidenta eleita fez seu caminho até o Palácio da Alvorada, onde encontrou o presidente Lula na companhia de amigos e ministros, que assistiam à cerimônia em uma sala de cinema. Ao se deparar com Dilma, Lula a recebeu com alegria e orgulho, cumprimentando-a com o título de "Presidenta!" Era o início de uma nova história política de oportunidades, principalmente para as mulheres.

A originalidade histórica da presença de uma mulher na Presidência do Brasil foi, em vários momentos, enaltecida pela própria presidenta, que enxergou com otimismo e a interpretou como uma conquista democrática. Já em seu discurso na cerimônia de posse na Câmara Federal, em 1º de janeiro de 2011, a primeira frase de Dilma Rousseff foi: “Pela decisão soberana do povo, hoje será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher”. Em um Congresso lotado de pessoas, muitas estando em pé para assistir à cerimônia, sua frase foi seguida por um longo momento de efusivos aplausos, acompanhados com palavras de apoio que chamavam o nome de Dilma. (Ghiorzi, 2018, p. 49)

As falas de Dilma sobre a importância de sua presença no poder como exemplo para outras mulheres sugeriam uma visão otimista e progressista, evidenciando o impacto simbólico e motivador que sua liderança poderia ter sobre a sociedade brasileira. A reação calorosa das pessoas em seus discursos indicava um sentimento compartilhado de esperança e renovação, especialmente entre mulheres

e jovens, que viam em Dilma uma figura inspiradora e empoderada. A eleição de uma mulher para a presidência representava não apenas uma conquista individual, mas também um símbolo de mudança na representação feminina nos espaços de poder.

Em primeiro de janeiro de 2011, Dilma Rousseff tomou posse como a primeira presidenta na história do Brasil. Ao todo, nove mulheres ocuparam cargos em seu governo como ministras ou em secretarias especiais com status de ministério: Ana de Hollanda – cultura -, Tereza Campello – ministério do desenvolvimento social e combate à fome -, Maria do Rosário – direitos humanos -, Luiza Bairros – políticas de promoção da igualdade racial -, Izabella Teixeira – meio ambiente -, Idell Salvati – pesca e aquicultura -, Miriam Belchior – planejamento, orçamento e gestão -, Iriny Lopes – políticas para mulheres -, e Helena Chagas – comunicação social. (Veloso, 2021, p. 91)

O primeiro mandato do governo de Dilma Rousseff, de 2011 a 2014, foi marcado por uma série de desafios e conquistas significativas. Ao assumir a presidência, Dilma enfrentou uma economia global instável após a crise financeira de 2008, que afetou o crescimento do Brasil. Para estimular a economia, seu governo implementou políticas de incentivo ao consumo, como redução de impostos e aumento do crédito, além de investimentos em infraestrutura e programas sociais.

Durante esse período, Dilma deu continuidade a importantes programas sociais iniciados no governo anterior, como o Bolsa Família⁴², que ajudou a reduzir a pobreza e a desigualdade no país. Além disso, seu governo lançou o programa Minha Casa, Minha Vida⁴³, que facilitou o acesso à moradia para milhões de brasileiros de baixa renda. No campo da educação, foram ampliadas as vagas em universidades públicas e criados programas de financiamento estudantil, como o

⁴²O Bolsa Família é o maior programa de transferência de renda do Brasil, reconhecido internacionalmente por já ter tirado milhões de famílias da fome. O Governo Federal relançou o programa com mais proteção às famílias, com um modelo de benefício que considera o tamanho e as características familiares, aquelas com três ou mais pessoas passarão a receber mais do que uma pessoa que vive sozinha. Além de garantir renda básica para as famílias em situação de pobreza, o Programa Bolsa Família busca integrar políticas públicas, fortalecendo o acesso das famílias a direitos básicos como saúde, educação e assistência social. O Bolsa Família vai resgatar a dignidade e a cidadania das famílias também pela atuação em ações complementares por meio de articulação com outras políticas para a superação da pobreza e transformação social, tais como assistência social, esporte, ciência e trabalho. BOLSA Família. **Governo Federal**. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia> Acesso em: 05 maio 2024.

⁴³O Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) é uma iniciativa habitacional do governo federal do Brasil, criada pelo presidente Lula em março de 2009. Gerenciado pelo Ministério das Cidades, o programa oferece subsídios e taxas de juros reduzidas para tornar mais acessível a aquisição de moradias populares, tanto em áreas urbanas quanto rurais, com o objetivo de combater o déficit habitacional no País. Desde a sua criação, o programa já entregou mais de 6 milhões de habitações. CONHEÇA o programa Minha Casa, Minha Vida. **Governo Federal** 13 set. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/noticias-1/conheca-o-programa-minha-casa-minha-vida> Acesso em 05 maio 2024.

FIES⁴⁴⁴³, promovendo o acesso ao ensino superior.

No entanto, o primeiro mandato de Dilma não foi isento de desafios. O país enfrentou problemas como inflação elevada, queda na confiança dos investidores e escândalos de corrupção que abalaram a política brasileira. Dilma também foi criticada por questões relacionadas à gestão econômica e política fiscal, enfrentando protestos e pressões da oposição. Mesmo diante desses desafios, Dilma buscou manter seu compromisso com as políticas sociais e a inclusão, defendendo o papel do Estado no desenvolvimento econômico e na promoção da igualdade social. Dentre os desafios encontramos, podemos destacar as manifestações que tiveram início em junho de 2013:

Em 2013 o Brasil viveu um momento de efervescentes manifestações, chamadas de "jornadas de junho", que inicialmente foram conclamadas pelo Movimento Passe Livre (MPL) de São Paulo com a motivação de lutar contra o aumento recente das passagens de ônibus. As manifestações se alastraram por todo o país, e em várias cidades elas conseguiram revogar o aumento da passagem. Entretanto, as manifestações continuaram em muitas regiões do país, com pautas descentralizadas, como cobrança por investimento na saúde e na educação, posteriormente, elas começaram a se federalizar, se concentrando em pautas como a PEC37⁴⁵ e o fim da corrupção. A presidente perdeu 35 pontos na popularidade comparando com o mês de março do mesmo ano, a rejeição também aumentou de 7% para 25% segundo o IBOPE, um aumento bastante significativo. (Vieira, 2018, p. 29)

Tais jornadas citadas acima foram um marco significativo que, de várias maneiras, pavimentou o caminho para o subsequente processo de impeachment de Dilma Rousseff em 2016. Os protestos em larga escala, tiveram origem no aumento das tarifas de transporte público, porém, rapidamente se transformaram em uma manifestação difusa com uma variedade de demandas, muitas vezes vazias. Esse clima de agitação social e política proporcionou um ambiente propício para que a oposição elaborasse estratégias visando a destituição de Dilma Rousseff do poder.

⁴⁴ O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), criado pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, é uma ação do Ministério da Educação que financia cursos superiores não gratuitos com avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). FIES. **Governo Federal**. Disponível em: <https://acessounico.mec.gov.br/fies> Acesso em: 05 maio 2024.

⁴⁵ A PEC 37 sugere incluir um novo parágrafo ao Artigo 144 da Constituição Federal, que trata da segurança pública. O item adicional traria a seguinte redação: "A apuração das infrações penais de que tratam os §§ 1º e 4º deste artigo, incumbem privativamente às polícias federal e civis dos Estados e do Distrito Federal, respectivamente". CARTA CAPITAL. Entenda a PEC 37. 22 jun. 2013. **Carta Capital**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/entenda-a-pec-37-6801/> Acesso em: 08 maio 2024.

2.2.5 O Começo Do Fim: Reeleição De Dilma.

"Dilma CORAÇÃO VALENTE!" Este foi o slogan de campanha adotado por Dilma Rousseff durante as eleições de 2014. Apesar das turbulências enfrentadas durante a segunda metade de seu primeiro mandato, Dilma demonstrava confiança de que ainda havia muito a ser realizado em sua posição como presidente do Brasil. A imagem escolhida para estampar botons e adesivos da campanha era uma fotografia do período em que ela resistiu e lutou contra os abusos e arbitrariedades da ditadura militar. Com "Dilma CORAÇÃO VALENTE", Rousseff buscava representar e reafirmar sua imagem como uma mulher forte, determinada e resiliente, que desejava ser reconhecida por todos os brasileiros nesses termos:

Figura 05 - Dilma Coração Valente! Imagem Campanha Eleitoral 2014



Fonte: Site El País. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/27/politica/1430156536_377858.html Acesso em: 08/05/2024

As eleições presidenciais de 2014 no Brasil foram caracterizadas por intensa competitividade e importância, especialmente em decorrência dos protestos significativos ocorridos em 2013, os quais impactaram profundamente o cenário político nacional. A presidente Dilma Rousseff, candidata à reeleição pelo Partido dos Trabalhadores (PT), confrontou uma robusta oposição representada por Aécio

Neves⁴⁶, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e Marina Silva⁴⁷, do Partido Socialista Brasileiro (PSB). A campanha eleitoral foi marcada por debates acalorados envolvendo temas como economia, corrupção e políticas sociais. A disputa foi tão acirrada que resultou em um segundo turno entre Rousseff e Neves após uma primeira rodada de votação igualmente disputada. Ao final, Dilma Rousseff foi reeleita⁴⁸ por uma margem estreita de votos, espelhando a intensa polarização política e as divisões sociais prevalentes na sociedade brasileira daquela conjuntura.

De acordo com Veloso (2021) a estreita margem de vitória de Dilma Rousseff no segundo turno das eleições de 2014 refletiu um cenário político polarizado, onde o antipetismo se fortaleceu como uma força significativa. Esse contexto adverso foi evidenciado por protestos e manifestações de eleitores insatisfeitos com o resultado eleitoral. Desde o início de seu segundo mandato, Rousseff enfrentou uma oposição mais acirrada e enfrentou desafios políticos e econômicos acentuados.

Em um episódio histórico, em 17 de abril de 2016, a Câmara dos Deputados brasileira aprovou a autorização para o Senado Federal dar prosseguimento ao processo de impeachment contra a então presidente Dilma Rousseff, com uma votação contundente de 367 votos a favor, 137 contra, 7 abstenções e 2 ausências. O Senado Federal subsequente validou o afastamento de Dilma Rousseff da Presidência da República, com 55 votos favoráveis, 22 contrários e 2 ausências, estabelecendo um período de 180 dias de afastamento. Nesse contexto, o vice-presidente Michel Temer assumiu temporariamente o cargo de presidente do Brasil. O processo foi instaurado institucionalmente ainda no ano anterior, como nos mostra

⁴⁶ Aécio Neves da Cunha nasceu em 1960, em Belo Horizonte. É filho do ex-deputado federal Aécio Ferreira da Cunha e de Inês Maria Neves. Os primeiros passos de Aécio Neves na política foram aos 22 anos, quando se tornou secretário-particular do avô materno, o então governador de Minas Tancredo Neves. No dia 1º de janeiro de 2003, Aécio Neves assumiu pela primeira vez o Governo de Minas Gerais, 20 anos depois da eleição de Tancredo para o mesmo cargo. **AÉCIO Neves. Governo de Minas Gerais**. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/governador/aecio-neves> Acesso em: 16 mai 2024.

⁴⁷ Maria Osmarina da Silva Vaz de Lima, mais conhecida como Marina Silva, nasceu em 8 de fevereiro de 1958 na pequena comunidade de Breu Velho, no Seringal Bagaço, município de Rio Branco, no Acre. Candidata à Presidência da República em 2010, obteve 19,6 milhões de votos, cerca de 20% dos votos válidos, e terminou o pleito na terceira posição. Em 2014, depois da trágica morte do ex-governador Eduardo Campos, assumiu a frente da chapa em que era vice-presidente e novamente finalizou a votação em terceiro lugar, desta vez com 22 milhões de votos. Em 2018, pela Rede Sustentabilidade, concorreu pela terceira vez à Presidência da República. **TRAJETÓRIA de Sucesso. Marina Silva**. Disponível em: <https://marinasilva.org.br/trajetoria-de-sucesso/> Acesso em: 15 mai 2024.

⁴⁸ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Presidente do TSE anuncia que Dilma Rousseff foi reeleita presidente da República. **Tribunal Superior Eleitoral**. 26 out. 2014. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias> tse/2014/Outubro/presidente-do-tse-anuncia-que-dilmarousseff-foi-reeleita-presidente-da-republica Acesso: 08 maio 2024.

Ghiorzi:

A partida institucional do impeachment foi inaugurada em 2 de dezembro de 2015, quando o presidente da Câmara Federal, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), recebeu e colocou na pauta da Casa a denúncia de que a Presidenta Dilma Rousseff havia cometido crime de responsabilidade. (Ghiorzi, 2018, p. 61)

O processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff foi concluído com sua destituição definitiva do cargo de presidente da República pelo Senado Federal em 31 de agosto de 2016. Após um extenso período de procedimentos legais e debates parlamentares, o Senado votou pela condenação de Dilma Rousseff, com 61 senadores a favor do impeachment e 20 contrários (Velo, 2021). Com essa decisão, Dilma Rousseff foi oficialmente removida da presidência e o vice-presidente Michel Temer assumiu plenamente o cargo de presidente do Brasil até o término do mandato. O desfecho do processo de impeachment representou um momento significativo na história política do país, destacando divisões profundas na sociedade e uma crise institucional que deixou impactos duradouros na vida política brasileira.

Durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff, a mídia brasileira foi amplamente envolvida, cobrindo intensamente os acontecimentos com uma tendência visível de parcialidade. Diversos veículos de comunicação assumiram posicionamentos políticos claros, apresentando uma narrativa tendenciosa que refletia suas inclinações ideológicas e interesses comerciais. Alguns veículos destacaram principalmente os argumentos da oposição ao governo, amplificando críticas e escândalos que pesavam contra Rousseff, enquanto minimizavam ou ignoravam perspectivas alternativas. Além disso, o sensacionalismo e a polarização foram características proeminentes da cobertura midiática, contribuindo para uma atmosfera de divisão e conflito na sociedade brasileira durante esse período conturbado da história política do país.

No próximo capítulo, será examinado o papel da Revista Veja como parte de um oligopólio midiático influente e sua interação com diversos atores políticos e sociais durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff. O estudo se concentrará em investigar o impacto das reportagens, editoriais e posicionamentos da Veja na formação da narrativa política que cercou o impeachment.

CAPÍTULO 3

ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES MIDIÁTICAS VEICULADOS NA REVISTA VEJA DO SEGUNDO MANDATO DE ROUSSEFF, SEPARAÇÃO POR EDIÇÃO.

3.1 ANÁLISES DAS REPORTAGENS – O USO DE PERIÓDICOS PARA A CONSTRUÇÃO DO SABER HISTÓRICO.

A análise de reportagens de periódicos sobre um período histórico específico oferece uma janela única para compreender o contexto sociopolítico, cultural e econômico daquela época. As reportagens não apenas documentam eventos, mas também refletem as percepções, preconceitos e prioridades das sociedades que as produziram. Por meio de uma análise cuidadosa das narrativas, da linguagem utilizada e das fontes citadas, é possível identificar as tendências e os valores dominantes do período em questão.

Ao examinar as reportagens de periódicos de um período histórico, os pesquisadores podem também rastrear a evolução da opinião pública e o impacto de eventos significativos na vida cotidiana. Esse tipo de análise é particularmente valioso para entender como os acontecimentos foram interpretados e apresentados ao público na época, diferentemente das perspectivas históricas contemporâneas. Além disso, a análise de periódicos permite explorar a relação entre mídia e poder, observando como governos, instituições e movimentos sociais influenciaram e foram influenciados pela cobertura jornalística.

Este trabalho de pesquisa tem como corpus o periódico VEJA, abrangendo a análise de dezesseis edições da revista que correspondem ao período desde o início do segundo mandato até o impeachment de Dilma Rousseff. A seleção desse intervalo temporal é estratégica, pois possibilita uma compreensão detalhada das abordagens e narrativas adotadas pela revista em relação aos eventos políticos e sociais que culminaram na destituição da presidenta.

Para alcançar os objetivos propostos nesta dissertação, a pesquisa fundamentou-se em dois procedimentos metodológicos principais: a pesquisa bibliográfica e a análise de conteúdo. A pesquisa bibliográfica proporcionou uma base teórica sólida, enquanto a análise de conteúdo permitiu uma investigação

minuciosa das edições selecionadas, identificando padrões, temas recorrentes e abordagens específicas adotadas pela revista VEJA.

Baseada nas leituras da autora francesa Laurence Bardin (2006), a análise propôs observar como cada edição do periódico tratou os assuntos pertinentes ao segundo mandato de Dilma Rousseff até o impeachment. Através dessa análise, busca-se refletir sobre a importância da mídia na esfera pública, especialmente no que tange ao papel da revista VEJA na sua incapacidade em promover um debate democrático durante um período de intensa crise política no Brasil.

De acordo com Tomé (2020):

A utilização da Análise do Conteúdo, segundo Bardin (2006) prevê três fases fundamentais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. A pré-análise é a fase de organização do material, e nela o pesquisador faz uma leitura flutuante do material que será analisada profundamente. Neste primeiro contato, as intuições e impressões do pesquisador são usadas na formulação de hipóteses (que serão validadas ou não pelas etapas consecutivas) e objetivos, elaboram-se os indicadores ou teorias adaptáveis ao material que irão orientar a interpretação. (Tomé, 2020, p. 111)

Bardin (2006) explica que a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas para descrever de forma organizada o que está presente nas comunicações. Ele destaca que essa abordagem busca entender não só o que é dito, mas também quantificar e interpretar os significados nas mensagens analisadas. Isso ajuda a ter uma visão mais profunda e crítica do material estudado, sendo útil em pesquisas nas áreas sociais e humanas. Essa metodologia oferece uma estrutura precisa para explorar tanto o que é óbvio quanto o que está implícito nas comunicações, melhorando a compreensão de fenômenos sociais e culturais.

[...] a maioria dos processos de análise organiza-se em redor de um processo de categorização, que consistem em Classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos. (Bardin, 2006, p. 117)

Para o estudo das reportagens das revistas selecionadas, foram estabelecidas as seguintes categorias analíticas: 1) Fragilidade política: Críticas direcionadas à governabilidade de Dilma Rousseff. 2) Economia: Reportagens abordando a situação econômica brasileira durante o período em questão. 3) Crise

política governamental: Caracterização das fases de desgaste político enfrentadas pelo governo Dilma. 4) Impeachment: Informações relativas ao processo de impeachment da presidente. 5) Corrupção: Reportagens sobre os escândalos de corrupção associados ao governo. 6) Aparência física: Cobertura que menciona características físicas da presidente. 7) Ironia e sarcasmo no discurso: Análise de reportagens tendenciosas que tratam fatos governamentais de maneira irônica e sarcástica.

A utilização das categorias foi de suma importância, pois nos permitiu responder às questões centrais desta dissertação: Como as representações midiáticas do periódico Veja abordaram as notícias sobre o segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff? Essas abordagens indicam algum tipo de posicionamento político na linha editorial? É possível promover um debate plural e democrático sobre o tema em sala de aula durante as aulas de história?

Após uma leitura detalhada de 56 edições da revista Veja, foram selecionadas 16 edições que continham conteúdo (capa e principal reportagem) diretamente relacionado à temática do presente estudo: o governo da presidenta Dilma Rousseff. Para a realização da análise, empregamos as categorias como ferramentas de estudo, conforme ilustrado na tabela a seguir:

Tabela 02 – Edições da Revista VEJA analisadas no presente trabalho

(continua)

ANO	EDIÇÃO	Data da publicação	Nº	MÊS	TÍTULO	AUTORIA	TEMÁTICAS
2015	2.407	07/01/2015	1	JANEIRO	"O poder e o saber"	Adriano Ceolin	• Fragilidade política • Economia
2015	2.409	21/01/2015	2	JANEIRO	"Promessa Realidade"	Ana Luiza Daltro	• Economia • Crise política governamental
2015	2.411	04/02/2015	3	FEVEREIRO	"Reação em cadeia"	Rodrigo Rangel	• Corrupção • Crise Política governamental
2015	2.445	07/10/2015	4	OUTUBRO	"Ela passou a faixa"	Daniel Pereira	• Impeachment • Fragilidade política • Ironia e sarcasmo
2015	2.447	14/10/2015	5	OUTUBRO	"Por que caem presidentes"	Adriano Machado	• Fragilidade política • Economia • Impeachment

2015	2.448	21/10/2015	6	OUTUBRO	"A lava-jato vai emergir"	Daniel Pereira	• Corrupção • Fragilidade política • Impeachm.
------	-------	------------	---	---------	---------------------------	----------------	--

Tabela 02 – Edições da Revista VEJA analisadas no presente trabalho

(conclusão)

2015	2.455	09/12/2015	7	DEZEMBRO	"Impeachment"	Daniel Pereira	• Economia • Impeachment • Crise política governamental
2015	2.456	16/12/2015	8	DEZEMBRO	"A máquina de atraso de Dilma"	Giuliano Guandalini	• Ironia e sarcasmo • Fragilidade Política • Economia
2016	2.467	02/03/2016	9	MARÇO	"Acarajé na campanha"	Daniel Pereira	• Ironia e sarcasmo • Crise política governamental • Corrupção
2016	2.473	13/04/2016	10	ABRIL	"Dilma em liquidação"	Rodrigo Rangel, Robson Bonin e Daniel Pereira	• Crise política governamental • Corrupção
2016	2.474	20/04/2016	11	ABRIL	"Fora do baralho"	Daniel Pereira e Robson Bonin	• Fragilidade política • Impeachment • Corrupção
2016	2.477	11/05/2016	12	MAIO	"Tchau querida, tchau querido"	Thais Oyama	• Ironia e sarcasmos • Fragilidade política • Impeachment
2016	2.494	07/07/2016	13	SETEMBRO	Impeachment Dilma	Mariana Barros	• Impeachment

Fonte: A autora

Nos tópicos seguintes, apresentaremos os resultados da análise conduzida sobre as edições selecionadas do periódico VEJA.

3.2 ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES MIDIÁTICAS VEICULADOS NO PERIÓDICO VEJA, SEPARAÇÃO POR EDIÇÃO.

3.2.1 Edição 2.407 – 7 de Janeiro de 2015. “O Poder e o Saber”

Figura 06 - Capa Revista VEJA. Ano 48 nº 2.407 Jan/2015



Fonte: Site Skoob. Disponível em: <https://www.skoob.com.br/revista-veja-edicao-2407-07-de-janeiro-de-2015-694990ed698208.html> Acesso em: 25/05/2024

Na edição número 2.407, de 7 de janeiro de 2015, a revista Veja destaca em várias reportagens e seções a abertura do segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff, que tomou posse em 1º de janeiro de 2015. Nesta edição, foi possível analisar e identificar duas temáticas predominantes: a fragilidade política e a

economia.

Na capa da revista, observa-se Dilma Rousseff sorrindo e olhando para o então ministro da Fazenda, Joaquim Levy⁴⁹. O subtítulo adota uma perspectiva pessimista sobre o início do segundo mandato de Dilma; *“Com eles juntos – Dilma e Levy – temos uma chance de atravessar o tempestuoso 2015. Se duelarem, o Brasil perde.”* (VEJA, 2015) Sugerindo que a governabilidade dependerá de sua habilidade em dialogar com o ministro da Fazenda. A capa faz alusão ao fato de que o "saber" estaria nas mãos de Joaquim Levy, enquanto o "poder" se refere à presidenta.

No prefácio da revista, na seção "Carta ao Leitor", são enfatizadas repetidamente as fragilidades políticas do governo Dilma, com menção aos desafios enfrentados durante seu primeiro mandato. Destaca-se a perspectiva de que somente por meio da "racionalidade de Levy" seria possível o Brasil retomar o desenvolvimento econômico.

A operação de salvamento vem sendo planejada há um mês por Joaquim Levy, o novo ministro da Fazenda, que Dilma foi buscar no Bradesco, e é um profundo conhecedor da máquina pública. (...) Joaquim Levy simboliza a volta da racionalidade e da previsibilidade na condução da economia brasileira. (Fonseca, 2015, p. 10)

Assim como evidenciado no trecho acima mencionado, ao longo do artigo redigido por Fonseca, o nome da presidenta é constantemente associado a problemas, enquanto a solução para tais questões é atribuída a Joaquim Levy, o que expõe uma tentativa de desqualificar as ações da presidenta, pelo fato de ser mulher. De acordo com Lemos:

A despeito da desqualificação das mulheres para exercer cargos políticos de grande visibilidade, elas estão cada vez mais presentes na política brasileira, ainda que em minoria, já que esse espaço foi construído historicamente como exclusivamente masculino. (Lemos, 2017, p. 5)

Essa abordagem questiona a capacidade de liderança de Dilma, sugerindo uma fragilidade política e uma falta de governabilidade, o que parece contraditório, considerando sua eleição como a primeira presidenta do Brasil, com vasta experiência governamental. Como destacado na citação acima, Lemos discute a

⁴⁹ Joaquim Vieira Ferreira Levy (Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1961) é um engenheiro naval brasileiro com doutorado em economia, e foi ministro da Fazenda do Brasil de 1 de janeiro a 18 de dezembro de 2015. JOAQUIM Levy. **CCMBR**. Disponível em: <https://www.ccmbbr.com.br/assinatura/read.php?id=30> Acesso em: 24 ago. 2024.

presença das mulheres na política brasileira, apesar de enfrentarem desqualificação preconceituosa de que elas não são capazes ou não têm as competências necessárias para ocupar cargos políticos de destaque. Isso reflete uma visão tradicional que associa o espaço político ao masculino, dificultando a inclusão das mulheres. No entanto, o trecho destaca que, apesar dessas barreiras, as mulheres estão se tornando mais presentes na política, embora ainda representem uma minoria, devido a essa exclusão histórica.

Contudo, as críticas a Dilma estavam apenas no início, uma vez que a matéria especial, que ocupou a capa da revista e foi redigida por Adriano Ceolin, ainda reservava muito mais a ser dito e criticado.

"Mandato novo, problemas velhos." É com essa frase de impacto, marcadamente negativa, que se inicia a reportagem especial da edição nº 2.407. Na página, vemos uma imagem de Dilma Rousseff sorridente, alegre e feliz, como é esperado em um momento como o da posse. No entanto, o texto está longe de enaltecer o feito de Rousseff ao ser reeleita, optando por uma abordagem crítica e desdenhosa.

Em um tom pessimista, o autor da reportagem, Adriano Ceolin⁵⁰, descreve nos primeiros parágrafos que a posse da presidente Dilma Rousseff estava longe de ser um grande evento, comparando-a à posse de Lula em 2002 e à própria posse de Dilma em 2010. Ceolin insiste repetidamente nas dificuldades que Dilma enfrentará para governar neste segundo mandato, criticando também os 44 minutos do discurso proferido pela presidente. Nesse início de reportagem, surge o termo "fisiológico", que, no contexto político, se refere a ações motivadas exclusivamente por interesses próprios. Para compreendermos a seriedade do termo utilizado pelo editor da revista, Girardi, 2018, nos trás a seguinte explicação sobre política fisiológica:

Entende-se por "Fisiologismo" como a conduta de certos representantes e servidores públicos que se preocupam com a satisfação de interesses ou vantagens pessoais ou partidários em detrimento do bem comum. O fisiologismo é uma relação de poder político em que determinadas ações e decisões políticas são tomadas em troca de favores, votos ou cargos políticos. Ele é, na verdade, um conjunto de favorecimentos e concessão de benefícios a interesses privados, em prejuízo da coletividade. (Girardi, 2018, p. 5)

⁵⁰ Cientista político e jornalista, é consultor da Executiva Nacional do MDB, onde colabora na formulação da linha discursiva e do posicionamento estratégico. Ex-repórter de veículos como Folha de S.Paulo e Veja, também atua como analista político. ADRIANO Ceolin. **Compol**. Disponível em: <https://compolbrasil.com.br/palestrantes/adriano-ceolin/> Acesso em: 25 maio 2024.

Para concluir esta primeira página, Joaquim Levy é novamente mencionado e elogiado, sendo apresentado como a salvação para o segundo mandato de Dilma. Na visão do autor, Dilma é considerada incapaz de governar efetivamente sem o auxílio de Levy, ressaltando uma suposta dependência da presidente em relação ao ministro da Fazenda.

Na economia o primeiro passo foi dado no bom caminho, com a nomeação de Joaquim Levy, que a presidente buscou no Bradesco, um profundo conhecedor da máquina pública, certeza de racionalidade e sensatez. Do casamento do poder de Dilma, com o saber de Levy, a economia brasileira pode atravessar com galhardia o tormentoso 2015. (Ceolin, VEJA, 2015, p. 38)

Ao longo da reportagem, o autor enfoca os ministros escolhidos por Dilma Rousseff para compor seu gabinete ministerial, momento em que o termo "fisiológico" ressurge. Ceolin argumenta que os nomes selecionados pela presidente não refletem a capacidade e a habilidade necessárias para comandar as respectivas pastas, mas sim interesses políticos e partidários. Ele sustenta, assim, a tese de que Dilma não possui a habilidade política necessária para governar.

Lemos (2017) afirma que em geral, as mulheres que decidem ingressar no mundo da política enfrentam preconceito de gênero e são vistas por seus colegas homens como inadequadas ou incapazes de atuar nesse campo devido ao fato de serem mulheres. Segundo Piscitelli, essa visão preconceituosa só modificaria com a mudança da percepção social sobre a relação de gênero:

Esta subordinação é questionada, uma vez que ela é decorrente das maneiras como a mulher é socialmente construída. Isto é fundamental, pois a ideia subjacente é a de que o que é construído pode ser modificado. Portanto, alterando as maneiras como as mulheres são percebidas seria possível modificar o espaço social por elas ocupado (Piscitelli, 2001, p.2)

Essa mudança social como a autora cita pode e deve ocorrer nos espaços escolares. É por meio da educação, especialmente das aulas de história, que paradigmas e estereótipos de gênero podem ser desconstruídos, promovendo uma compreensão crítica das desigualdades históricas. Ao expor os alunos a diferentes narrativas e discursos, como exemplo, a utilização desta reportagem em sala de aula, ao abordar o referencial curricular EF09HI26, que foca na diversidade, respeito e ocupação de espaço por grupos sociais minoritários. Podendo ser uma ferramenta

para incentivar discussões críticas sobre a realidade social.

A conclusão da reportagem revela um tom tendencioso por parte do autor. A frase final afirma que haverá uma crise política e que a única forma de mitigá-la seria através da recuperação econômica, um feito atribuído exclusivamente a Joaquim Levy. Em seguida, Levy recebe uma reportagem exclusiva, evidenciando a perspectiva do autor de que Dilma Rousseff é associada a problemas, enquanto Levy, é visto como a solução. Essa conclusão evidencia novamente a questão sobre a construção da mulher como ser subordinado ao homem, e incapaz de ocupar e realizar cargos e trabalhos de peso:

Essas concepções associam as mulheres que ousam romper com as concepções de gênero tradicionais apenas ao uso do seu corpo, à burrice, incompetência, histeria e devassidão. Aos homens é atribuída a inteligência, a razão, a competência no comando dos cargos públicos e políticos, a força, a capacidade de diplomacia e resolução de conflitos, entre outras habilidades. (Lemos, 2017, p. 17)

Miranda (2017), escreve que é crucial questionar a perpetuação de estereótipos femininos na mídia como uma estratégia urgente para construir uma resistência capaz de fomentar a criação de políticas públicas de comunicação com uma perspectiva de gênero. Nesse aspecto, a educação e o Ensino de História tornam-se fundamental para realizar tais questionamentos.

3.2.2 Edição 2.409 - 21 de janeiro de 2015. *“Promessa/ Realidade”*

Figura 07 - Capa Revista VEJA. Ano 48 nº 2.409 Jan/ 2015



Fonte: Perfil da Revista VEJA do site "X" (Antigo Twitter). Disponível em: <https://x.com/VEJA/status/556213394161020930> Acesso em: 25/05/2024

A segunda edição analisada nesta dissertação apresenta na capa uma imagem de Dilma Rousseff "duplicada", estabelecendo uma comparação que sugere a quebra de quatro promessas eleitorais através de quatro ações prejudiciais ao desenvolvimento do Brasil. É importante destacar que esta edição foi publicada em 21 de janeiro, apenas 20 dias após a posse de Dilma Rousseff. Dado esse curto período, é humanamente impossível cumprir todas as promessas eleitorais integralmente ou, inversamente, tomar ações diametralmente opostas às que foram pautadas durante a campanha.

Assim, a capa da revista demonstra uma perspectiva tendenciosa, ao insinuar que o governo está em uma crise governamental logo no início de seu mandato. Essa abordagem precipitada e injusta questiona a legitimidade e a capacidade de liderança da presidente, transmitindo aos leitores uma visão distorcida da situação política e sugerindo uma crise inexistente em um governo que mal teve tempo de iniciar suas atividades.

A reportagem de capa da edição 2409, escrita por Ana Luiza Daltro⁵¹, intensifica as críticas à presidenta Dilma Rousseff em comparação à edição anterior analisada. Lamentavelmente, a autora demonstra uma falta de sororidade, adotando um tom ainda mais severo. A reportagem inicia de forma sensacionalista, afirmando que "o bolso do brasileiro irá doer", e procede a listar, com precisão numérica, os reajustes tarifários previstos. Daltro conclui a primeira página da reportagem afirmando que tais medidas são necessárias para corrigir os quatro anos de disfarces econômicos supostamente implementados por Dilma Rousseff.

A parte mais sensível do corpo humano é o bolso, como sentenciou categoricamente o economista Antônio Delfim Netto. Em 2015 o bolso dos brasileiros vai doer [...] Este ano definitivamente, será dedicado a enfrentar os dolorosos (e convenientemente postergados) ajustes na economia. (Daltro, VEJA, 2015, p. 36)

Inacreditavelmente, a autora, ao longo da reportagem, compara os primeiros 20 dias de mandato de Dilma Rousseff ao confisco de poupanças⁵² realizado por Fernando Collor na década de 1990. Tal comparação é sem sentido e completamente equivocada, enfatizando a tentativa deliberada da autora e da revista de polemizar e desacreditar o mandato da então presidenta recém-empossada. Esta abordagem não só distorce os fatos, mas também revela uma predisposição em desmerecer a liderança de Dilma desde o início de seu segundo mandato.

⁵¹ Ex redatora jornalística da Revista VEJA. ANA Luiza Daltro. **LinkedIn**. Disponível em: <https://br.linkedin.com/in/ana-luiza-daltro-a5a3b557> Acesso em: 25 maio 2024.

⁵² O confisco das poupanças no Brasil refere-se a uma medida econômica drástica tomada pelo então presidente Fernando Collor de Mello em março de 1990, poucos dias após sua posse. Esse evento ficou conhecido como parte do "Plano Collor I", um conjunto de medidas destinadas a controlar a hiperinflação que assolava o país. A principal ação do Plano Collor I foi o bloqueio de uma significativa parcela dos depósitos em poupança, contas correntes e outras aplicações financeiras. Especificamente, foram congelados todos os saldos acima de 50 mil cruzeiros novos (equivalente a aproximadamente US\$ 1.200 na época) por um período de 18 meses. O objetivo era retirar dinheiro em circulação e, assim, reduzir a demanda e controlar a inflação. PODCAST ECONOMISTAS. O Confisco de poupança no governo Collor. **Conselho Federal de Economia**. Disponível em: <https://www.cofecon.org.br/2024/03/28/podcast-economistas-o-confisco-de-poupanca-no-governo-collor/> Acesso em: 25 maio 2024.

Para Judith Butler (2017), uma das liberdades fundamentais que deve ser respeitada é a liberdade de expressão de gênero. Liberdade essa não condizente com a reportagem analisada:

Os jornalistas responsáveis pelas reportagens produzem e reproduzem assimetrias de poder entre homens e mulheres quando atribuem valores negativos e depreciativos sobre a conduta de Dilma Rousseff, sobre sua competência e habilidades políticas e administrativas, construindo uma identidade pejorativa, estereotipada e deslegitimada sobre ela. (Lemos, 2017, p. 29)

Além dessas observações pessimistas, a reportagem concede um generoso espaço para Aécio Neves, o candidato derrotado por Dilma, oferecendo-lhe uma plataforma para uma entrevista tendenciosa e repleta de críticas severas ao mandato de Dilma, que, vale ressaltar, mal havia começado. Essa inclusão reforça a intenção da revista de perpetuar uma narrativa negativa e desestabilizadora, subestimando a capacidade de governança da presidenta e influenciando negativamente a percepção pública de sua administração.

Em mais uma reportagem, Joaquim Levy é novamente mencionado, sendo retratado como o único membro sensato do governo. Apesar de abordar os mesmos problemas, uma vez que se refere ao mesmo governo, a autora descreve Joaquim Levy de forma positiva, incentivando o então Ministro da Fazenda a enfrentar as dificuldades econômicas do país. Suas qualidades enquanto economista são destacadas, com afirmações de que ele possui a capacidade necessária para controlar a crise econômica no Brasil, elevando sua imagem a um patamar de competência e eficácia.

Para a tarefa chamou Joaquim Levy, o novo ministro da Fazenda, que foi treinado na égide da ortodoxia econômica e que vê o mundo sob uma perspectiva completamente diferente de seu antecessor. É o tipo de economista intransigente quando os assuntos são estabilidade monetária e rigor fiscal. (Daltro, VEJA, 2015, p. 40)

Esse discurso contrasta fortemente com a narrativa oferecida a respeito de Dilma Rousseff, que é retratada como despreparada e desorientada. Esta abordagem negativa em relação à primeira presidenta do Brasil é notavelmente dissonante quando comparada ao tratamento positivo dado a Levy. A diferença no tom das descrições reflete um viés claro, subestimando a capacidade de liderança de Dilma Rousseff enquanto exalta as qualidades de um único ministro, sugerindo

uma falta de equidade na avaliação das figuras políticas em questão.

A presidenta Dilma Rousseff enfrentou críticas desproporcionais, e foi amplamente responsabilizada pela crise econômica no Brasil do período em questão. Além disso, existe uma tendência de generalizar o desempenho das mulheres em cargos de liderança e um constante incentivo para que elas retornem a seus papéis tradicionais no âmbito privado:

O privado, como ressalta Hannah Arendt [...], está etimologicamente ligado à privação. O privado é tradicionalmente concebido como aquilo que deve ser escondido, ou o que não deve ser trazido às vistas. Isto É conectado com vergonha e incompletude. Como Arendt destaca esta noção de privado implica a exclusão das questões do corpo e da afetividade da vida humana do espaço público (Young, 2011, p. 119)

De maneira geral, entenderemos esse discurso de dominação masculina e desencorajamento feminino como um fenômeno cultural que resulta de um longo processo de naturalização de algo que, na verdade, é um construto social moldado historicamente. Em outras palavras, trata-se de um sistema estabelecido pela definição de papéis sociais que privilegia o masculino em detrimento do feminino, incluindo a pressão sobre os homens para que evitem comportamentos considerados femininos, como o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos (Vieira, 2018).

3.2.3 Edição 2.411 – 4 de Fevereiro de 2015. *“Reação em Cadeia”*.

Figura 8 - Capa da Revista VEJA. Ano 48. Nº 2.411 Fev/2015



Fonte: Site Skoob. Disponível em: <https://www.skoob.com.br/revista-veja-edicao-2411-04-de-fevereiro-de-2015-695004ed698223.html> Acesso em: 25/05/2024

O segundo mês do segundo mandato de Dilma Rousseff teve início e, além das críticas à sua governabilidade, as reportagens da revista Veja deram início a um extenso processo de acusações de escândalos e corrupções que se estenderiam até o impeachment da presidenta:

O processo de *impeachment*, como qualquer processo jurídico, envolveu uma série de acusações, às quais a presidenta Dilma Rousseff teve que responder. Entretanto, (...), essas acusações excederam as questões relativas à gestão técnica da economia estatal, entrando em julgamentos

contra a capacidade de gestão da presidenta, de maneira que inúmeras matérias defenderam que Dilma é irresponsável e incompetente. (Ghiorzi, 2015, p. 162)

Na capa da edição número 4.211, uma imagem de um jogo de sinuca foi utilizada, sugerindo, metaforicamente, que em uma reação em cadeia, todos os envolvidos, direta ou indiretamente, estavam associados a processos de corrupção ou ilegalidades políticas. Essa representação visual indica a percepção generalizada de que o cenário político estava permeado por práticas corruptas e questionáveis, implicando não apenas Dilma Rousseff, mas também outros atores políticos e membros do governo em atividades controversas.

Ao contrário das duas primeiras edições analisadas, a reportagem da edição 4211 é assinada por três autores e não apresenta como imagem principal a presidente Dilma Rousseff, mas sim os empreiteiros que foram presos em 2014 no escândalo político da Petrobras. A imagem destacada foi estrategicamente escolhida para associar Dilma e Lula à prisão, uma vez que ao lado da imagem é apresentado o seguinte subtítulo: "Com os processos da Operação Lava-Jato a caminho das sentenças, as empreiteiras querem Lula e Dilma na roda da justiça." Essa disposição visual e o conteúdo do subtítulo sugerem uma tentativa deliberada de vincular os líderes políticos mencionados ao escândalo de corrupção em curso, enfatizando a gravidade das acusações e o potencial impacto legal sobre eles.

Apesar da extensão considerável da reportagem, compreendendo sete páginas, seu enfoque principal não recai diretamente na ex-presidente Dilma Rousseff. Surpreendentemente, Lula é mencionado com maior frequência do que Dilma ao longo do texto, sugerindo uma focalização distinta dos autores:

Durante o processo de *impeachment*, a corrupção foi um termo amplamente utilizado para defender não diretamente a saída de Dilma Rousseff, como era de se esperar, mas a saída do PT do governo, considerado um "partido corrupto", chefiado por um "ladrão", o ex-presidente Lula. (Ghiorzi, 2018, p. 164)

O cerne da matéria reside no escândalo político em questão, destacando a eficácia da Operação Lava-Jato na condenação e prisão de empreiteiros envolvidos em atividades ilegais.

Durante a narrativa, os autores buscam estabelecer uma conexão direta ou indireta entre a corrupção e as campanhas eleitorais de Dilma, conduzindo os leitores

a considerarem essa relação. Essa estratégia induz a uma percepção de crise política latente, mesmo no início do segundo mandato de Rousseff.

Para Lula, a atitude de Dilma, além de denotar deslealdade, representa um grave perigo ao projeto de poder do partido. (...) O ambiente conflagrado tem aprofundado as diferenças entre Dilma e seu antecessor. Lula tem sido mais incisivo nas queixas. (Marques, VEJA, 2015, p. 47)

O encerramento tendencioso e sensacionalista da reportagem, sugerindo atritos políticos entre Lula e Dilma, amplifica essa atmosfera de instabilidade política, refletindo a abordagem editorial da revista em relação aos acontecimentos analisados. Destaca-se aqui, a inclusão de temas políticos contemporâneos nas aulas de História torna-se essencial. A utilização de reportagens que tratam da recente história política do Brasil permite aos alunos reconhecer a relevância dos temas abordados em sala de aula. Além disso, isso estimula os estudantes a analisar criticamente a forma como essas reportagens são redigidas, ajudando-os a discernir discursos midiáticos tendenciosos e a se tornarem cidadãos mais conscientes e críticos.

3.2.4 Edição 2445 – 7 de outubro de 2015. *“Ela passou a Faixa”*

Figura 9 - Capa Revista VEJA. Ano 48 nº 2.446 Out/2015



Fonte: Site MercadoLivre. Disponível em: https://produto.mercadolivre.com.br/MLB-1092133929-revista-veja-2446-outubro-2015-dilma-passou-a-faixa-_JM Acesso em: 25/05/2024

A capa da edição 2446 da revista Veja chama a atenção com a imagem de um boneco inflável do ex-presidente Lula vestido de presidiário, enquanto Dilma Rousseff é retratada simbolicamente passando a faixa presidencial para ele. Essa representação, carregada de ironia, sarcasmo e desrespeito, estabelece o tom da publicação, revelando abertamente o posicionamento político da revista. A partir dessa edição, os ataques à presidenta Dilma tornam-se explícitos e desinibidos, deixando de lado qualquer tentativa de imparcialidade.

Três temas predominam nesta edição específica: a suposta fragilidade política de Dilma, que a revista insistentemente atribui à presidenta; o processo de impeachment, com uma evidente torcida dos editores para que ele ocorra; e o uso de ironia e sarcasmo no discurso, reforçando uma narrativa crítica e desdenhosa. A combinação desses elementos não apenas evidencia um viés editorial, mas também busca influenciar a percepção pública sobre a capacidade de governança de Dilma Rousseff e a legitimidade de seu mandato. Sobre a ironia e sarcasmo utilizado pela VEJA, Benetti diz:

A ironia é basicamente uma figura de linguagem pela qual se diz o contrário do que se pensa, com intenção sarcástica. Trabalha de maneira dialógica ou intersubjetiva, o que significa que ela exige que o interlocutor se posicione de um determinado modo, sob pena de o efeito simplesmente não se concretizar. Dizemos que existe, na produção do discurso, uma atitude potencialmente irônica, já que a construção do sentido irônico depende, além do ironista, também do interlocutor ou leitor. (Benetti, 2007, p. 06)

Ao discutir o tema em sala de aula, é crucial destacar para os alunos que o uso de ironia e sarcasmo em textos é intencional e só alcança o efeito desejado se o leitor aceitar a perspectiva do editor. Por exemplo, as reportagens da revista Veja adotam um tom irônico porque seus leitores e compradores compartilham das mesmas ideias e opiniões políticas. No entanto, se o texto for analisado de maneira crítica, o discurso da revista pode ser percebido como tendencioso e manipulador, o que pode levar o leitor a não compreender o verdadeiro propósito da revista, que é criticar ou desvalorizar algo ou alguém.

Em Veja, a ironia é utilizada geralmente como um recurso de desqualificação de algo: de uma pessoa, de um lugar ou de uma prática qualquer. (...) O sarcasmo é o modo mais recorrente do texto irônico de Veja, pois lança mão do deboche explícito para imputar características desprezíveis a algo ou alguém. (Benetti, 2007, p. 08)

A reportagem especial da edição lança uma acusação contundente logo no título: "O golpe do 3º mandato". A revista sugere que Dilma Rousseff estaria entregando seu governo ao ex-presidente Lula por falta de capacidade de governar— a uma narrativa que contraria a trajetória de lutas e resistência da presidenta, subordinando a mulher como incapaz de exercer tal cargo de liderança, como já visto anteriormente. Com um texto repleto de metáforas, o editor Hugo Marques aborda as mudanças ministeriais ocorridas no primeiro ano do segundo mandato de Rousseff. No entanto, essa escrita está longe de ser uma análise informativa sobre o

poder executivo brasileiro; ao contrário, insinua constantemente que tais mudanças ocorreram devido à suposta fragilidade política de Dilma.

Em boa parte do seu primeiro mandato, Dilma exerceu o poder na plenitude. Chegou a sobrepor suas vontades às de próceres petistas em temas caros ao partido. Chegou a bater recorde de popularidade. Eram tempos de glória para ela, tempos que não voltam mais. Na semana passada, a presidente – aprovada por apenas 10% da população, sem apoio parlamentar e ameaçada de impeachment – aceitou transferir a tarefa de governar a nomes escolhidos por Lula e caciques do PMDB. (Marques, VEJA, 2015, p. 50)

Marques argumenta que essas alterações ministeriais foram estratégicas para garantir a sobrevivência política de Dilma Rousseff, que estaria, segundo ele, encurralada pelo processo de impeachment e pelas notícias de corrupção envolvendo seus aliados. O editor sugere que as nomeações ministeriais foram feitas para apaziguar tanto Lula quanto o PMDB, partido do então vice-presidente Michel Temer. Essa interpretação sustenta a ideia de que Dilma estaria se vendo obrigada a ceder a pressões internas para manter um mínimo de estabilidade governamental.

Em troca da ajuda para completar seu segundo mandato, ela, renunciou de fato e a passou a batuta ao antecessor. Depois de meses de pressão, o criador enfim, dobrou a criatura - e o terceiro mandato de Lula começou (...) Dilma tirou do palácio do Planalto pessoas que eram de sua estrita confiança e formavam o coração do seu governo. Para substituí-las, escalou quadros leais a Lula. Seguindo recomendação do ex presidente, ela também o número de ministérios controlados pelo PMDB, que recebeu de volta a pasta da Saúde, aquela que, de acordo com a Dilma destemida de 2011, jamais voltaria ao balcão de negócios montado pelo presidente de turno para comprar apoio no Congresso. (Marques, VEJA, 2015. p. 50)

Em sua argumentação, Hugo Marques defende que a única maneira de Dilma concluir seu mandato seria através da colocação de figuras apoiadas por Lula e pelo PMDB em pastas ministeriais estratégicas. Essa estratégia, de acordo com o autor, seria essencial para que a presidenta obtivesse o apoio necessário para governar em meio a uma crise política e a crescentes escândalos de corrupção. Dessa forma, a reportagem não apenas questiona a capacidade de governança de Dilma Rousseff, mas também sugere uma dependência política que fragiliza ainda mais sua posição diante do cenário nacional.

Diante da constante repetição, não se pode negligenciar o viés sexista que permeia as críticas da mídia direcionadas às mulheres políticas. A desqualificação não se refere a características políticas específicas das mulheres em cargos de

poder, mas está essencialmente relacionada ao fato de serem mulheres.

Não há escolha ou comportamento correto quando se trata de mulheres no poder. O erro está em uma mulher ousar participar do espaço político e, de certo modo, romper com o contrato sexual, com os papéis tradicionalmente atribuídos a ela. (Dantas, 2019, p. 164)

A análise observacional dessas reportagens corrobora a ideia de que, embora as mulheres possam alcançar posições de liderança, os sistemas e símbolos que perpetuam a desigualdade de gênero permanecem inalterados, impedindo a efetiva paridade entre homens e mulheres.

3.2.5 Edição 2.447 – 14 de outubro de 2015. “*Por que caem os presidentes*”

Figura 10 - Capa da Revista VEJA. Ano 48 nº 2.447 Out/2015



Fonte: Site Polêmica Paraíba. Disponível em:

<https://www.polemicaparaiba.com.br/entretenimento/dilmaameacada-capas-e-manchetes-das-principais-revistas-semanais-brasileiras/> Acesso em: 26 maio 2024.

O processo de impeachment ainda não havia sido oficialmente iniciado, mas a revista Veja, com uma capa sensacionalista, já insinuava a queda iminente de Dilma Rousseff, apenas 10 meses após o início de seu segundo mandato. A capa da revista apresentava um pequeno "checklist", sugerindo que Dilma cumpria todos os requisitos para ser destituída do cargo. Essa abordagem tendenciosa buscava antecipar e influenciar a percepção pública sobre a inevitabilidade do impeachment, indo de encontro com a efervescência política que se encontrava o Brasil nesse

período.

O processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff se configurou como um momento em que diferentes programas políticos, visões de mundo e valores sociais se encontraram em disputa em âmbito nacional. Essa disputa se constituiu como a questão nacional de maior debate no ano de 2016, englobando diferentes instituições políticas, sociais e econômicas, que atuaram para produzir o *impeachment* e se manifestaram sobre o tema de modo intenso, efusivo e muitas vezes violento. (Ghiorzi, 2018, p. 90)

Ao ler o título da capa, "Por que caem os presidentes", o leitor é levado a associar diretamente Dilma Rousseff ao processo de impeachment, mesmo antes de qualquer ação formal ter sido tomada. A escolha das palavras e a apresentação gráfica foram claramente planejadas para induzir uma sensação de crise e desespero, reforçando a narrativa de que a presidente estava prestes a ser removida do poder. Esta estratégia editorial não apenas subverte a objetividade jornalística, mas também revela um claro viés político na cobertura dos eventos.

A reportagem de capa da edição número 2447 do periódico Veja sugere que a única maneira de a então presidente Dilma Rousseff evitar o processo de impeachment seria por meio de acordos políticos com o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, que até então era um adversário declarado da presidente e do Partido dos Trabalhadores (PT). A edição enfatiza que a impopularidade e a falta de apoio parlamentar são as principais causas da instauração de processos de impeachment e da destituição de presidentes. Durante as primeiras quatro páginas da reportagem, a revista utiliza informações especulativas e irrelevantes para sustentar a afirmação de que Dilma estaria tentando estabelecer contato com Cunha para impedir a abertura do processo de impeachment.

[...] a pedido de Dilma, Luiz Fernando Pezão, governador do Rio de Janeiro, se encontrou com Cunha, há duas semanas, na residência oficial do presidente da Câmara. Pézão que é do mesmo estado e partido de Cunha [...] Dilma não tem votos no plenário da Câmara para escapar do Impeachment? Bem, Cunha já provou que ali ele move bancadas. (Marques, VEJA, 2015, p. 52)

A abordagem da reportagem revela um claro viés ao insinuar constantemente a fragilidade política de Dilma e ao sugerir que ela estaria disposta a fazer concessões políticas a Cunha para garantir a continuidade de seu mandato. Essa narrativa é construída com base em suposições e informações não verificadas,

buscando reforçar a percepção de que o governo de Dilma estava à beira do colapso. A estratégia editorial da Veja, ao destacar tais alegações, contribui para a construção de uma imagem negativa e desestabilizadora do governo Dilma, influenciando a opinião pública de maneira sensacionalista, algo estratégico e recorrente tratando de tal revista, como nos mostra Benetti:

O que percebemos é que Veja estabelece, com seu leitor imaginado, uma relação paradoxal: por um lado, imagina-o como um leitor articulado, com bom nível de compreensão do mundo e da própria linguagem; por outro, imagina-o como um leitor ingênuo, cuja opinião deve ser construída pelos jornalistas. (Benetti, 2007, p. 46)

A segunda parte da reportagem já antecipa a queda de Dilma Rousseff, mesmo antes do início formal do processo de impeachment, ao apresentar um infográfico comparativo entre Fernando Collor e Dilma. Essa comparação sugere que, assim como Fernando Collor foi destituído em 1992⁵³, a derrota de Dilma em um possível processo de impeachment seria inevitável. O infográfico presente na revista estabelece paralelos entre as ações dos dois chefes do executivo, apesar de os cenários, contextos, e, principalmente, as condutas e ações serem completamente distintas.

Revista Veja. Edição 2447 p. 52. Out/2015



⁵³ O impeachment de Fernando Collor ocorreu em 1992 após uma série de denúncias de corrupção envolvendo o presidente. As investigações revelaram um esquema de desvio de recursos públicos e pagamento de propinas comandado pelo empresário Paulo César Farias, tesoureiro da campanha presidencial de Collor. A crescente pressão popular, manifestada em grandes protestos conhecidos como os "Caras-Pintadas", e a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) culminaram na aprovação do impeachment pela Câmara dos Deputados. Em seguida, o Senado Federal conduziu o julgamento que resultou na cassação de Collor, marcando o primeiro impeachment presidencial na história do Brasil. IMPEACHMENT Collor. **Politize** Disponível em: https://www.politize.com.br/impeachment-collor-porqueseofreu/?https://www.politize.com.br/&gad_source=1&gclid=Cj0KCQjwu8uyBhC6ARIsAKwBGpRK9gEQFSVJ2DewJzlx0NkzqCToSmd51NZhpwK3mOhPON1tuMkY52laAg7aEALw_wcB Acesso em: 26 maio 2024.

Fonte: Acervo Biblioteca Colégio Dom Bosco de Telêmaco Borba

Essa comparação é utilizada de forma tendenciosa para reforçar a narrativa de que o impeachment de Dilma seria uma consequência lógica e inevitável, desconsiderando as diferenças substanciais entre os dois casos. Ao fazer essa analogia, a reportagem induz os leitores a acreditarem que a situação de Dilma é irremediavelmente semelhante à de Collor, sem levar em conta as particularidades e nuances que distinguem os dois episódios históricos.

Ao utilizar em sala de aula tal quadro comparativo dos dois processos de impeachment ocorridos na história do Brasil, o professor pode proporcionar aos alunos uma análise crítica das diferenças nos contextos históricos, nas justificativas apresentadas e nos desfechos de cada processo. Embora ambos tratem do mesmo mecanismo constitucional, os contextos políticos, sociais e econômicos, assim como os indivíduos e interesses envolvidos, são completamente distintos. Essa abordagem permite que os alunos compreendam as nuances e complexidades de cada impeachment, além da visão distorcida da mídia sobre tal acontecimento, enriquecendo sua visão sobre a democracia e o funcionamento das instituições no Brasil.

Ao final da reportagem, surgem novas comparações, desta vez com os ex-presidentes Jânio Quadros (1961), João Goulart (1961-1964), e até mesmo com o ex-presidente norte-americano Richard Nixon (1969-1974). A matéria sugere que todos esses líderes compartilham elementos em comum com Dilma Rousseff, segundo o viés da revista: falta de popularidade e apoio parlamentar. A revista destaca como a baixa aprovação pública e a fragilidade política foram determinantes para os desfechos de seus respectivos mandatos, estabelecendo um paralelo direto com a situação enfrentada por Dilma em 2015.

O texto enfatiza repetidamente a crise política, sugerindo que a trajetória de Dilma seguiria inevitavelmente os mesmos caminhos trágicos de seus predecessores. No caso de Jânio Quadros⁵⁴, a renúncia abrupta foi atribuída à perda

⁵⁴ Jânio Quadros, eleito com amplo apoio popular e uma plataforma de moralização da política, surpreendeu o país ao renunciar à presidência em 25 de agosto de 1961, apenas sete meses após assumir o cargo. Sua renúncia, justificada por "forças terríveis" que o teriam impedido de governar, é vista por muitos analistas como um movimento calculado para retornar ao poder com maior apoio popular e enfrentando menos resistência das elites conservadoras. WESTIN, Ricardo. Em 1961, Congresso aceitou renúncia e abortou golpe de Jânio Quadros. **Agência Senado**. 06 ago. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-60-anos-congresso->

de apoio político. João Goulart⁵⁵, por sua vez, foi deposto por um golpe militar em 1964, em um contexto de crescente polarização política e falta de sustentação no Congresso. Richard Nixon⁵⁶ renunciou em 1974, diante da iminência de um impeachment decorrente do escândalo de Watergate, que também se caracterizou por uma dramática queda de popularidade e apoio político.

Governos não são abreviados, constitucionalmente ou por meio de golpe, pelas suas deficiências, mas por falta de popularidade e apoio parlamentar. Foi assim com Richard Nixon, em 1974, nos Estados Unidos e, no Brasil, com Jânio Quadros, em 1961, João Goulart, em 1964, e Fernando Collor em 1992. (Marques, VEJA, 2015, p. 55)

Ao traçar esses paralelos históricos, a revista Veja induz o leitor a acreditar na inevitabilidade do impeachment de Dilma Rousseff, mesmo antes do processo ser oficialmente iniciado. Ao reforçar a ideia de que Dilma enfrentava uma crise política similar à daqueles líderes que foram removidos do poder, a revista não apenas prediz, mas praticamente valida a queda de Dilma, contribuindo para um ambiente político ainda mais instável e polarizado.

3.2.6 Edição 2.448 – 21 de Outubro de 2015. “A Lava-Jato Vai Emergir”

[aceitou-renuncia-e-abortou-golpe-de-janio-quadros](#) Acesso em: 26 mai 2024.

⁵⁵ João Goulart, também conhecido como Jango, foi deposto do cargo de Presidente do Brasil em 1º de abril de 1964, após um golpe militar que encerrou seu governo democraticamente eleito. A deposição de Goulart foi precipitada por uma combinação de fatores, incluindo a oposição de setores conservadores da sociedade, das elites econômicas e militares, e do governo dos Estados Unidos. SILVA, Daniel Neves. Golpe Militar de 1964. **História do Mundo**. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/golpe-de-64.htm> Acesso em: 26 mai 2024.

⁵⁶ Richard Nixon renunciou ao cargo de Presidente dos Estados Unidos em 8 de agosto de 1974, em meio ao escândalo Watergate, que revelou uma série de atividades ilegais realizadas por membros de sua administração e a subsequente tentativa de encobri-las. CANUTO, Luiz Cláudio. Em 1972 Richard Nixon renunciou à Presidência dos Estados Unidos. **Câmara dos Deputados**. 08 ago. 2016. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/466413-em-1972-richard-nixon-renunciou-a-presidencia-dos-estados-unidos/> Acesso em: 26 mai 2024.

Figura 12 - Capa Revista VEJA. Ano 48 nº 2.448 Out/2015



Fonte: Site Revista VEJA. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/felipe-moura-brasil/5-manobras-de-lula-para-salvar-a-propria-pele> Acesso em: 26 maio 2024.

Na edição 2448 da Veja, o posicionamento político da revista torna-se evidente, contrastando fortemente com o tom mais cordial das primeiras edições analisadas nesta dissertação. A capa da revista apresenta uma ilustração de Lula, Cunha e Dilma de mãos dadas, à deriva no mar, sendo ameaçados por um tubarão que simboliza a Operação Lava-Jato⁵⁷.

⁵⁷ A operação Lava Jato, que foi iniciada no ano de 2014, teve como principal objetivo investigar estratégias de lavagem de dinheiro e desvio de recursos públicos na política brasileira. Foram cumpridos mais de mil mandados de busca e apreensão, prisão temporária, prisão preventiva e condução coercitiva, além de a operação ter revelado um esquema de corrupção na Petrobras.

Além da imagem provocativa, o subtítulo da capa emprega termos contundentes como "tenebrosos", "matar a esperança" e "justiça", demonstrando claramente a postura da revista e seu desejo de ver Dilma Rousseff destituída da liderança do Executivo brasileiro. Esta abordagem não apenas critica a ex-presidente, mas também sugere a suposta inevitabilidade de sua queda, refletindo um viés político explícito e uma tentativa de influenciar a opinião pública contra o governo, como já demonstrado e analisados nas anteriores edições.

Nesta edição, as temáticas centrais são a corrupção, o impeachment e a fragilidade política da presidenta. Destaco a última temática pelo fato de Dilma estar em segundo plano nesta reportagem. O foco é em Lula e no juiz Sérgio Moro, responsável pela Operação Lava-Jato. Durante as sete páginas da reportagem, Lula é mencionado diversas vezes, inclusive com fotos, enquanto Dilma aparece apenas na imagem de capa e é mencionada principalmente em relação ao processo de impeachment e à sua aliança com Lula. A leitura da reportagem dá a impressão de que Lula é o verdadeiro chefe do Executivo, enquanto Dilma é retratada como uma aliada em segundo plano.

Mesmo antes de assumir a presidência, a imagem de Dilma Rousseff esteve fortemente associada à de Luiz Inácio Lula da Silva. Dilma era percebida como uma figura extremamente influenciável por Lula. Como afirma Dantas:

Mesmo antes de assumir a presidência, a imagem de Dilma Rousseff esteve fortemente associada à de Luiz Inácio Lula da Silva. Dilma era percebida como uma figura extremamente influenciável por Lula, quase como uma marionete. (Dantas, 2019, p. 118)

Argolo (2014), nos traz que ainda durante a campanha eleitoral, a presença constante de Lula nas atividades de Dilma Rousseff amplificou a percepção da mídia sobre a eleição. Esse protagonismo de Lula tornou difícil para Dilma estabelecer sua própria imagem de liderança, pois a narrativa predominante era de que ela representava uma continuação do governo dele, o que diminuiu seu papel como figura central da campanha.

Nesse contexto, em que Dilma Rousseff frequentemente aparecia em segundo plano em relação a Lula, reflete-se a perpetuação da concepção de que o

LAVA Jato é operação impossível de se entender fora da sua determinação política. **Jornal da USP**. 21 nov. 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/lava-jato-e-operacao-impossivel-de-se-entender-fora-da-sua-determinacao-politica/> Acesso em: 26 maio 2024.

espaço político é dominado pelos homens. A respeito disso, Araujo (2009), argumenta que:

As dinâmicas de interação dos espaços públicos e, sobretudo, da política, foram estruturadas como algo aparentemente neutro, mas, de fato, baseadas, vivenciadas e definidas pelas práticas masculinas; por sua vez, o masculino tornou-se sinônimo de universal. Essa combinação responde pela permanência e reprodução de contextos, ou seja, pela reprodução das práticas. (Araujo, 2009, p. 28)

A análise de gênero da mídia em relação às mulheres na política revela que ainda há um longo caminho a percorrer para alcançar a valorização adequada do feminino. Isso não se resume apenas à revisão dos conteúdos midiáticos; é necessário realizar uma reestruturação abrangente dos sistemas políticos, jurídicos e econômicos para promover essa mudança

As divisões baseadas em gênero orientam os processos de organização social, de construção da legislação e modos de funcionamento das instituições, bem como o comportamento de homens e mulheres na sociedade e nas relações interpessoais. Pensamos e vivemos de maneira renderizada. O maior problema da divisão de gêneros é que um deles foi socialmente mais qualificado e dignificado do que o outro – o masculino como regra, e o feminino como o outro. O que a abordagem de gênero da mídia sobre as mulheres políticas nos diz é que ainda falta muito para a valorização do feminino. (Dantas, 2019, p. 128)

No decorrer da reportagem, o discurso da revista pinta Sérgio Moro como uma espécie de herói, um salvador da crise política brasileira, quase como um "caçador de corrupção". Essa expressão, embora coloquial, reflete o tom adotado pela revista, que é repleto de expressões de efeito, sensacionalistas e parciais. Essa abordagem tende a simplificar e dramatizar os eventos, apresentando Moro como a figura central na luta contra a corrupção e sugerindo que sua atuação é a única solução para os problemas políticos do país, vemos aqui o início da construção midiática de um "herói nacional":

Sérgio Moro era extremamente elogiado por suas sentenças e por sua coragem, era a personificação e líder da Lava-Jato e foi referido algumas vezes pela revista como "herói nacional". A impressão passada pela revista é que ela buscava desconstruir o "lulopetismo", como a revista se referia aos governos Lula e Dilma, e criar a figura de outro herói, Sérgio Moro, o homem que mandou "punir os donos das maiores empreiteiras do país e apontou um rol de parlamentares e caciques políticos suspeitos de locupletar-se do esquema (Petrolão). (Junior, 2019, p. 32)

Essa narrativa contrasta fortemente com a representação de Dilma, cuja

fragilidade política é constantemente enfatizada. A revista sugere que sua liderança é fraca e inepta, dependente de figuras como Lula e ameaçada por forças como a Operação Lava-Jato. Essa cobertura reflete um viés político claro, tentando influenciar a opinião pública a ver Dilma como incapaz de liderar o país e Sérgio Moro como o salvador necessário para restaurar a ordem e a justiça no Brasil.

A análise da reportagem revela que a valorização da liderança masculina é um padrão predominante. Exemplos de sucesso e experiência política são frequentemente associados a figuras masculinas. Duerst-Lahti (2006) corrobora essa observação, destacando que a maior parte da literatura sobre liderança foca predominantemente em figuras masculinas:

Existe uma associação cultural porque a maioria dos líderes foram homens. Pelas mesmas razões culturais – e mais – as pessoas podem ter dificuldades em ver o potencial de liderança de uma mulher, confiar que qualquer mulher pode liderar bem ou estar disposto a legitimá-la como líder, mesmo que ela tenha uma posição formal [...] (Duerst-Lahti, 2006, p. 9)

Abordar em sala de aula os conceitos previamente descritos, bem como os discursos midiáticos analisados, é crucial para desafiar a perpetuação do viés misógino que associa liderança exclusivamente a homens. Nesse contexto, a análise de reportagens como fontes representa uma ferramenta valiosa tanto para discentes quanto para docentes, facilitando uma compreensão crítica e a desconstrução dessas normas de gênero.

3.2.7 Edição 2.455 – 09 de Dezembro de 2015. “*Impeachment*”

Figura 13 - Capa Revista Veja. Ano 48 nº 2.455 Dez/2015



Fonte: Site Revista Veja. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/reveja/especial-impeachment>. Acesso em: 26/05/2024

A imagem sorridente de Dilma Rousseff, que estampava as primeiras edições do periódico Veja no início do ano, não mais se encontra presente. Na nova capa, destaca-se uma senhora séria, com um olhar triste e perdido. Em letras garrafais, a palavra "impeachment" chama atenção, acompanhada por uma espécie de checklist detalhando os eventos que poderiam levar ao possível afastamento da presidenta da República, fosse ele imposto ou voluntário.

Essa edição especial sobre o impeachment, publicada no último mês de

2015, traz um ar melancólico e fúnebre, acentuado pelo fundo completamente preto. Tal cenário contrasta fortemente com a imagem anteriormente otimista, sinalizando o início de um processo político que culminaria oito meses depois, no afastamento de Dilma Rousseff. Esta publicação, portanto, marca o primeiro ano do segundo mandato de Dilma com uma perspectiva sombria e premonitória dos desafios que estavam por vir. A edição especial da revista *Veja* dedica mais de 30 páginas ao possível impeachment de Dilma Rousseff. Em um esforço incansável, a revista relaciona e compara Dilma ao processo de impeachment de Fernando Collor de Mello, sugerindo, mesmo sem provas concretas, que as pedaladas fiscais seriam suficientes para concluir o processo, que ainda não havia sido oficialmente aberto.

[...]e quando começou a se caracterizar a articulação do golpe que resultou no seu impeachment, a grande mídia já havia tomado partido, não só filtrando e repercutindo as notícias que mais lhe interessavam, como fazendo um jogo aparentemente combinado, em que uma revista (*Veja*, *Época*, *Isto É*, *Exame* e outras) tomava a dianteira, repercutia no dia seguinte, e nos posteriores, no noticiário televisivo e nos jornais impressos, provocando um efeito cascata. (Moreno, 2017, p. 251)

Nas páginas desta edição, encontram-se imagens emblemáticas das jornadas de julho, além de figuras-chave como Michel Temer e Sergio Moro, todos representados como personagens históricos deste período difícil para o Brasil. A revista pinta um quadro detalhado e gráfico, lembrando os eventos e indivíduos que moldaram esse momento conturbado da política nacional.

A partir dessa semana quando será instalada a comissão do impeachment, o país enfrentará momentos de extrema tensão, conflitos de interesses, debates acalorados e tentativas de manipulação. É desse substrato típico das democracias que, espera-se, surgirá a força capaz de fazer o Brasil voltar a respirar. Pela Constituição cabe ao comandante da Câmara dos Deputados aceitar ou negar os pedidos de impedimento apresentados contra o presidente da República. O deputado Eduardo Cunha deu seguimento na semana passada ao recurso formulado [...] (Pereira, *VEJA*, 2015, p. 56)

Além da análise dos eventos e das figuras envolvidas, a publicação reitera de maneira enfática e, por vezes, redundante, que o processo de impeachment seria inevitável. Essa insistência reflete a perspectiva editorial da revista, que já antevia o desfecho que se concretizaria meses depois.

[...] eles alegam que Dilma cometeu crime de responsabilidade ao praticar as chamadas pedaladas fiscais e gastar recursos sem a devida autorização prévia do Congresso. Caberá aos deputados corroborar tais alegações, o

que levará a abertura de processo de impeachment contra a petista, ou rechaça-las, o que resultará no arquivamento do caso. Em tese, será discutida uma questão meramente técnica. Na prática, o impeachment é um processo essencialmente político, que refletirá as convicções de cada parlamentar. Ao fim e ao cabo, são eles que decidirão se Dilma ainda tem condições e autoridade para continuar à frente do cargo para o qual foi eleita com 54 milhões de votos. (Pereira, VEJA, 2015, p. 57)

Assim, a Veja não apenas documenta, mas também prediz o desenrolar dos acontecimentos, retratando uma narrativa que, segundo a revista, levaria inevitavelmente ao afastamento de Dilma Rousseff. Esta edição especial, portanto, serve como um registro antecipado e insistente de um processo político que marcaria profundamente a história recente do Brasil.

Cabe aqui destacar a possibilidade de explorar em sala de aula como a repetição da ideia de inevitabilidade pode ter impactado a opinião pública e o processo de impeachment, propondo um debate com os alunos de como a mídia pode influenciar a percepção e o comportamento dos eleitores e decisores políticos.

3.2.8 Edição 2.456 – 16 de Dezembro de 2015 “*A Máquina de Atraso de Dilma*”

Figura 14 - Capa Revista VEJA. Ano 48 nº50 Dez/2015



Fonte: MAIA, Cesar. **Capa da Veja: A Máquina do Atraso de Dilma**. [S.l.] 12 dez. 2015. X. Disponível em: <https://x.com/cesarmaia/status/675821874664861697>. Acesso em: 26 maio 2024.

Para encerrar o primeiro ano do segundo mandato de Dilma Rousseff, a revista Veja apresenta uma capa marcante que exhibe a imagem da presidenta em um televisor antigo, acompanhada do título provocativo "A Máquina de Atraso". A escolha da imagem e do título já sugere uma crítica contundente à gestão de Dilma, reforçada pelos diversos fatos governamentais destacados de maneira negativa e pessimista logo na capa. A capa da revista busca criar uma narrativa visual de

estagnação e retrocesso, moldando a percepção do leitor antes mesmo da leitura das reportagens internas.

A análise comparativa da economia do governo Dilma com outros períodos históricos, conforme realizada pela Veja, é feita de maneira a enfatizar uma visão desfavorável do governo vigente. No entanto, tal abordagem carece de rigor acadêmico, pois desconsidera as nuances e particularidades de cada período histórico. Cada contexto econômico possui suas especificidades, influenciado por fatores internos e externos, que tornam as comparações diretas simplistas e potencialmente enganadoras.

Com muita ironia e sarcasmo, Giuliano Guandalini e Marcelo Sakate redigiram a matéria especial da edição número 2456 do periódico Veja. Utilizando imagens das décadas de 1950, 1960, 1970, 1980 e 1990, os autores fizeram uma comparação da situação econômica do Brasil em 2015 com os períodos mencionados. A matéria é repleta de referências a antigos programas de TV, como "Cambalacho", para criticar duramente o governo Dilma Rousseff. Essa abordagem evoca uma sensação de nostalgia crítica, utilizando-se de ícones culturais para sublinhar o alegado retrocesso econômico e administrativo do país, em uma tentativa de aproximação com o leitor, através do senso comum:

Fato é que a mídia recorre a simbologias facilmente partilhadas pelo senso comum para gerar rápida identificação e decodificação. Ao associar mulheres poderosas a símbolos de comportamentos femininos historicamente condenados, amplamente reprisados pela literatura e dramaturgia, a mídia reforça a inadequação das mulheres aos espaços de poder, instalando a suspeita sobre o caráter daquelas que lá estão. (Dantas, 2019, p. 204)

Os autores, através de uma narrativa sarcástica, buscaram na história da República Brasileira números semelhantes aos do final do primeiro ano do segundo mandato de Rousseff. Essa comparação pretende sugerir que o Brasil, sob a administração de Dilma, havia regredido a situações econômicas desfavoráveis de décadas passadas. A escolha de termos e imagens evocativos não apenas reforça a crítica, mas também se destina a criar um impacto emocional nos leitores, evocando memórias de crises passadas para destacar as dificuldades presentes.

No mercado de trabalho, a perda de vagas não era tão expressiva havia treze anos. Como reflexo a queda nas vendas do comércio supera 7% neste ano, um tombo que não ocorria desde a crise de 1998. Por tudo isso, o Natal

dos brasileiros será de aperto. É um presente da máquina de voltar no tempo da presidente Dilma. (Sakate, Veja, 2015, p. 66)

Essa edição da Veja, ao utilizar-se de ironia e sarcasmo, constrói uma narrativa que não só critica o governo Dilma, mas também busca posicionar os acontecimentos de 2015 dentro de um contexto histórico mais amplo. A escolha de comparações históricas e culturais visa legitimar a percepção de que o Brasil estava repetindo erros do passado, criando uma narrativa de inevitabilidade e declínio.

A despeito de todos os seus riscos, a ironia é um modo de exercer poder – o poder de dizer, qualificar, desqualificar, julgar e tornar “procedente e autorizada” a fala de quem diz. É esse poder que deve ser analisado com rigor pelos pesquisadores, para que possamos compreender a força dessa estratégia discursiva. Assim, a matéria não apenas informa, mas também influencia a interpretação dos eventos políticos e econômicos do período, moldando a opinião pública com uma crítica mordaz e estilisticamente carregada. (Benetti, 2007, p. 46)

A escolha de comparações históricas e culturais visa legitimar a percepção de que o Brasil estava repetindo erros do passado, criando uma narrativa de inevitabilidade e declínio.

3.2.9 Edição 2.467 – 2 de Março de 2016 “*Saiu Muito Mais Caro*”

Figura 15 - Capa Revista Veja. Ano 49 nº 9 Mar/ 2016



Fonte: Site Revista VEJA. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/felipe-moura-brasil/o-manipulador-complica-a-vida-dos-bonecos>. Acesso em: 20/07/2024

Com novamente um notável uso de ironia e sarcasmo, a edição número 2467 apresenta na capa a então presidenta Dilma Rousseff e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva retratados como marionetes, sentados no colo do controverso marqueteiro do PT, João Santana, envolvido em escândalos de corrupção. Esta imagem constitui mais uma tentativa de associar os líderes executivos em questão às irregularidades.

A reportagem especial da revista Veja, assinada por Daniel Pereira, busca

relacionar a então presidenta Dilma Rousseff às ações irregulares da empreiteira Odebrecht. Com uma abordagem minuciosa, o artigo apresenta detalhes e números referentes ao esquema de corrupção envolvendo diversas empreiteiras, lançando luz sobre a extensão e a complexidade das irregularidades.

[...] o casal recebeu numa conta da Suíça, não declara à Receita brasileira, 3 milhões de dólares da Odebrecht, acusada formalmente de participar do cartel que assaltou os cofres da Petrobras e 4,5 milhões de dólares de um dos operadores do Petrolão, o maior esquema de corrupção da história do país. (Pereira, VEJA, 2016, p. 42)

Ademais, a reportagem destaca a figura do juiz Sérgio Moro como o protagonista na luta contra a corrupção, retratando-o como um verdadeiro salvador da pátria no meio desse vasto escândalo. A ênfase na atuação de Moro e sua equipe reforça a narrativa de combate implacável às práticas ilícitas, contribuindo para a construção de sua imagem pública como um defensor da justiça.

Em ofício encaminhado ao tribunal, Sérgio Moro afirmou que a Lava-Jato comprovou o repasse de propina a campanhas eleitorais do PT em troca de contrato superfaturados na Petrobras. O Juiz sugeriu que a Justiça Eleitoral colha o depoimento dos envolvidos [...] (Pereira, VEJA, 2016, p. 46)

Entretanto, apesar da riqueza de dados e detalhes apresentados, a reportagem não consegue estabelecer uma ligação direta entre Dilma Rousseff e as ações irregulares dos indivíduos envolvidos no esquema de corrupção. A ausência de provas concretas que conectem a presidenta aos atos ilícitos mencionados evidencia uma lacuna significativa na argumentação da revista.

Dois dados em especial chamaram a atenção dos investigadores. Em 2014 quando Dilma disputava a reeleição sob a batuta de João Santana, Skornicki fez depósitos na conta do marqueteiro na Suíça. Em outubro e novembro de 2014, entre o primeiro turno e a comemoração do novo mandato de Dilma, a Odebrecht também teria repassado outros 4 milhões de reais para Santana – dessa vez no Brasil, segundo indicações de uma planilha da empreiteira apreendida pela polícia. Todos esses valores, insistem as autoridades, têm origem no petrolão e podem ter bancado a reeleição da presidente. (Pereira, VEJA, 2016, p; 43)

Mesmo sem a comprovação do envolvimento direto de Dilma, a reportagem sugere que seu afastamento da presidência, por meio de um processo de impeachment, é praticamente inevitável. Essa perspectiva é constantemente reforçada, ainda que o processo de impeachment não tenha sequer iniciado,

refletindo uma predisposição em considerar sua saída como um desfecho certo diante das circunstâncias políticas e jurídicas em torno dos escândalos mencionados.

3.2.10 Edição 2.473 – 16 de Abril de 2016 “Dilma em Liquidação”

Figura 16 - Capa Revista VEJA. Ano 49 nº 2.473 Abr/2016



Fonte: Site Toda Bahia. Disponível em: <https://todabahia.com.br/dilma-em-liquidacao-superqueima-de-cargos-diz-capa-da-revista-veja/> Acesso em: 27/05/2024

A capa da revista Veja, com letras garrafais, sugere ironicamente que o "Planalto está pegando fogo" e que a presidenta Dilma Rousseff está "à venda" e "em liquidação". Este tom de ironia, sarcasmo e deboche caracteriza mais uma

edição da revista, que aborda o tema do impeachment e a alegada falta de governabilidade de Dilma.

Neste ponto da análise, é pertinente levantar a seguinte questão: se estivéssemos falando de um presidente homem, a revista traria críticas tão contundentes e capas tão carregadas de ironia quanto faz com Dilma? Ou será que a questão de gênero está implicitamente ligada às edições analisadas?

No ápice da crise do impeachment, foi possível identificar como o pertencimento de gênero se consolidou como um critério para a crítica rasteira e agressões machistas. (...) Críticas a governos ou ao desempenho de um governante fazem parte de qualquer nação democrática, mas a diferença constatada quando se trata de governantes mulheres é que o foco se desloca da crítica profissional para xingamentos e ataques. (Dantas, 2019, p. 64)

Retomamos um ponto previamente discutido, que é essencial para compreendermos a posição das mulheres no espaço público e, mais especificamente, nas esferas de poder. Quando as mulheres fazem a transição do espaço privado para o público, frequentemente não ocorre uma alteração significativa nos papéis de gênero. Elas entram em ambientes onde os padrões de estilo e comportamento são majoritariamente masculinos e há uma resistência a mudanças e à aceitação de novas formas de atuação e discurso. Esse processo é marcado por conflitos e adaptações, com o embate surgindo do estranhamento das diferenças e do receio masculino de uma perda gradual de poder. (Dantas, 2019, p. 64).

Ao romper com a lógica hierárquica na qual o poder era exclusivamente controlado e distribuído pelos homens, Dilma Rousseff emergiu como uma figura de transgressão. Desde o início da república brasileira, os homens estavam habituados — com a cultura desempenhando um papel crucial nesse processo — a serem orientados, dirigidos e criticados por outros homens. A ascensão de Rousseff a um cargo de liderança, como mulher, representava uma ameaça direta à continuidade das estruturas de poder estabelecidas.

O fato é que Dilma sofreu duras críticas da revista *Veja* durante todo o seu segundo mandato. Um exemplo marcante é a capa da edição 2.473, onde aparece, no canto inferior, a frase: "Atenção deputados! Só os senhores, com seu voto e sua consciência, podem acabar com essa farra"(VEJA, 2016). Esta frase soa quase como um apelo desesperado pelo impeachment da então presidenta.

Esta abordagem reiterada de críticas intensas e sarcásticas levanta importantes reflexões sobre a imparcialidade da mídia e a possível influência de questões de gênero na cobertura jornalística. A análise dessas edições sugere um tratamento diferenciado que pode estar relacionado não apenas ao contexto político, mas também a aspectos socioculturais que afetam a percepção e representação das lideranças femininas na política.

De acordo com Judith Butler, ao nascermos, a sociedade impõe a expectativa de que adotemos os papéis presumidamente predefinidos com base em nosso gênero:

A cada um de nós é atribuído um gênero no nascimento, o que significa que somos nomeados por nossos pais ou pelas instituições sociais de certas maneiras. Às vezes, com a atribuição do gênero, um conjunto de expectativas é transmitido: esta é uma menina, então ela vai, quando crescer, assumir o papel tradicional da mulher na família e no trabalho; este é um menino, então ele assumirá uma posição previsível na sociedade como homem. (Butler, 2017)

A ascensão de Dilma Rousseff à presidência do Brasil e sua ocupação do cargo de maior poder nacional, desafiando os pressupostos patriarcais estabelecidos sobre o que é considerado "feminino", resultou em críticas midiáticas que transcenderam o âmbito político. Essas críticas tornaram-se profundamente pessoais e superaram em intensidade aquelas dirigidas a presidentes anteriores do sexo masculino, mesmo em contextos de oposição governamental.

Os jornalistas Rodrigo Rangel, Robson Bonin e Daniel Pereira adotaram um tom de deboche e crítica ao governo de Dilma Rousseff na edição 2.473. Para abrir a reportagem especial na página 53, os autores utilizaram frases como "fechando para balanço", "últimas boquinhas" e "corra", comparando ironicamente o governo federal a uma liquidação de produtos. Essa abordagem visa transmitir a ideia de que Dilma estaria oferecendo cargos e posições governamentais em troca de votos contrários ao impeachment.

Para escapar do impeachment, a faxineira ética de outrora passou a assediá-los congressistas dispostos a colocar seu "sim" ou "não" no mercado. O baixo clero, formado pelos políticos mais inexpressivos do Congresso, está, naturalmente em festa. (Pereira, VEJA, 2016, p. 54)

Os autores alegam que Dilma Rousseff está praticando o fisiologismo político para se manter no poder, embora não apresentem provas concretas para sustentar essas acusações. A reportagem insinua que a presidenta estaria distribuindo cargos para garantir apoio político, uma prática que é frequentemente criticada como sendo contrária aos princípios de governança ética e transparente.

Ao longo das páginas da revista, os jornalistas citam frases que atribuem à presidenta, reforçando a narrativa de que ela estaria envolvida em práticas políticas questionáveis. Essa estratégia retórica visa minar a credibilidade de Dilma Rousseff e legitimar o movimento pelo seu impeachment, apesar da ausência de evidências concretas que vinculem diretamente a presidenta a tais práticas.

Quando era candidata à reeleição, Dilma Rousseff disse que poderia “fazer o diabo” para vencer a sucessão presidencial. Disse e fez, arruinando as finanças do país. Agora, com o mandato ameaçado, ela recorre outra vez ao tihoso – o tihoso do fisiologismo, aquele que mercadeja emendas e cargos em ministérios e estatais por um punhado de votos, ou um único voto. (Pereira, 2016, VEJA, p. 54)

Para finalizar a reportagem, os autores novamente recorrem ao impeachment como sendo o único meio de salvar o Brasil da crise política, afirmando que tal medida traria de volta a esperança dos brasileiros. Este discurso sensacionalista é empregado como uma estratégia persuasiva para convencer a população de que a saída da presidenta Dilma Rousseff seria necessária e benéfica para o país.

[...] o Tribunal Superior Eleitoral analisa um pedido de cassação da chapa Dilma-Temer. A sentença do TSE será proferida depois da decisão da Câmara. Ou seja: mesmo que o impeachment seja rechaçado, a esperança coletiva dos milhões de brasileiros terá uma nova chance. (Pereira, 2016, VEJA p. 57)

A narrativa da reportagem busca legitimar a remoção da presidenta como um ato de salvaguarda nacional ao enfatizar o impeachment como solução inevitável. Essa abordagem não apenas simplifica a complexidade da crise política, mas também apela emocionalmente ao público, sugerindo que o afastamento de Dilma Rousseff é indispensável para a restauração da estabilidade e confiança no governo. Ao incorporar a reportagem analisada nas atividades de sala de aula, o docente poderá estimular a formação de uma consciência crítica em relação aos papéis de gênero na sociedade. Tal abordagem possibilitará a discussão sobre as expectativas

sociais atribuídas a meninos e meninas desde o nascimento. Promover um debate aprofundado sobre a necessidade de desconstruir os paradigmas associados ao que é considerado "feminino" e "masculino" é crucial para impedir que reportagens como a analisada sejam aceitas ou reproduzidas.

3.2.11 Edição 2.474 – 20 de Abril de 2016 “*Fora do Baralho*”

Figura 17 - Capa Revista VEJA. Ano 49 nº 2.474 Abr/2016



Fonte: Site Revista VEJA. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/reveja/fora-do-baralho>

Acesso em: 28/05/2024

Apesar do efeito gráfico de folha rasgada que atravessa a face de Dilma Rousseff, a edição número 2474 da revista Veja está inteira e, mesmo lançada quatro meses antes do término do processo de impeachment, já declara que a presidenta está fora do poder, fora do governo, e que não há possibilidade de restabelecer sua

posição como chefe do Executivo brasileiro. Sensacionalista e polêmica, a revista sugere na capa, através de suposições, que Dilma já havia perdido seu mandato.

Essa antecipação dos eventos por parte da Veja reflete uma postura assertiva e provocativa, buscando moldar, mais uma vez, a percepção pública e influenciar a opinião sobre a inevitabilidade da saída de Dilma Rousseff. A utilização de elementos gráficos e textuais que insinuam a queda iminente da presidenta contribui para uma narrativa que não apenas reporta os acontecimentos, mas também os interpreta de maneira a reforçar a conclusão de que sua destituição é um fato consumado.

A reportagem especial da edição, de autoria de Daniel Pereira e Robson Bonin, apresenta um título ainda mais impactante: "O Último Capítulo", com o subtítulo sugerindo que até mesmo o vice-presidente, Michel Temer, já estaria pronto para assumir o Palácio do Planalto. Utilizando termos pejorativos e sarcásticos, os autores tratam a saída de Dilma Rousseff como um fato consumado, reforçando uma narrativa de inevitabilidade sobre sua destituição.

Os prazos e datas pode ser adiados, mas nada parece destinado a exorcizar o fantasma do impedimento de Dilma, cujos contornos estão cada vez mais delineados. [...] A presidente já não exerce a Presidência de fato. Mostra-se incapaz de restabelecer o diálogo com os setores produtivos e o Congresso, e assim, contribui para agravar a recessão econômica. (Pereira, 2016, VEJA, p. 48)

Neste ponto, é pertinente refletir sobre a resiliência e a força demonstradas por Dilma Rousseff ao enfrentar tantos ataques, não apenas do periódico de maior circulação no país, mas também de diversos outros meios midiáticos. A constante pressão exercida pela mídia criou um ambiente de hostilidade que exigiu da presidenta uma considerável capacidade de resistência frente às adversidades.

A presidente centralizadora e de temperamento forte ficou cada vez mais decorativa. Lula cuja nomeação para a Casa Civil está suspensa até hoje por uma decisão judicial [...] (Pereira, 2016, VEJA, p. 51)

Ghiorzi (2017), nos traz que durante o processo de impeachment, vários veículos de mídia relataram que a presidenta Dilma Rousseff era autoritária e desafiadora em suas interações com deputados, senadores, empresários, assessores, ministros e outros políticos. Sua personalidade foi frequentemente

descrita como de difícil manejo, e sua capacidade de negociação e diálogo foi considerada limitada. Rousseff era caracterizada por uma tendência a se exaltar e a tomar decisões de forma unilateral em relação aos projetos governamentais. Qual seria, então, a postura adequada que a então presidenta deveria adotar? Que tipo de comportamento é esperado de uma mulher ao assumir o cargo de chefe do Poder Executivo em um país?

Em primeiro lugar, espera-se que elas sejam humildes, altruístas, generosas, sensíveis, conciliadoras, afetivas – todas características fundadas na crença da naturalização da maternidade nas mulheres. Em segundo lugar, as mulheres que não demonstram esses atributos, mas ao contrário, exibem competitividade, combatividade, agressividade e frieza são consideradas desviantes e masculinizadas. (Ghiorzi, 2018, p. 109)

Observa-se um padrão duplo significativo: emoções similares, quando manifestadas por homens, costumam ser aceitas como legítimas, dado que estes são frequentemente considerados mais racionais do que as mulheres. Nesse contexto, os homens são frequentemente interpretados como possuindo uma justificativa para expressar raiva ou outras emoções.

Percebe-se uma insistência da mídia em mostrar que Rousseff é “durona”, “exigente” e “controladora” como forma de apresentá-la fora das atribuições de gênero tradicionais e naturalizadas. Enquanto mulher, deveria ser frágil, ter opinião contida, ser conciliadora. No entanto, provou-se rígida, de opinião forte, firme em suas posições, quebrando com os estereótipos de gênero³⁴. No imaginário social hegemônico, ser “durona” e “controladora” retira de Rousseff e de todas as mulheres que trabalham, decidem e comandam, a “feminilidade”, a doçura, a suavidade esperada de uma mulher, sobretudo o prazer de ser mulher, enquanto a um homem, ser um presidente “durão” é nada menos que o esperado. retira de Rousseff a “feminilidade” esperada de uma mulher, enquanto a um homem, ser um presidente “durão” é nada menos que o esperado. (Lemos, 2017, p. 29)

Como a primeira mulher a ocupar a presidência do Brasil, Dilma Rousseff não merecia ver seu mandato encerrar-se de forma tão conturbada, marcada por uma série de ataques injustos e baseados em suposições e artimanhas políticas. O processo de impeachment, culminado em agosto de 2016, foi cercado de controvérsias e levantou questões sobre a legitimidade das acusações e a parcialidade do julgamento político ao qual foi submetida.

Todas as questões discutidas anteriormente, especialmente as contradições associadas ao processo, devem ser abordadas e debatidas em sala de aula. Isso permitirá que os alunos examinem o contexto histórico do período em questão,

levando em conta a complexidade dos eventos relacionados ao impeachment da ex-presidenta.

3.2.12 Edição 2.477 – 11 de Maio de 2016 “Tchau Querida, tchau Querido”

Figura 18 - Capa Revista VEJA. Ano 49 nº 2.477 Mai/2016



Fonte: Site Revista VEJA. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/felipe-moura-brasil/capa-bomba-da-veja-tchau-querida-tchau-querido>.

Ainda faltavam três meses para o encerramento do processo de impeachment, mas a edição número 2477 do periódico Veja mais uma vez dá como certa a saída de Dilma Rousseff, desta vez colocando na capa o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. A edição utiliza a expressão "tchau querida"

para chamar a atenção, evidenciando uma aparente parcialidade em relação ao processo de impeachment que ainda estava em curso.

A expressão "tchau querida" é empregada de maneira pejorativa, contrastando com o tratamento que a revista deveria dispensar a Dilma Rousseff. Esta frase, carregada de deboche e ironia, reflete a postura editorial da revista, que frequentemente utilizou narrativas sensacionalistas e críticas severas para retratar a presidenta, como analisado em edições anteriores.

Durante as manifestações elitistas que pediam a saída de Dilma, a expressão "tchau querida" ganhou popularidade como um slogan de desdém. A revista *Veja*, ao apropriar-se desta frase, reforça sua posição crítica e amplifica a conotação negativa associada à presidenta, contribuindo para um clima de hostilidade e desprezo. Para Dantas, 2019, "o nível de desrespeito ficou patente em manifestações como o bordão "tchau, querida", nas charges e imagens que incitam a violência contra a presidenta e nos diversos textos em que a desqualificação de Rousseff reflete uma desvalorização social das mulheres.

Vamos pensar juntos. Vocês acham que o bordão 'Tchau, querida' seria utilizado com um homem – digamos, com Lula? (...) a 'intimidade não autorizada dessa frase' deslegitima a figura pública da presidente. (Salles, 2016)

Essa abordagem da *Veja* não só questiona a imparcialidade do jornalismo praticado, mas também levanta preocupações sobre o papel da mídia na perpetuação de narrativas desrespeitosas e na influência sobre a opinião pública. A utilização de termos pejorativos e depreciação constante evidencia uma tentativa de deslegitimar Dilma Rousseff, subvertendo os princípios de equidade e objetividade que deveriam nortear a cobertura jornalística de eventos políticos significativos, principalmente em um momento político tão complexo como um processo de impeachment.

É lamentável que a reportagem especial da edição 2477, que apresenta um discurso de tom pejorativo, agressivo e de ataque, tenha sido escrita por uma mulher: a autora Thais Oyama. Esta situação é particularmente triste, pois o segundo mandato de Dilma foi marcado por uma série de ataques direcionados a uma mulher que foi eleita democraticamente duas vezes como presidenta do Brasil. Ataques esses, como os colocados por Oyama:

Entre os muitos enganos que a presidente Dilma cometeu desde que subiu pela primeira vez a rampa do Palácio do Planalto, um foi definitivo para selar

seu destino. Dilma sempre teve certezas demais. Acreditou que seria capaz de “corrigir” certas leis de mercado, convenceu-se de que poderia governar apenas com que bem quisesse e pensou que conseguia pairar, ímpolita, “acima da sujeira do PT” (Oyama, 2016, VEJA, p. 51)

Thais Oyama tece duras críticas à presidenta, utilizando ataques e acusações sem provas, e decreta o fim de seu mandato, mesmo antes de seu desfecho oficial. Segue a transcrição do trecho final da reportagem, cuja linguagem e tom se assemelham a um dossiê produzido por uma promotoria, tamanha a sua natureza acusatória.

Num outro plano, sem ligação direta com o processo, mas com influência sobre ele, é preciso lembrar sobre Dilma: que é integrante de um partido que há dez anos patina em sucessivos escândalos de corrupção. Que era presidente do Conselho da Petrobras e ministra de Minas e Energia quando o mais recente desses escândalos, o petrolão, operou na potência máxima. Que se tornou ministra da Casa Civil quando a roubalheira nas mais importantes e visíveis obras públicas do país ocorria a luz do dia. Que se elegeu presidente da República numa campanha em grande parte financiada com dinheiro sujo, pilhado dos cofres públicos. Que na semana assada, foi formalmente acusada pela procuradoria geral da República de ter tentado obstruir as investigações da Lava-Jato. Mas tantas evidências não bastarão para mudar o fato de que a presidente fará sua última descida da rampa do Planalto acreditando piamente que foi injustiçada. E mais uma vez, terá certeza de que os outros é que estão errados. (Oyama, 2016, VEJA, p. 57)

Dilma Rousseff, que foi presa durante o regime militar e sempre se destacou na luta pela igualdade política de gênero, exemplifica a resistência e a busca das mulheres por espaço e reconhecimento em um ambiente predominantemente masculino. Sua trajetória política e pessoal simboliza a luta contínua das mulheres por igualdade. Nesse contexto, é esperado que as mulheres, especialmente aquelas na mídia, pratiquem a sororidade e rejeitem qualquer forma de ataque à presidenta. A participação de uma mulher em uma narrativa tão negativa e depreciativa contra outra mulher torna-se ainda mais dolorosa e contraditória. Sororidade implica apoio mútuo e a recusa em participar da deslegitimação de mulheres que ocupam posições de poder. Contudo, sabemos que a análise do poder realizada por jornalistas que cobrem política frequentemente é influenciada por uma perspectiva masculina, internalizada ao longo de sua formação e prática profissional. Dessa forma, essas jornalistas tendem a avaliar o comportamento apropriado para mulheres com base em estruturas tradicionais e estereótipos associados ao comportamento feminino:

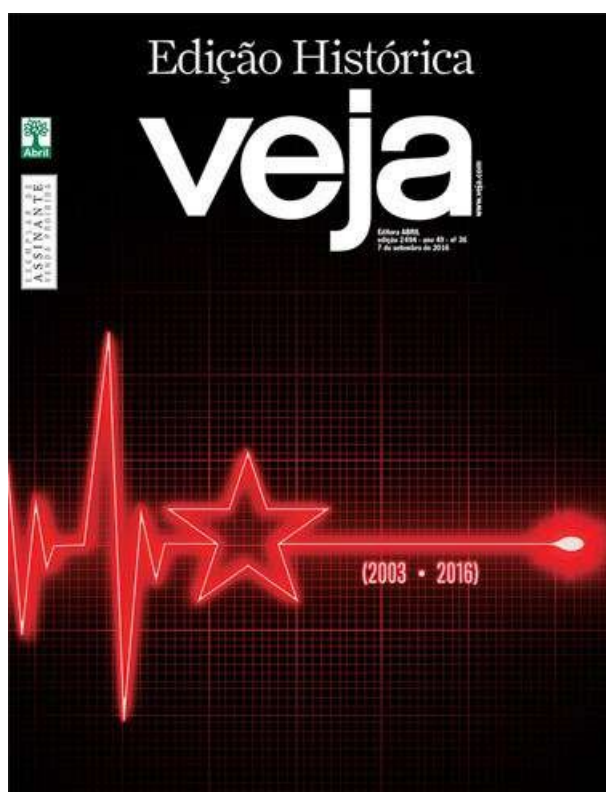
A cultura machista é perpetuada socialmente e partilhada pelos dois gêneros.

Ela é ensinada às crianças, assim como todos os processos da tecnologia de gênero. Esse processo não é completamente interrompido através da consciência da existência do machismo. (Dantas, 2019, p.211)

Nesse contexto, é essencial criar novos símbolos para as mulheres e reformar os padrões das instituições democráticas e educacionais. Para as mulheres na política, é fundamental mudar os padrões patriarcais para superar os desafios que dificultam o avanço de suas carreiras. É crucial também que, como mulheres, reconheçamos a importância de nos apoiar mutuamente, especialmente em contextos onde a misoginia e o preconceito ainda são prevalentes.

3.2.13 Edição 2.494 – 07 de Setembro de 2016 “*Impeachment de Dilma*”

Figura 19 - Capa Revista VEJA. Ano 49 nº 2.494 Ago/2016



Fonte: Site Revista VEJA. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/edicoes-veja/2494> Acesso em: 28 maio 2024.

Durante todo o processo, por várias vezes, Dilma alegou ter sido vítima de um golpe implantado por aqueles que a queriam fora do governo. Em sua opinião, as pedaladas fiscais e a insatisfação com seu governo não eram base legal para sequer abertura do processo de *impeachment*, porém em 31/08/2016, foi destituída de seu cargo por 61 votos favoráveis e 20 contrários, tendo como principal causa as chamadas *pedaladas fiscais* ou crime de responsabilidade, assumindo o seu lugar, o vice-presidente Michel

Temer. (Melo, 2019, p. 35)

Recordo que o dia 31 de agosto de 2016 foi marcado por uma atmosfera de tensão e dramaticidade no cenário político brasileiro, culminando na decisão final do processo de impeachment da então presidenta Dilma Rousseff. Nas primeiras horas daquele dia, o Senado Federal estava repleto de uma mistura de apreensão e expectativa. Senadores, jornalistas e cidadãos acompanharam atentamente cada discurso e cada voto, conscientes da importância histórica daquele momento. A nação estava dividida, e as ruas refletiam a polarização, com manifestações fervorosas tanto a favor quanto contra o impeachment. O cenário era de um país em ebulição, onde cada palavra e cada gesto tinham um peso monumental.

Conforme o dia avançava, a tensão aumentava dentro e fora do Congresso. Os debates no Senado foram acalorados, com argumentos apaixonados de ambos os lados. Defensores de Dilma Rousseff ressaltavam a ausência de crime de responsabilidade, enquanto os favoráveis ao impeachment enfatizavam a necessidade de responsabilização política e moral. A ex-presidenta, em uma última tentativa de defesa, fez um discurso emocionado, reafirmando sua inocência e denunciando o que considerava um golpe contra a democracia. A dramaticidade do momento era palpável, com cada declaração e cada voto sendo acompanhados por olhares atentos e corações aflitos. O destino da presidenta e, simbolicamente, da própria nação, estava em jogo.

No final da tarde, veio o veredicto. Com 61 votos a favor e 20 contra o Senado⁵⁸ decidiu pela cassação do mandato de Dilma Rousseff, marcando o fim de um capítulo tumultuado da história política do Brasil. A decisão foi recebida com reações intensas e imediatas: aplausos e comemorações de um lado, lágrimas e protestos de outro. Nas ruas, a polarização se intensificou, e o país se viu mergulhado em um clima de incerteza e divisão. O impeachment de Dilma Rousseff não apenas encerrou um governo, mas também expôs as profundas fissuras políticas e sociais do Brasil, deixando um legado de desconfiança e questionamentos sobre o futuro da democracia brasileira.

O término do segundo mandato de Dilma Rousseff foi retratado de maneira particularmente dramática pela 2.494ª edição da revista Veja, que preferiu apresentar

⁵⁸ IMPEACHMENT de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil. **Senado Notícias**. 28 dez. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-dedilmarousseffmarcaanode-2016-no-congresso-e-no-brasil> Acesso em: 28 maio 2024.

o evento como o fim do Partido dos Trabalhadores (PT). A capa dessa edição especial exibiu uma imagem simbólica: a estrela do PT, tradicional símbolo do partido, representada como sem batimentos, similar à linha reta em um monitor cardíaco hospitalar. Essa escolha visual sugeria de forma enfática e visualmente impactante a alegoria de um partido em estado terminal, intensificando o clima de crise política.

No entanto, a interpretação da *Veja* não refletia a realidade mais ampla da situação política. Embora Dilma Rousseff fosse uma figura proeminente do PT, o término de seu mandato não significava o fim do partido. Pelo contrário, o PT continuou a ser uma força significativa na política brasileira, mantendo uma base de apoio considerável e influente. A revista, ao dar destaque a essa perspectiva, manifestava uma visão marcada por uma clara parcialidade, sublinhando as tensões políticas do momento e exacerbando a polarização na sociedade brasileira.

Essa edição especial da *Veja*, repleta de acusações e críticas, exemplifica como a mídia pode influenciar a percepção pública de eventos políticos. A escolha de retratar o fim do mandato de Dilma como um fim do PT revela uma intenção de dramatizar a situação além do que os fatos sugeriam. Em um período já caracterizado por intensa divisão política, a cobertura da revista contribuiu para aprofundar a sensação de crise e conflito.

Na edição em questão, Daniel Pereira e Thiago Bronzatto dedicaram 13 páginas para descrever o término do mandato de Dilma Rousseff, quase que em tom de comemoração. A reportagem, carregada de acusações e suposições, responsabilizava Dilma pelo cenário político conturbado e mencionava repetidamente o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Os autores enfatizaram uma narrativa de culpa e crise, ao mesmo tempo em que lançavam dúvidas sobre o futuro governo de Michel Temer. Esse enfoque crítico, predominantemente dirigido a Dilma e ao PT, contrastava notavelmente com a cobertura menos hostil destinada a Temer, sugerindo um viés significativo na representação dos acontecimentos.

Em pouco mais de cinco anos de mandato, Dilma jogou o país no atoleiro. Sua tolerância à inflação, em nome do crescimento, deu fôlego ao dragão, que voltou a superar a casa dos dois dígitos. (...) Dilma perdeu o mandato pelo conjunto da obra. Formalmente, o impeachment foi aprovado porque ela cometeu crime de responsabilidade ao usar recursos de bancos públicos

para pagar despesas do Tesouro, prática conhecida como pedalada fiscal. (Pereira, 2016, VEJA, p. 55)

A reportagem destacava não apenas os eventos que levaram ao impeachment, mas também os escândalos de corrupção associados ao PT, utilizando uma linguagem que reforçava a percepção negativa dos leitores sobre o partido e seus líderes.

E qual será o futuro da esquerda, que o PT tanto contribuiu para arranhar? [...] Agora, o impeachment acaba com 13 anos de PT no poder e desfere um golpe igualmente duríssimo na esquerda. [...] Enquanto petistas e esquerdistas em geral se colocarem no papel de vítima das elites predadoras, sem admitir os próprios erros, será difícil que recuperem parte da força que já tiveram. (Pereira, VEJA, 2016, p. 57)

Enquanto Dilma era criticada com veemência, Michel Temer recebia um tratamento consideravelmente mais ameno, apesar das incertezas que cercavam o início de seu governo. Essa diferença no tratamento mediático evidencia mais uma vez uma parcialidade que vai além de questões políticas, refletindo também um viés de gênero que afeta a cobertura jornalística da revista Veja.

Dilma Rousseff ao promover o caos econômico, está devidamente destituída com o impeachment. E o futuro presidente Michel Temer, agora em definitivo no cargo, está na agenda para tirar a economia do precipício. Já sinais de uma retomada, mas ainda embrionários. [...] Essas questões estão no radar de Temer e sua equipe. Não por outro motivo fazem parte das ações prioritárias do novo governo [...] O governo vai lançar nas próximas semanas uma campanha publicitária ostensiva para informar a população sobre a necessidade de mudança nas regras – e Temer já sinalizou o caminho [...]. (Pereira, VEJA, 2016, p.58)

A abordagem diferenciada entre Dilma Rousseff e Michel Temer pela Veja ilustra como questões de gênero podem influenciar discursos midiáticos no âmbito político. Dilma, a primeira mulher a ocupar a presidência do Brasil, enfrentou uma cobertura marcada por hostilidade e desconfiança desde o início de seu mandato. Em contraste, Temer, que assumiu após seu impeachment, foi tratado com uma consideração notavelmente mais branda. Essa discrepância no tratamento destaca a importância de realizar uma análise crítica da mídia, especialmente em ambientes educacionais, onde o gênero pode impactar a narrativa e a percepção pública de figuras políticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ensinar sobre gênero, portanto, não é mais apenas uma opção – é agora mais necessário do que nunca. Em face de um discurso cada vez mais alimentado por discursos de ódio e intolerância sobre gênero, é imperativo promover uma cultura de respeito e igualdade, e tratar de questões de gênero é uma parte crucial disso. É impossível lidar adequadamente com os preconceitos e criar uma cultura de inclusão sem abordar a história de lutas por equidade, protagonizadas por grupos historicamente marginalizados dos livros didáticos. Não fazer isso mina a capacidade da educação de mudar a realidade social dos alunos, e abdica da responsabilidade de criar cidadãos que não apenas encarem a diversidade humana com desdém, mas com valor.

Diante do exposto, vê-se que hoje diversas classes sociais estão se mobilizando para construir uma sociedade mais justa e igual. Como destaque no presente trabalho, as mulheres são uma delas, à medida que estão cada vez mais em busca de reconhecimento, igualdade de direitos, desde a transformação de uma sociedade, a qual é tradicionalmente machista e opressiva. Portanto, ações coletivas devem ser conduzidas em vários campos para construir uma sociedade livre do poder patriarcal.

Nesse sentido, a escola desempenha um papel essencial nas discussões sobre gênero, já que todos nós somos influenciados por diferentes forças ao longo da vida, como a família, a religião e a mídia. O conhecimento científico nos dá a chance de reinterpretar essas influências, ajudando a construir relações de gênero mais justas. Para isso, é importante repensar práticas pedagógicas que, muitas vezes, ainda reforçam papéis sociais tradicionais. Esses papéis, por sua vez, costumam aparecer em materiais didáticos que dão prioridade a conteúdos distantes da realidade dos alunos.

O uso de documentos históricos, no presente trabalho tratando-se de periódicos nacionais, no ensino de História é uma ferramenta poderosa para discutir estereótipos e relações de gênero. Ao incorporar fontes além das narrativas tradicionais dos livros didáticos, que costumam focar na história política e econômica, os alunos ganham a chance de entender melhor como o conhecimento histórico é

construído. Trabalhar com essas fontes em sala de aula permite uma visão diferente da História, revelando vozes e personagens que muitas vezes são deixados de lado pela memória oficial.

Ademais, em um momento em que muitos questionam o ensino de determinados temas nas escolas e apontam os professores como doutrinadores, é importante deixar claro que incluir discussões sobre gênero no currículo de História não busca desrespeitar ou diminuir os valores e crenças das famílias. A ideia é oferecer aos alunos ferramentas para que eles possam entender melhor como os papéis sociais foram sendo construídos ao longo da história e da cultura, tratando de assuntos como, trabalhado no presente trabalho, a participação das mulheres na política brasileira, sob a ótica do segundo mandato de Dilma Rousseff através de periódico nacional.

Para tornar a pesquisa mais acessível para sala de aula, foram usadas edições da revista semanal VEJA como fontes históricas, com foco nas reportagens que falaram sobre a trajetória política do 2º mandato da ex-presidenta Dilma Rousseff. Sendo essa escolhida como figura central deste estudo, o qual teve o objetivo de analisar como sua trajetória política foi retratada pela mídia, ajudando a entender as maneiras como as lideranças femininas são representadas no Brasil.

Por conseguinte, entender o papel da mídia na forma como as mulheres são retratadas na política foi essencial para perceber como os estereótipos de gênero continuam sendo mantidos e reforçados nesse contexto. A cobertura da revista Veja, durante o período pesquisado, por exemplo, frequentemente colocava em destaque características associadas ao "feminino", como fragilidade emocional e indecisão. Esse tipo de retrato enfraquecia a autoridade de Dilma como líder e reforçava padrões sexistas que limitavam sua atuação política.

Além disso, a revista Veja muitas vezes focava em aspectos da vida pessoal e familiar de Dilma, tirando o foco de suas ações como presidente e destacando questões que não tinham relação com o seu trabalho. Esse tipo de cobertura sensacionalista e invasiva reforçava estereótipos que associam as mulheres ao ambiente doméstico e emocional, ignorando suas habilidades profissionais e políticas.

O uso de tais estereótipos de gênero para descrever a presidente da república, evidenciados nas reportagens da revista Veja, não estava apenas

prejudicando a imagem pública de Dilma Rousseff. De fato, a imprensa estava contribuindo para a perpetuação de desigualdades sistêmicas no campo político. Ao separar a presidente de seu papel devido a preconceitos sexistas, a mídia estava criando uma desigualdade real de que as mulheres eram inferiormente capazes de desempenhar um papel ativo na esfera pública e de liderança.

Pudemos perceber que abordagens como do periódico estudado, não só coloca em questão a legitimidade e a capacidade das mulheres de entrar na arena política, mas reduz também os seus potenciais oportunidades futuras de assumir posições de liderança. Ao centrar-se em fatores irrelevantemente pessoais e familiares das mulheres na política, a mídia faz com que os cidadãos se concentrem menos em suas realizações profissionais, reforçando os estereótipos enraizados que consideram as mulheres mais adequadas à esfera emocional e doméstica.

Perante o exposto, a maneira como a mídia retrata mulheres consequentemente afeta a percepção do público sobre sua capacidade de liderança. O que é pior, sujeitas a estereótipos com base exclusivamente no preconceito de gênero, a mídia reforça as desigualdades estruturais na política, privando as mulheres do acesso igual à esfera pública. Além disso, para aprofundar o debate sobre representação política feminina, não pudemos deixar de mencionar a interseccionalidade. A interseccionalidade evidencia como tipos diferentes de opressão “se cruzam”, dissolvendo-se em uma experiência mais opressiva para as mulheres do que possíveis formas separadas desses fenômenos. Consequentemente, a abordagem interseccional destaca a importância de políticas públicas “complexas” que “considerem o poder da interseccionalidade”.

Nesse sentido, explorar um livro paradidático com biografias e análises de discursos midiáticos no ensino de História é uma maneira de fazer com que os estudantes pensem criticamente sobre a sociedade à sua volta e questionem narrativas há muito consolidadas. A ideia é que a educação promova uma leitura crítica da realidade e, assim, forme uma coletividade de pessoas mais tolerantes, menos preconceituosas e com mais igualdade, quebrando ciclos viciosos de uma sociedade patriarcal e excludente.

REFERÊNCIAS

ADRIANO Ceolin. **Compol.** Disponível em: <https://compolbrasil.com.br/palestrantes/adriano-ceolin/> Acesso em: 25 maio 2024.

AÉCIO Neves. **Governo de Minas Gerais.** Disponível em: <https://www.mg.gov.br/governador/aecio-neves> Acesso em: 16 mai 2024.

AGÊNCIA SENADO. Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil. **Senado Notícias.** 28 dez. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>. Acesso em: 05 mar. 2024.

ALVES, F. L.; GUARNIERI, I. L. A utilização da imprensa escrita para a escrita da História: diálogos contemporâneos. **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, v. 1, n. 2, abr. 2019.

ALVES, Yanne Katt Teles Rodrigues. Debatendo a representatividade: um panorama histórico e breve reflexão sobre a participação feminina na política brasileira. **Revista de Estudos Eleitorais**, Recife, v. 2, n. 3, p. 95-103, jul. 2018.

AMARAL, Ricardo. **A vida quer é coragem. A trajetória da primeira presidenta do Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Primeira Pessoa, 2011.

ANA Luiza Daltro. **LinkedIn.** Disponível em: <https://br.linkedin.com/in/ana-luiza-daltro-a5a3b557> Acesso em: 25 maio 2024.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2021. São Paulo: **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, ano 15, 2021. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/2c290f1f-6b52-4ba2-b1de-5bb33f7245fb/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

ARAÚJO, Clara; BORGES, Doriam. Trajetórias políticas e chances eleitorais: analisando o “gênero” das candidaturas em 2010. **Rev. Sociol. Polit., Curitiba**, v. 21, n. 46, p. 69-91, jun. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782013000200005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 mar. 2015.

ARGOLO, Fernanda. **Dilma Rousseff: Trajetória e Imagem da Mulher no Poder.** Salvador: UFBA, 2014. 151f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) - Programa de PósGraduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos. Salvador, 2014.

ASSIS, Edjane Gomes de. Nas tonalidades do dizer: a instauração dos sentidos nas revistas Veja e IstoÉ. In: LUCENA, Ivone Tavares de; OLIVEIRA, Maria Angélica de; BARBOSA, Rosemary Evaristo (Orgs.). **Análise do discurso.** Das movências de sentido às nuances do (re)dizer. João Pessoa: Idéia, 2004.

BACELAR, C. Fontes Documentais. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, C.

B. (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 21-79.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BENETI, Márcia. A ironia como estratégia discursiva da revista Veja. **LÍBERO**. n. 20, a. X, p. 37-46, dez. 2007.

BERTA Lutz. **Senado Notícias**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/bertha-lutz>. Acesso em: 19 jan. 2024.

BESTER, Gisela Maria. Aspectos históricos da luta sufrágica feminina no Brasil.

BIANCO, Ricardo Grandi. História do PT: conheça o maior partido da esquerda no país. **Politize**. 21 set. 2022. Disponível em: <https://www.politize.com.br/historia-do-pt/> Acesso em: 20 ago. 2024.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BOLSA Família. **Governo Federal**. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia> Acesso em: 05 maio 2024.

BRASIL. Decreto no 21.076 de 24 de fevereiro de 1932. Decreta o Código Eleitoral. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 24 abr. 2024.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares Nacionais**: Pluralidade Cultural, Orientação Sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral de Goiás. **História da Justiça Eleitoral no Brasil**. Disponível em: https://apps.tre-go.jus.br/memorial/?page_id=11046. Acesso em: 20 abr. 2024.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **SIG Candidaturas**. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sigcandidaturas/home>. Acesso em: 18 dez. 2023.

BUTLER, Judith. Desregulando gênero. **Cadernos Pagu**. Campinas, v. 42, p. 249-274, 2014.

BUTLER, Judith. Judith Butler escreve sobre sua teoria de gênero e o ataque sofrido no Brasil. **Folha de São Paulo**, 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/11/1936103-judith-butler-escreve-sobre-o-fantasma-do-genero-e-o-ataque-sofrido-no-brasil.shtml>. Acesso em 17 nov. 2017.

CANUTO, Luiz Cláudio. Em 1972 Richard Nixon renunciou à Presidência dos Estados Unidos. **Câmara dos Deputados**. 08 ago. 2016. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/466413-em-1972-richard-nixon->

renunciou-a-presidencia-dos-estados-unidos/ Acesso em: 26 mai 2024.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CAPITÃO Carlos Lamarca adere à guerrilha. **Memorial da democracia**. Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/card/capitao-carlos-lamarcaadereaguerrilha#:~:text=Foi%20um%20dos%20dirigentes%20da,Palmares%20e%20recriou%20a%20VPR>. Acesso em: 04 maio 2024.

CARTA CAPITAL. Entenda a PEC 37. 22 jun. 2013. **Carta Capital**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/entenda-a-pec-37-6801/> Acesso em: 08 maio 2024.

CARVALHO, Luís Maklouf de. Dilma diz ter orgulho de ideais da guerrilha. **Folha de São Paulo**. Entrevista disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2106200508.htm> Acesso em: 04 maio 2024.

CARVALHO, Luís Maklouf de. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998.

CEOLIN, Adriano. Reportagem Especial: Novo Mandatao, velhos problemas. **REVISTA VEJA**. São Paulo, ed. 2.409, a. 48, n. 3, p. 36-43, Jan. 2015.

CERRI, L. F. Jornais e revistas no aprendizado da História. In: Hudson Siqueira Amaro; Isabel Cristina Rodrigues. (org.). **História: Metodologia do Ensino**. 1 ed. Maringá, PR: Editora da UEM, 2005, v. 1, p. 27-38.

COLLING, Ana Maria. **As mulheres e a ditadura militar no Brasil**. Rio Grande do Sul, 2004.

CONHEÇA a história de Nísia Floresta. **Agência CEUB**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.uniceub.br/comunicacao/conhecaahistoriadenisiaflorestaprimeirajornalista-feminista-do-brasil/> Acesso em: 19 jan. 2024.

CONHEÇA o programa Minha Casa, Minha Vida. **Governo Federal** 13 set. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/noticias-1/conheca-o-programa-minha-casa-minha-vida> Acesso em 05 maio 2024.

CONNEL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: nVersos, 2015.

COSTA, Sueli Gomes. "Gênero e História". In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs). **Ensino de História: conceitos, temáticas e tecnologias**. Rio de Janeiro: Casada Palavra, 2003.

DA REDAÇÃO. Dilma Rousseff: a primeira mulher a presidir o Brasil. **Senado Notícias**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/29/dilma-rousseff-a-primeira-mulher-a-presidir-o-brasil> Acesso em: 21 abr. 2024.

DA REDAÇÃO. Discurso de posse da presidenta Dilma Rousseff. **Senado Notícias**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/01/01/integra-do-discurso-da-presidente-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-posse>. Acesso em: 26 abr. 2024.

DALTRO, Ana Luiza. Reportagem Especial: As Promessas e a Realidade. **REVISTA VEJA**. São Paulo, ed. 2.409, a. 48, n. 3, p. 36-43, jan. 2015.

DANTAS, Fernanda Argolo. “**Dilma Rousseff: uma mulher fora do lugar**”. **Narrativas da mídia sobre a primeira presidenta do Brasil**. 2019. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) - Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências. Salvador, 2019.

DEL PRIORE, Mary. História das Mulheres: as vozes do silêncio. *In*: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2007.

DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39 - 79, jan./mar. 2018.

DELLAMORE, C., & Soares, P. Resistências femininas à ditadura militar: as trajetórias de Gilda e Adélia (1964-1985). **História Oral**, v. 25, n. 1, 57-75, 2022.

DINIZ, Debora. Aborto e contracepção – Três gerações de mulheres. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. **Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5-22, jan/jun. 2012.

DUERST-LAHTI, Georgia. The consequences of gender for women and political leadership. **IPSA World Congress**. Fukuoka, Japan, 2006.

FERNANDES, Carla Montuori. As representações midiáticas de Dilma Rousseff no cenário político brasileiro. **Aurora**. [S.l.], v. 5, n. 14, p. 69-85, jun. 2012.

FERREIRA, Angela Ribeiro. **Representações da história das mulheres no Brasil: em livros didáticos de história**. 2005. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2005.

FIES. **Governo Federal**. Disponível em: <https://acessounico.mec.gov.br/fies>. Acesso em: 05 maio 2024.

FONSECA, Leandro. Carta ao Leitor: Agora ao trabalho... **REVISTA VEJA**. São Paulo, ed. 2.407, a. 48, n. 1. p. 10, jan. 2015.

GHIORZI, Caroline Alessandra. “**Dilma, guerreira, da Pátria Brasileira**”:

discursos midiáticos sobre a primeira mulher presidenta do Brasil durante seu processo de Impeachment em 2016.” 2018. (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

GIRARDI, M. Da C.; MIRANDA, M. F. M. O fisiologismo estatal e a crise institucional no estado de exceção à luz do pensamento de Giorgio Agambem. **Revista Pensamento Jurídico**. v. 13, n. 1, 2019.

GOMES, Maria Carmem. A representação de Dilma Rousseff pela mídia impressa brasileira: analisando processos verbais. **Letras**. [S.l.], n. 40, p. 67-92, dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/12026> Acesso em: 11 abr. 2019.

HAHNER, June E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

IMPEACHMENT Collor. **Politize** Disponível em: https://www.politize.com.br/impeachment-collor-porquesofreu/?https://www.politize.com.br/&qad_source=1&qclid=Cj0KCQjwu8uyBhC6ARIsAKwBGpRK9gEQFSVJ2DewJzlx0NkzqCToSmd51NZhpwK3mOhPON1tuMkY52laAg7aEALw_wcB Acesso em: 26 maio 2024.

JASKIU, Janaína. **Papéis em revista: ensino de História e as representações de gênero na publicidade da revista O Cruzeiro (1930-1975)**. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

JOÃO Goulart: Biografia e Trajetória Política. **Arquivo Nacional - Centro de Referência de Acervos Presidenciais**. Disponível em: <https://presidentes.an.gov.br/index.php/arquivo-nacional/58-servicos/descricoes-arquivisticas/155-joao-goulart> Acesso em: 21 abr. 2024.

JOAQUIM Levy. **CCMBR**. Disponível em: <https://www.ccmb.com.br/assinatura/read.php?id=30> Acesso em: 24 ago. 2024.

JUNIOR, Eliopoulos Thales. **VEJA VS. DILMA: como a revista veja influenciou a opinião pública no impeachment de Dilma Rousseff**. 2019. Monografia (Conclusão de curso Administração Pública) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2019.

KARAWCZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c.1850-1932)**. 2013. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

LATTANZIO, Felipe Figueiredo; RIBEIRO, Paulo de Carvalho. Nascimento e primeiros desenvolvimentos do conceito de gênero. **Psicol. clin.** v. 30, n. 3, p. 409-425, 2018.

LAVA Jato é operação impossível de se entender fora da sua determinação política.

Jornal da USP. 21 nov. 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/lava-jato-e-operacao-impossivel-de-se-entender-fora-da-sua-determinacao-politica/>
Acesso em: 26 maio 2024.

LEMOS, Beatriz Monteiro. **Misoginia, feminismo e representações sociais: o processo de impeachment de Dilma Rousseff na imprensa brasileira (2010-2016)**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora. 34, 1999.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Reflexões sobre a História do Tempo Presente: uma História do vivido (p.11-26). *In*: REIS, Tiago Siqueira, et al. (org.). **Coleção história do tempo presente**: volume 1, Boa Vista: Editora da UFRR, 2019.

LOPES, Júlia Helena Ribeiro Duque Estrada. A trajetória do voto feminino no Brasil. **JusBrasil**. 08 ago. 2022. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-trajetoria-do-voto-feminino-no-brasil/1608936501> Acesso em: 21 abr. 2024.

LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Editora Vozes: Petrópolis/RJ, 2008.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MAIA, Cesar. **Capa da Veja: A Máquina do Atraso de Dilma**. [S.l.] 12 dez. 2015. X. Disponível em: <https://x.com/cesarmaia/status/675821874664861697>. Acesso em: 26 maio 2024.

MARQUES, Hugo. Reportagem especial: O golpe do 3º mandato. **REVISTA VEJA**. São Paulo, ed. 2.446, a. 48, n. 40, p. 48-55, out. 2015.

MARQUES, Hugo. Reportagem especial: Por que caem os presidentes. **REVISTA VEJA**. São Paulo, ed. 2.447, a. 48, n. 41, p. 50-55, out. 2015.

MARQUES, Hugo; DANIEL, Pereira; RANGEL, Rodrigo. Reportagem especial: Todos contra todos. **REVISTA VEJA**. São Paulo, ed. 2.411, a. 48, n 5, p.40-47, fev. 2015.

MARTINS, Cáio César Nogueira. A cota de gênero em benefício de candidatura de mulheres: essência, preenchimento, aferição e estatísticas. **Revista Democrática**, Cuiabá, v. 5, p. 9-31, 2019.

MARTINSI, Maria Cecília. **Situando o uso da mídia em contextos educacionais**. MELO, Hildete Pereira de; MARQUES, Teresa Cristina de Novaes . Partido Republicano Feminino - a construção da cidadania feminina no Rio de Janeiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 71-77, 2000.

MENESES, Sônia. História e mídia: as apropriações do passado numa escrita de fronteira. *In*: REIS, Tiago Siqueira, et al. (org.). **Coleção história do tempo presente**: volume 1, Boa Vista: Editora da UFRR, 2019. p. 63-77.

MINISTRA Dilma Rousseff assume a chefia da casa civil. **Consultor Jurídico**. 20 jun. 2005. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2005jun20/ministra_dilma_rousseff_assume_chefia_casa_civil/ Acesso em: 05 maio 2024.

MIRANDA, Cyntia Mara. Violência de gênero nos meios de comunicação: reflexões preliminares e desafios para superação. *In*: STEVENS, Cristina *et al.* **Mulheres e violências: interseccionalidades**. Brasília: Technopolitik, 2017.

MORENO, Raquel. **A imagem da mulher na mídia: controle social comparado**. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2017

NAPOLITANO, Marcos. Fontes Audiovisuais: A história depois do papel. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. Editora: Contexto, 2008.

NOLASCO, Loreci Gottschalk. Mulheres na política: entraves e conquistas. **Revista jurídica UNIGRAN**. v. 12, n. 23, jul./dez. 1999.

NOTÍCIAS NA IMPRENSA. Albernaz, o capitão que socou o rosto de Dilma Rousseff, em 1970. 02 jul. 2012. **Ditadura Nunca Mais – Fórum Verdade** Disponível em: <https://forumverdade.ufpr.br/blog/2012/07/02/albernaz-o-capitao-que-socou-o-rosto-de-dilma-rousseff-em-1970/> Acesso em: 04 mai. 2024.

NUNES, Maria. O programa de aceleração do crescimento e as fronteiras. *In*: PÊGO, Bolívar *et al.* **Fronteiras do Brasil**: uma avaliação de política pública. Rio de Janeiro: Ipea, 2018.

O GLOBO. Primeiro partido feminista do Brasil. **Tribunal Superior Eleitoral de Goiás**. Disponível em: https://apps.tre-go.jus.br/memorial/?page_id=11046 Acesso em: 20 abr. 2024.

O PDT. História: A fundação - 1979. **PDT**. Disponível: <https://www.pdt.org.br/index.php/opdt/historia/> Acesso: 04 maio 2024.

OLIVEIRA, D. Uso de periódicos para o ensino de história na educação básica - Projeto 1917: mídia, guerra, greve e revolução. **Revista Intersaberes**, v. 12 n. 25, 98-105, 2017.

OLIVEIRA, Michelle Vieira Fernandez de, *et al.* Como são eleitas as mulheres? Uma análise sobre fatores que incidem na eleição de deputadas na Assembleia Legislativa de Pernambuco. **Estudos Eleitorais**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 142-167, jan./abr. 2020.

OLIVEIRA, Sergio Luiz Santos de. **Caminhando com os próprios pés: a formação política e teórica da ORM-POLOP (1956-1967)**. 2016. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

OLIVEIRA, Adriana Vidal de. **A Constituição da Mulher Brasileira: uma análise dos estereótipos de gênero na Assembleia Constituinte de 1987-1988 e suas consequências no texto constitucional**. 2012. Tese (doutorado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

ORIÁ, Ricardo. As Mulheres no Parlamento Brasileiro. Carlota Pereira de Queirós. **Perfil da Câmara dos Deputados**. Brasília: Disponível em: <https://downloads.fipe.org.br/publicacoes/bif/bif458-57-61.pdf> Acesso em: 20 abr. 2024.

PEDRO, J. M. ; FREITAS, I. M. A.; VERAS, E. F. Diálogos (im)pertinentes: as categorias gênero, sexualidade, raça e classe na historiografia brasileira contemporânea. In: REIS, Tiago Siqueira, et al. (org.). **Coleção história do tempo presente**: volume 1, Boa Vista: Editora da UFRR, 2019. p. 95-111.

PEDRO, Joana Maria. O Feminismo de “Segunda Onda” – Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

PEREIRA, Daniel. BONIN, Robson. RANGEL, Rodrigo. Reportagem Especial: Dilma em Liquidação! **REVISTA VEJA**. São Paulo, ed. 2.473 a. 49, n. 15, p. 52-57, abr. 2016.

PEREIRA, Daniel. Reportagem Especial: Impeachment não é guerra. **REVISTA VEJA**. São Paulo, ed. 2.455, a. 48, n. 49, p. 54-95, dez. 2015.

PEREIRA, Daniel; BONIN, Robson. Reportagem Especial: Fora do baralho. **REVISTA VEJA**. São Paulo, ed. 2.474, a. 49, n. 16, p. 48-53, abr. 2016.

PINSKY, Carla Bassanezi. Gênero. In: PINSKY, Carla Bassanesi (org.). **Novos Temas nas aulas de História**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

PIRES, Thalita. Em discurso de despedida, há seis anos, Dilma profetizou país de Bolsonaro. **Brasil de Fato**. 31 ago. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/08/31/em-discurso-de-despedida-ha-seis-anos-dilma-profetizou-pais-de-bolsonaro>. Acesso em: 26 ago. 2025.

PISCITELI, A. Re-criando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. (Textos Didáticos, n. 48). Campinas: IFCH-Unicamp, 2002.

PODCAST ECONOMISTAS. O Confisco de poupança no governo Collor. **Conselho Federal de Economia**. Disponível em: <https://www.cofecon.org.br/2024/03/28/podcast-economistas-o-confisco-de-poupanca-no-governo-collor/> Acesso em: 25 maio 2024.

PORTO, Maria Ivania Almeida Gomes; DE LIMA, Fernando César; ACIOLI, Witalo Brenno Martins. Mulheres na política: trajetória e produção legislativa em um período de crise de representatividade. In: XX Congresso de Direito da ASCES-UNITA, 2019, Caruaru, **Anais [...]**, Caruaru: Editora Ascres, 2019.

Programa de formação continuada em mídias na educação. Disponível em: RÉMOND, René. O retorno do político. *In*: CHAUVEAU, A.; TETARD, P. (org.). **Questões para a história do presente**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIGONATI, Denise Truguilho. **Ainda choram Marias e Clarices: mulheres, guerrilheiras e pecebistas na resistência à ditadura militar no Brasil.** 2015. Dissertação (mestrado em História Contemporânea) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe: a História, o presente, o contemporâneo**. SABEH, L. A. ; FERREIRA, C. A. ; MORAIS, I. V. M. ; MASSARO, O. A. C. . As novas SAKATE, Marcelo; GUANDALINI, Giuliano. Reportagem Especial: De volta ao passado. **REVISTA VEJA**. São Paulo, ed. 2.456, a. 48, n. 50, p.58-68, dez. 2015.

SALES, Tainah Simões; VERAS, Hanna Rayssa Batista. A participação feminina na política brasileira. **Revista de Direito**, Viçosa, v. 12, n. 2, 2020.

SCHMIDT, M. A.; CAINELLI, M. **Ensinar história**. São Paulo: Scipione, 2009. SCOTT, Joan. “História das Mulheres”. *In*: BURKE, Peter (org). **A escrita da História: Novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

SEPULVEDA, D.; SEPULVEDA, J. A. O ensino de história, a história das mulheres, os gêneros e as sexualidades. **Educação em Foco**, [S. l.], v. 26, n. Especial, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/34940>. Acesso em: 18 dez. 2023.

SILVA, C. M. N.; NASCIMENTO, C. V.; ZICA, M. C. Imprensa e educação na segunda metade dos oitocentos. *In*: MIZUTA, C. M. M.; FARIA FILHO, L. M.; PERIOTTO, M. R. **Império em Debate: imprensa e educação no Brasil oitocentista**. Maringá: EDUEM, 2010. p. 223-251.

SILVA, Christine Oliveira Peter da; AGUIAR, Letícia Coutinho. Mulheres e poder: cotas femininas para participação na política. **Estudos Eleitorais**, Brasília, v. 14, n. 1, ed. especial, p. 88-106, jan./abr. 2020.

SILVA, Daniel Neves. Golpe Militar de 1964. **História do Mundo**. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/golpe-de-64.htm> Acesso em: 26 mai 2024.

SOUZA, Marcius F. B. De. **A participação das mulheres na elaboração da constituição de 1988**. Brasília: Senado Federal, 2008.

SPAGNA, Julia Di. Germinal: conheça o clássico naturalista que já caiu nos vestibulares. **Guia do estudante**. 09 mar. 2023. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/dica-cultural/resumo-livro-germinal-naturalismo>. Acesso: 01 maio 2024.

TEIXEIRA, Níncia Cecília Ribas Borges. Discurso publicitário e a pedagogia do gênero: representações do feminino. **Comunicação, mídia e consumo**. São Paulo,

vol. 6, n. 17, p. 37-48, nov. 2009.

TOLEDO, C. de A. A. de; SKALINSKI JUNIOR, O. A imprensa periódica como fonte para a história da educação: teoria e método. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 12, n. 48, p. 255–268, 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640020>. Acesso em: 18 dez. 2023.

TOMÉ, A. M.; Formiga, N. S. Abordagens teóricas e o uso da análise de conteúdo como instrumento metodológico em representações sociais. **Psicologia E Saúde Em Debate**, v. 6, n. 2, 97-117, 2020.

TRAJETÓRIA de Sucesso. **Marina Silva**. Disponível em: <https://marinasilva.org.br/trajetoria-de-sucesso/> Acesso em: 15 mai 2024.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Informações sobre as eleições - Eleições 2014**. Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2014> Acesso em: 20 ago. 2024.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Presidente do TSE anuncia que Dilma Rousseff foi reeleita presidente da República. **Tribunal Superior Eleitoral**. 26 out. 2014. Disponível em: http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias_tse/2014/Outubro/presidente-do-tse-anuncia-que-dilmarousseff-foi-reeleita-presidente-da-republica Acesso: 08 maio 2024.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Quantidade e percentual de candidatos e eleitos para os cargos Legislativos nas Eleições Gerais de 2010, 2014 e 2018. **Tribunal Superior Eleitoral**. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sigcandidaturas/home?sessio-n=304471616486669> Acesso em: 18 dez. 2023.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Resultados da Eleição. **Tribunal Superior Eleitoral**. Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sigeleicaoresultados/home?p0_ano=2010&sessio-n=6069621806926. Acesso em: 26 abr. 2024.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Você sabe o que foi a Lei Saraiva? O Glossário explica. **Tribunal Superior Eleitoral**. 30 nov. 2022. 11:38. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Novembro/voce-sabe-o-que-foi-a-lei-saraiva-o-glossario-explica> Acesso em: 20 abr. 2024.

TUDO EM SALA DE AULA. **Habilidades da BNCC de História do 9º ano do Ensino Fundamental**. Tudo em sala de aula. 01 abr. 2019, 21:02. Disponível em: <https://www.tudosaladeaula.com/2019/04/habilidades-da-bncc-de-historia-do-9.html>. Acesso em: 05 mar. 2024.

UM DISFARCE legalista para a ditadura – de 1964 a 1968. **Memórias da Ditadura**. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/um-disfarce-legalista-para-a-ditadura-de-1964-a-1968/> Acesso em: 04 maio 2024.

VANGUARDA Popular Revolucionária (VPR). **Voz Humana** Disponível em: <https://vozhumana.com.br/organizacoes/vanguarda-popular-revolucionaria-vpr/> Acesso em: 04 maio 2024.

VAZ, Gislene de Almeida. **A participação da mulher na política brasileira: a lei de cotas**. 2008. Monografia (especialização) - Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), da Câmara dos Deputados, Curso de Especialização em Processo Legislativo, Brasília, 2008.

VEJA. De que lado está veja. **Revista Veja**. 20 fev. 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/de-que-lado-esta-veja/> Acesso em: 19 jan. 2024.

VELOSO, Tatiana Scali Abritta. **Dilma Rousseff, a Trajetória De Uma Mulher Política: A Primeira Presidenta Nas Capas De O Globo (2011-2016)**. 2021. Dissertação. (mestrado em Artes, Cultura e Linguagens) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2021.

VIEIRA, Carla Dayane Cassiana. **Gênero e poder no discurso político: análise do pronunciamento de Dilma Rousseff e comentários-resposta de usuários do Facebook**. 2018. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Letras, Belo Horizonte, 2018.

WESTIN, Ricardo. Em 1961, Congresso aceitou renúncia e abortou golpe de Jânio Quadros. **Agência Senado**. 06 ago. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-60-anos-congresso-aceitou-renuncia-e-abortou-golpe-de-janio-quadros> Acesso em: 26 mai 2024.

YOUNG, I. M. **Justice and the politics of difference**. New Jersey: Princeton University Press, 2011.

ZIRBEL, Ilze. **Estudos Feministas e Estudos de gênero no Brasil**. Um debate. 2007. Dissertação. (mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2007.

APÊNDICE A – PRODUÇÃO PEDAGÓGICA

Desenvolvido com o propósito de atender às necessidades educacionais de alunos e professores do 9º ano do ensino fundamental, este livro paradidático proporciona uma análise inspiradora da trajetória política da ex-presidenta Dilma Rousseff, uma das personalidades mais relevantes da história política contemporânea do Brasil.

O livro paradidático *Vote Como uma Mulher: Dilma Coração Valente - História de Luta e Resistência da Primeira Mulher Presidenta do Brasil* está estruturado de forma didática em duas partes distintas. A primeira parte, com um enfoque mais teórico e descritivo, proporciona a alunos e professores uma análise detalhada da bibliografia sobre a vida política de Dilma Rousseff, permitindo uma reflexão crítica ao final de cada capítulo sobre os eventos históricos relacionados à ex-presidenta.

A segunda parte do livro adota uma abordagem mais prática, oferecendo aos alunos a oportunidade de assumir o papel de pesquisadores. Nesta seção, os alunos terão a tarefa de examinar fontes históricas específicas, com destaque para as reportagens da revista *Veja* analisadas ao longo deste trabalho. Essa metodologia visa promover uma compreensão mais profunda e crítica do contexto histórico, incentivando a análise das diferentes perspectivas apresentadas pela mídia.

A biografia política de Dilma é uma narrativa rica e multifacetada que não apenas conta a trajetória pessoal e profissional de uma mulher que superou desafios extraordinários, mas também destaca a importância crescente da participação feminina na política. Por meio de sua história, os estudantes são convidados a refletir sobre o papel das mulheres na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, tema central para o desenvolvimento do pensamento crítico e social na juventude.

A obra alinha-se diretamente ao Referencial Curricular do Paraná, abordando as competências previstas nas habilidades (EF09HI08) e (EF09HI09). No decorrer da leitura, os alunos poderão identificar e problematizar as transformações e continuidades nas questões de diversidade no Brasil ao longo do século XX. A vida de Dilma Rousseff serve como um exemplo concreto dessas mudanças, ao passo que sua militância política, marcada pela luta contra a ditadura e sua ascensão à

presidência, ilustra a complexidade e a importância dos movimentos sociais e das lutas por direitos.

Além disso, o livro traz uma análise das lutas e conquistas de direitos políticos, econômicos, sociais e civis no Brasil, contextualizando o papel dos movimentos sociais e das organizações femininas nesse processo. A trajetória de Dilma Rousseff é um ponto de partida para uma discussão mais ampla sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres em posições de poder e a resistência que elas continuam a encontrar em diversas esferas da sociedade. Este é um convite para os alunos e professores compreenderem as lutas históricas e as vitórias que moldaram o Brasil moderno.

Por conseguinte, os docentes podem utilizar o livro paradidático sobre a vida de Dilma Rousseff como uma ferramenta diversificada para desenvolver as competências previstas nas habilidades (EF09HI08) e (EF09HI09) do Referencial Curricular do Paraná. Ao explorar a trajetória de Dilma, os educadores podem promover discussões em sala de aula que problematizem as transformações e continuidades nas questões de diversidade no Brasil ao longo do século XX. Esse enfoque ajuda os alunos a compreenderem o significado dessas mudanças e a refletirem sobre as permanências e os desafios que ainda persistem em relação à diversidade.

Ademais, o livro pode ser utilizado para relacionar as lutas e conquistas de direitos políticos, econômicos, sociais e civis à atuação de movimentos sociais e grupos organizados, conforme a habilidade (EF09HI09). Ao estudar a participação de Dilma em movimentos de resistência contra a ditadura e sua liderança no cenário político, os professores podem guiar os alunos na compreensão do papel crucial dos movimentos sociais na conquista de direitos no Brasil. Discussões em grupo, debates e atividades de pesquisa podem ser estruturados para que os alunos identifiquem e analisem outros movimentos sociais contemporâneos, relacionando-os às lutas retratadas na biografia de Dilma. Dessa forma, o livro não apenas serve como um recurso didático, mas também como um catalisador para o engajamento dos alunos em temas relevantes para a cidadania e a democracia.

A segunda parte do livro pode ser utilizado em sala de aula como uma fonte histórica para estudar os estereótipos de gênero na política, especialmente ao analisar a representação de seu segundo mandato em veículos de mídia como a revista *Veja*. Os professores podem orientar os alunos a investigar como a mídia

retratou Dilma durante esse período, comparando a narrativa construída pela *Veja* com a biografia apresentada no livro. Ao fazer isso, os estudantes poderão identificar os estereótipos de gênero empregados, como a associação de características negativas à sua liderança por ser mulher, e discutir como esses estereótipos influenciam a percepção pública e a política. Esta análise crítica permitirá que os alunos compreendam como a mídia pode perpetuar ou desafiar preconceitos de gênero e refletir sobre o impacto dessas representações na sociedade e na política. Por fim, este livro busca não apenas educar, mas também inspirar jovens estudantes a se envolverem mais ativamente nas questões sociais e políticas do país. Ao conhecerem a história de Dilma e o impacto das mulheres na política, os alunos são incentivados a reconhecer a importância da diversidade e da equidade de gênero, valores essenciais para a construção de uma sociedade mais democrática e inclusiva.



Apresentação

É com grande satisfação que apresentamos “Vote como um mulher - Dilma Coração Valente! A História de luta e resistência da primeira presidenta do Brasil”, um livro paradidático que ilumina a trajetória corajosa das mulheres na política brasileira, com um foco especial na inspiradora vida da ex-presidenta Dilma Rousseff. Este livro oferece uma análise das conquistas e desafios enfrentados pelas mulheres ao longo da história, destacando os movimentos sociais, as reformas legislativas e as figuras femininas que moldaram o cenário político do país.

Através do livro, os alunos poderão compreender melhor a importância da participação feminina na política e as contribuições de Dilma Rousseff, desde sua atuação na luta contra a ditadura militar até sua liderança como a primeira mulher a presidir o Brasil. Com atividades interativas e debates propostos, este livro visa não apenas educar, mas também inspirar uma nova geração de estudantes a reconhecer a importância da igualdade de gênero e a valorizar a perseverança e o legado das mulheres na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Maria Paula Borba Bueno Moura





Brasília, 1º de Janeiro de 2010



Sumário

Trajetória política de Dilma Rousseff: militância e resistência

Participação em organizações de resistência

Desafios enfrentados durante o regime militar

Impacto da ditadura na formação política de Dilma Rousseff

Filiação ao Partido dos Trabalhadores (PT) e cargos importantes ocupados

Ingresso no PT e engajamento político

Ministra de Minas e Energia

Ministra-chefe da Casa Civil

Desafios políticos e econômicos enfrentados por Dilma Rousseff em seu segundo mandato

Contexto político e econômico do segundo mandato

Repercussão na mídia nacional

Críticas da revista *Veja* ao governo petista

Retrato estereotipado de Dilma Rousseff na revista *Veja*

Estereótipos de gênero presentes nas reportagens

Preconceitos revelados pela forma como a presidenta era retratada

Reflexões sobre a participação feminina na política brasileira

O papel da mídia na construção da imagem das mulheres na política

Análise crítica do papel da mídia

Desigualdade de gênero no contexto político

Obstáculos enfrentados pelas mulheres que buscam cargos públicos

Ensino de história e a participação das mulheres na democracia brasileira

Ampliando o debate sobre representatividade feminina

Machismo na política e seus impactos

A contribuição das mulheres na construção da democracia brasileira

Analisar e Praticar: Estudo das fontes históricas



**Trajetória Política de Dilma
Rousseff:
Militância e Resistência**

Impacto da ditadura na formação política de Dilma Rousseff

A experiência de Dilma Rousseff durante a ditadura militar teve um impacto profundo em

sua formação política e ideológica, moldando sua visão de mundo e influenciando suas ações futuras. A resistência e a luta contra o regime autoritário foram elementos cruciais que forjaram a personalidade e os princípios da ex-presidente do Brasil.

Durante os anos de repressão, Dilma enfrentou não apenas a violência física e psicológica das torturas, mas também a constante pressão para renunciar às suas convicções políticas em troca de liberdade. No entanto, sua resistência firme e inabalável diante das adversidades demonstrou sua coragem e determinação em defender seus ideais democráticos.

O período sob o regime militar também contribuiu para consolidar o compromisso de Dilma com a justiça social e a igualdade, valores que se refletiram em suas políticas públicas ao longo de sua carreira política. Sua experiência pessoal como vítima da repressão estatal fortaleceu seu comprometimento com os direitos humanos e com a construção de uma sociedade mais inclusiva e democrática.

Além disso, a censura imposta pelo governo militar estimulou em Dilma uma postura crítica em relação à liberdade de expressão e à importância da imprensa livre na defesa dos direitos individuais. Essa consciência sobre os perigos do autoritarismo guiou suas decisões políticas no sentido de fortalecer as instituições democráticas e garantir a transparência no governo.

Em suma, o impacto da ditadura na formação política de Dilma Rousseff foi fundamental para moldar sua atuação como líder política, destacando-se por seu compromisso com os direitos humanos, a justiça social e a democracia. Sua trajetória como resistente ao regime militar influenciou diretamente suas políticas governamentais posteriormente, marcando-a como uma figura emblemática na história do Brasil.

Belo Horizonte, 14 de Dezembro de 1947

Dia 14 de dezembro de 1947, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, uma menina especial veio ao mundo. Seu nome era Dilma. Filha de um imigrante búlgaro cheio de histórias fascinantes e de uma dedicada professora brasileira. Dilma cresceu rodeada por um ambiente vibrante e cheio de ideias.



Figura 4



Figura 5



Figura 6

Dilma Rousseff nasceu em uma família de classe média alta, vivendo uma infância cheia de privilégios e conforto. Além disso, Dilma frequentava as melhores escolas particulares e se divertia em animados bailes e festas desde sua adolescência.



Figura 7

Mas Dilma não era apenas uma menina privilegiada; ela tinha um espírito aventureiro. Adorava escalar muros com cacos de vidro (que coragem!) e subir em árvores, sempre buscando novas emoções. Seu pai desde cedo, ele a introduziu ao maravilhoso mundo dos livros infantojuvenis, abrindo portas para inúmeras aventuras e histórias que moldariam seu futuro.



Figura 8

Quais experiências você viveu na infância que moldaram quem você é hoje?



Belo Horizonte, 1960

O caminho político de Dilma Rousseff começou a ser traçado ainda na juventude, quando suas convicções a aproximaram das causas da esquerda no Brasil. Com apenas 16 anos, ela ingressou no renomado Colégio Estadual de Minas Gerais, em Belo Horizonte, um reduto de excelência acadêmica e efervescência intelectual. Nesse ambiente vibrante e dinâmico, que pulsava ao ritmo do movimento estudantil, Dilma encontrou um cenário fértil para o florescimento de sua consciência política e para a expressão de ideias marcadas pela busca incessante de liberdade cultural e política.



Figura 9

De que maneira podemos relacionar o início da militância política de Dilma com o golpe civil-militar de 64?



Figura 10

Dilma Rousseff começou sua jornada política na Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (ORM-Polop), onde desempenhou papéis fundamentais. Entre suas responsabilidades, destacava-se a impressão clandestina do jornal O Piquete, uma tarefa que exigia astúcia e determinação. Além disso, Dilma cuidava das finanças da organização, demonstrando seu compromisso profundo com a causa revolucionária. Essas atividades ilustram não apenas seu engajamento fervoroso em atividades subterrâneas, mas também sua dedicação incansável à luta por mudanças sociais durante esse período tumultuado da história brasileira.

Em janeiro de 1970, Dilma Rousseff foi capturada e arrastada aos sombrios porões da ditadura. Ali, no ventre opressivo do regime, foi encaminhada para a penitenciária Tiradentes, onde passou a ser mantida sob a acusação de subversão. Durante dois anos e quatro meses, Dilma suportou a brutalidade dos torturadores e os extenuantes interrogatórios. Contudo, sua força de espírito permaneceu inabalável. Nunca cedeu, nunca traiu, preservando a identidade de seus companheiros com uma tenacidade indomável.



Figura 12



Pesquise e anote em seu caderno informações sobre presos políticos do período ditatorial brasileiro (1964-85).

Escolha três presos políticos e descreva suas vidas antes da prisão, as acusações contra eles, e suas experiências durante a detenção.



Figura 11



CINE HISTÓRIA

- Marighella
- Batismo de Sangue

Referências:

- LIMA, Vitor Hugo de Freitas. *Dilma Rousseff e o Golpe de 2016: a história ainda em curso*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- MARTINS, Cãio César Nogueira. A cota de gênero em benefício de candidatura de mulheres: essência, preenchimento, aferição e estatísticas. *Revista Democrática*, Cuiabá, v. 5, p. 9-31, 2019.
- MARQUES, Hugo. Reportagem especial: O golpe do 3o mandato. *REVISTA VEJA*, São Paulo, edição 2.446 – ano 48 – no 40, p. 48-55, outubro 2015.
- MARQUES, Hugo. Reportagem especial: Por que caem os presidentes. *REVISTA VEJA*, São Paulo, edição 2.447 – ano 48 – no 41, p. 50-55, outubro 2015.
- MARQUES, Hugo; DANIEL, Pereira; RANGEL, Rodrigo. Reportagem especial: Todos contra todos. *REVISTA VEJA*, São Paulo, edição 2.411 – ano 48 – no 5, p. 40-47, fevereiro 2015.
- MELO, Hildete Pereira de; MARQUES, Teresa Cristina de Novais. Partido Republicano Feminino – a construção da cidadania feminina no Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 1-2000, p. 71-77, 2000.
- PINTO, Célia Regina Jardim; VERDELLIO, Thais Matos. Dilma Rousseff: a primeira mulher presidente do Brasil e a cultura política sexista. In: ALVAREZ, Sonia E.; LIMA COSTA, Sérgio; MARTÍNEZ-GALLARDO, Cecilia (orgs.). *Presidências na América Latina: liderança e cultura política em perspectiva comparada*. São Paulo: Editora Unesp, 2018. p. 99-120.
- RIBEIRO, Ricardo Amaral. *A Vida Quer É Coragem: a trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil*. São Paulo: Primeira Pessoa, 2011.

Índice de imagens:

- Figura 1: Dilma Rousseff iniciando seu discurso de posse presidencial. Fonte: Site do Senado Federal.
Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/29/dilma-rousseff-a-primeira-mulher-a-presidir-o-brasil>
- Figura 2: Dilma Rousseff durante o seu discurso de posse presidencial. Fonte: Site do Senado Federal.
Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/29/dilma-rousseff-a-primeira-mulher-a-presidir-o-brasil>
- Figura 3: Dilma Rousseff encerrando o seu discurso presidencial. Fonte: Site do Senado Federal.
Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/29/dilma-rousseff-a-primeira-mulher-a-presidir-o-brasil>
- Figura 4: Quadro com fotografias de Dilma Rousseff bebê. Fonte: Site O Globo.
Disponível em: <https://oglobo.globo.com/fotogalerias/a-trajetoria-de-dilma-rousseff-em-imagens-24816321>
- Figura 5: Dilma Rousseff e seu irmão. Fonte: Site O Globo.
Disponível em: <https://oglobo.globo.com/fotogalerias/a-trajetoria-de-dilma-rousseff-em-imagens-24816321>
- Figura 6: Dilma Rousseff e seus irmãos. Fonte: Site O Globo.
Disponível em: <https://oglobo.globo.com/fotogalerias/a-trajetoria-de-dilma-rousseff-em-imagens-24816321>
- Figura 7: Dilma Rousseff com seus pais e irmão. Fonte: Site O Globo.
Disponível em: <https://oglobo.globo.com/fotogalerias/a-trajetoria-de-dilma-rousseff-em-imagens-24816321>
- Figura 8: Dilma Rousseff durante a infância. Fonte: Site O Globo.
Disponível em: <https://oglobo.globo.com/fotogalerias/a-trajetoria-de-dilma-rousseff-em-imagens-24816321>

**Filiação ao Partido dos
Trabalhadores (PT) e cargos
importantes ocupados**

Ingresso no PT e Engajamento Político

O ingresso no Partido dos Trabalhadores (PT) marcou um ponto crucial na trajetória política

do indivíduo, representando não apenas uma filiação partidária, mas também um compromisso com os ideais e valores da sigla. O engajamento político dentro do partido não se limitou apenas a participar de eventos ou campanhas, mas sim a uma atuação ativa na defesa dos interesses da população e na promoção de políticas públicas que visam a justiça social e a igualdade.

Esse envolvimento político dentro do PT permitiu ao indivíduo ocupar cargos importantes dentro da estrutura partidária e governamental. A atuação em diferentes instâncias do partido proporcionou experiências valiosas no campo da gestão pública, fortalecendo sua capacidade de liderança e tomada de decisões em prol do bem comum.

Além disso, o engajamento político no PT possibilitou a participação em debates relevantes sobre temas sociais, econômicos e ambientais, contribuindo para a formulação de propostas e projetos que impactam diretamente a vida dos cidadãos. A defesa incansável dos direitos humanos, da democracia e da inclusão social tornaram-se pilares fundamentais dessa atuação política.

A inserção no PT não se restringiu apenas ao âmbito partidário, mas também abriu portas para ocupar cargos de destaque no governo, seja em nível municipal, estadual ou federal.

Essas posições conferiram ao indivíduo a oportunidade de implementar políticas públicas inovadoras, promover a transparência na gestão governamental e trabalhar em prol do desenvolvimento sustentável e da redução das desigualdades sociais.

Em resumo, o ingresso no PT e o engajamento político não foram meramente uma adesão formal a um partido, mas sim uma jornada de comprometimento com as causas sociais e um caminho para influenciar positivamente as transformações necessárias na sociedade.

Porto Alegre, 1993

Em 1993, com a posse de Leonel Brizola como Governador do Rio Grande do Sul, Dilma foi nomeada Secretária Estadual de Energia, Minas e Comunicação. Nessa posição, teve a oportunidade de demonstrar sua habilidade em lidar com questões estratégicas e complexas relacionadas ao setor energético, mineração e comunicações, contribuindo significativamente para o desenvolvimento do estado sob a gestão de Brizola.



Figura 13



Figura 14

No ano 2000, devido à sua posição na ala mais à esquerda do PDT, Dilma Rousseff desligou-se do partido e ingressou no Partido dos Trabalhadores (PT)



Figura 15

Em 2003, Dilma Rousseff consolidou sua presença no cenário político nacional ao ser indicada como ministra de Minas e Energia no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Sob sua liderança, foram implementadas políticas voltadas para a eficiência energética e a autossuficiência, solidificando a posição de Dilma como uma figura chave na condução das políticas públicas no Brasil

Como a presença de mulheres em cargos políticos influencia a elaboração e implementação de políticas públicas?



Pesquise e escreva em seu caderno exemplos de políticas públicas voltadas para grupos minoritários.

Quais mulheres você conhece que ocupam, ou ocuparam cargos importantes de liderança política nacional e mundial?



Reuna-se com colegas e elabore uma resposta para a seguinte pergunta: De que forma a presença de mulheres em cargos de liderança, como a presidência de Dilma Rousseff, alterou a percepção pública e a participação feminina na política brasileira? Após respondê-la, compartilhe a resposta com seus colegas de sala.



Referências:

- LIMA, Vitor Hugo de Freitas. *Dilma Rousseff e o Golpe de 2016: a história ainda em curso*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- MARTINS, Cáo César Nogueira. A cota de gênero em benefício de candidatura de mulheres: essência, preenchimento, aferição e estatísticas. *Revista Democrática*, Cuiabá, v. 5, p. 9-31, 2019.
- MARQUES, Hugo. Reportagem especial: O golpe do 3o mandato. *REVISTA VEJA*, São Paulo, edição 2.446 - ano 48 - no 40, p. 48-55, outubro 2015.
- MARQUES, Hugo. Reportagem especial: Por que caem os presidentes. *REVISTA VEJA*, São Paulo, edição 2.447 - ano 48 - no 41, p. 50-55, outubro 2015.
- MARQUES, Hugo; DANIEL, Pereira; RANGEL, Rodrigo. Reportagem especial: Todos contra todos. *REVISTA VEJA*, São Paulo, edição 2.411 - ano 48 - no 5, p. 40-47, fevereiro 2015.
- MELO, Hildete Pereira de; MARQUES, Teresa Cristina de Novais. Partido Republicano Feminino - a construção da cidadania feminina no Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 1-2000, p. 71-77, 2000.
- NOLASCO, Loreci Gottschalk. Mulheres na política: entraves e conquistas. *Revista jurídica UNIGRAN / Centro Universitário da Grande Dourados*, v. 12, n. 23, Jul/Dcz. (1999-). Dourados: UNIGRAN, 2010.
- OLIVEIRA, Adriana Vidal de. *A Constituição da Mulher Brasileira: uma análise dos estereótipos de gênero na Assembleia Constituinte de 1987-1988 e suas consequências no texto constitucional*. 2012. Volume I. Tese (doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- OLIVEIRA, Sergio Luiz Santos de. *Caminhando com os próprios pés: a formação política e teórica da ORM-POLOP (1956-1967)*. 2016. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. doi:10.11606/T.8.2018.tde-16012018-124833. Acesso em: 2024-05-01.
- PINTO, Célia Regina Jardim; VERDELLIO, Thais Matos. Dilma Rousseff: a primeira mulher presidente do Brasil e a cultura política sexista. In: ALVAREZ, Sonia E.; LIMA COSTA, Sérgio; MARTÍNEZ-GALLARDO, Cecilia (orgs.). *Presidências na América Latina: liderança e cultura política em perspectiva comparada*. São Paulo: Editora Unesp, 2018. p. 99-120.
- RIBEIRO, Ricardo Amaral. *A Vida Que É Coragem: a trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil*. São Paulo: Primeira Pessoa, 2011.

Índice de imagens:

- Figura 9: Dilma Rousseff durante a juventude em seu baile de debutante. Fonte: Site O Globo.
Disponível em: <https://oglobo.globo.com/fotogalerias/a-trajetoria-de-dilma-rousseff-em-imagens-24816321>
- Figura 10: Antigo panfleto da ORM-Polop. Fonte: Arquivo Nacional da Comissão da Verdade
- Figura 11: Dilma Rousseff no período em que esteve presa, durante a Ditadura. Fonte: Arquivo Nacional da Comissão da Verdade
- Figura 12: Dilma Rousseff durante o seu julgamento. Fonte: Arquivo Nacional da Comissão da Verdade
- Figura 13: Dilma e Lionel Brizola, durante o mandato do ex governador. Fonte: Site UOL
Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1723937-heroi-de-dilma-brizola-vira-heroi-da-patria.shtml>
- Figura 14: Dilma no início da sua trajetória com o PT. Fonte: Site Senado Federal.
Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2007/02/09/dilma-rousseff-discute-pac-na-ci>
- Figura 15: Dilma e o Presidente Lula durante a campanha do pré sal. Fonte: Site Instituto Lula.
Disponível em: <https://institutolula.org/autossuficiencia-em-petroleo-durante-o-governo-lula-deixou-o-brasil-mais-forte>



Contexto político e econômico do segundo mandato de Dilma Rousseff

O segundo mandato de Dilma Rousseff foi marcado por desafios políticos e econômicos significativos que impactaram diretamente a governabilidade do país. No cenário político, a presidente enfrentou uma crescente polarização partidária e social, com manifestações populares contra seu governo e um Congresso Nacional fragmentado, dificultando a aprovação de medidas legislativas essenciais para a recuperação econômica.

Além disso, o contexto econômico durante o segundo mandato de Dilma Rousseff foi desafiador, com uma recessão profunda que afetou diversos setores da economia brasileira.

A queda na arrecadação fiscal, o aumento do desemprego e a inflação elevada foram alguns dos principais obstáculos enfrentados pelo governo, exigindo medidas impopulares para tentar reverter esse quadro adverso.

A crise política e econômica se retroalimentaram durante o segundo mandato de Dilma Rousseff, criando um ambiente de instabilidade que minou a confiança dos investidores e da população em relação ao governo. As denúncias de corrupção envolvendo figuras importantes do governo também contribuíram para agravar a crise institucional e enfraquecer ainda mais a capacidade da presidente de implementar reformas estruturais necessárias.

Em suma, o contexto político e econômico do segundo mandato de Dilma Rousseff foi caracterizado por uma combinação complexa de desafios estruturais que testaram sua capacidade de liderança e governabilidade em um momento crucial para o Brasil.

Diante desses desafios, Dilma Rousseff buscou articular alianças políticas no Congresso Nacional para aprovar medidas emergenciais visando estabilizar a economia e recuperar a confiança dos agentes econômicos. No entanto, as divergências ideológicas e os interesses partidários muitas vezes impediram avanços significativos nesse sentido, prolongando a crise política e econômica que marcou seu segundo mandato.

Repercussão na mídia nacional

A repercussão na mídia nacional do segundo mandato de Dilma Rousseff foi intensa e refletiu a polarização política e econômica que marcaram esse período. Os principais veículos de comunicação do país acompanharam de perto os desafios enfrentados pela presidente, destacando as crises política e econômica que se agravavam a cada dia.

Os jornais, programas de televisão e portais online dedicaram extensas coberturas às manifestações populares contra o governo, às denúncias de corrupção envolvendo figuras importantes da administração federal e aos debates acalorados no Congresso Nacional sobre medidas legislativas cruciais para a recuperação econômica. A mídia nacional atuou como um termômetro da opinião pública, amplificando as críticas ao governo e expondo as fragilidades da gestão de Dilma Rousseff.

Além disso, a imprensa brasileira também abordou os impactos da crise econômica nas diferentes camadas da sociedade, dando voz aos empresários preocupados com a recessão, aos trabalhadores afetados pelo desemprego em alta e às famílias lidando com o aumento dos preços e a queda do poder de compra. As análises dos especialistas convidados para comentar sobre a situação ecoavam nas manchetes dos jornais, contribuindo para moldar a percepção pública sobre o governo.

Por outro lado, houve críticas à postura sensacionalista de parte da imprensa, que foi acusada de polarizar ainda mais o debate político e de não oferecer uma cobertura equilibrada dos acontecimentos. O embate entre diferentes veículos midiáticos também revelou as divergências ideológicas presentes na sociedade brasileira, evidenciando a complexidade do cenário político durante o segundo mandato de Dilma Rousseff.

Em suma, a repercussão na mídia nacional foi fundamental para contextualizar os desafios enfrentados por Dilma Rousseff em seu segundo mandato, influenciando diretamente a opinião pública e contribuindo para moldar o cenário político-econômico do Brasil nesse período conturbado.

Críticas da revista *Veja* ao governo petista

A revista *Veja*, conhecida por sua postura crítica em relação aos governos petistas, desempenhou um papel significativo na cobertura do segundo mandato de Dilma Rousseff.

A publicação frequentemente destacava os escândalos de corrupção que envolviam membros do Partido dos Trabalhadores e apontava falhas na gestão econômica do governo, contribuindo para a amplificação das críticas à administração da presidente.

Os editoriais e reportagens da revista *Veja* muitas vezes enfatizavam a falta de transparência nas ações do governo, questionando a ética e a competência dos líderes petistas. Além disso, a revista abordava as consequências negativas das políticas econômicas adotadas pelo governo, como o aumento do desemprego e a inflação crescente, gerando debates acalorados sobre as estratégias utilizadas para enfrentar a crise.

Por meio de entrevistas com especialistas e análises detalhadas, a *Veja* expunha as fragilidades da gestão petista, apontando erros estratégicos e decisões controversas que impactavam diretamente a vida dos brasileiros. A revista se tornou uma voz crítica importante no cenário midiático nacional, influenciando a opinião pública e contribuindo para moldar o debate político durante o segundo mandato de Dilma Rousseff.

No entanto, vale ressaltar que as críticas da *Veja* também foram alvo de controvérsias, sendo acusada por alguns setores da sociedade de adotar uma postura parcial e sensacionalista em sua cobertura jornalística. O embate entre a revista e os defensores do governo evidenciou as divergências ideológicas presentes na sociedade brasileira e demonstrou a complexidade do cenário político durante esse período conturbado.

Assim, as críticas da revista *Veja* ao governo petista desempenharam um papel fundamental na construção da narrativa política e econômica do Brasil durante o segundo mandato de Dilma Rousseff, refletindo as tensões e polarizações presentes na sociedade brasileira.

Brasília, 2015

No dia 31 de outubro de 2010, o Brasil testemunhou um momento histórico e emocionante quando Dilma Rousseff foi eleita a primeira mulher presidenta do país. Sua eleição representou não apenas um marco para a política brasileira, mas também um símbolo poderoso de avanço e igualdade de gênero. Dilma, uma figura forte e determinada, conquistou o coração dos eleitores com sua história de superação e sua visão para o futuro do Brasil.



Figura 16

O primeiro mandato do governo de Dilma Rousseff, de 2011 a 2014, foi marcado por uma série de desafios e conquistas significativas.

As Jornadas de Junho foram uma série de protestos massivos que ocorreram em várias cidades do Brasil em junho de 2013. Iniciadas em São Paulo por um aumento nas tarifas de transporte público, as manifestações rapidamente se expandiram para abordar uma ampla gama de questões sociais, incluindo a corrupção, os gastos excessivos em eventos esportivos, e a qualidade dos serviços públicos como saúde e educação.

No entanto, o primeiro mandato de Dilma não foi isento de desafios. O país enfrentou problemas como inflação elevada, queda na confiança dos investidores e escândalos de corrupção que abalaram a política brasileira. Dentre os desafios encontramos, podemos destacar as manifestações que tiveram início em junho de 2013.



Figura 17



Figura 18

Quais são os principais desafios enfrentados pelas mulheres na política e como podem ser superados para garantir uma representação mais equitativa?



Figura 19

Como as manifestações das Jornadas de Junho de 2013 influenciaram a agenda política e as decisões governamentais durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff?



Referências:

- MARQUES, Hugo. Reportagem especial: O golpe do 3o mandato. *REVISTA VEJA*, São Paulo, edição 2.446 – ano 48 – no 40, p. 48-55, outubro 2015.
- MARQUES, Hugo. Reportagem especial: Por que caem os presidentes. *REVISTA VEJA*, São Paulo, edição 2.447 – ano 48 – no 41, p. 50-55, outubro 2015.
- MARQUES, Hugo; DANIEL, Pereira; RANGEL, Rodrigo. Reportagem especial: Todos contra todos. *REVISTA VEJA*, São Paulo, edição 2.411 – ano 48 – no 5, p. 40-47, fevereiro 2015.
- MELO, Hildete Pereira de; MARQUES, Teresa Cristina de Novais. Partido Republicano Feminino – a construção da cidadania feminina no Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 1-2000, p. 71-77, 2000.
- NOLASCO, Loreci Gottschalk. Mulheres na política: entraves e conquistas. *Revista jurídica UNIGRAN / Centro Universitário da Grande Dourados*, v. 12, n. 23, Jul/Dez. (1999-). Dourados: UNIGRAN, 2010.
- OLIVEIRA, Adriana Vidal de. A Constituição da Mulher Brasileira: uma análise dos estereótipos de gênero na Assembleia Constituinte de 1987-1988 e suas consequências no texto constitucional. 2012. Volume I. Tese (doutorado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- OLIVEIRA, Sérgio Luiz Santos de. Caminhando com os próprios pés: a formação política e teórica da ORM-POLOP (1956-1967). 2016. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. doi:10.11606/T.8.2018.tde-16012018-124833. Acesso em: 2024-05-01.
- PINTO, Célia Regina Jardim; VERDELLIO, Thais Matos. Dilma Rousseff: a primeira mulher presidente do Brasil e a cultura política sexista. In: ALVAREZ, Sonia E.; LIMA COSTA, Sérgio; MARTÍNEZ-GALLARDO, Cecilia (orgs.). *Presidências na América Latina: liderança e cultura política em perspectiva comparada*. São Paulo: Editora Unesp, 2018. p. 99-120.
- RIBEIRO, Ricardo Amaral. *A Vida Quer É Coragem: a trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil*. São Paulo: Primeira Pessoa, 2011.

Índice de imagens:

Figura 16: Fotografia oficial presidencial do segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff. Fonte: Site O Estadão.

Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/radar-politico/planalto-divulga-foto-oficial-de-dilma-2/>

Figura 17: Manifestação das jornadas de Junho do ano de 2013. Fonte: Site O Globo.

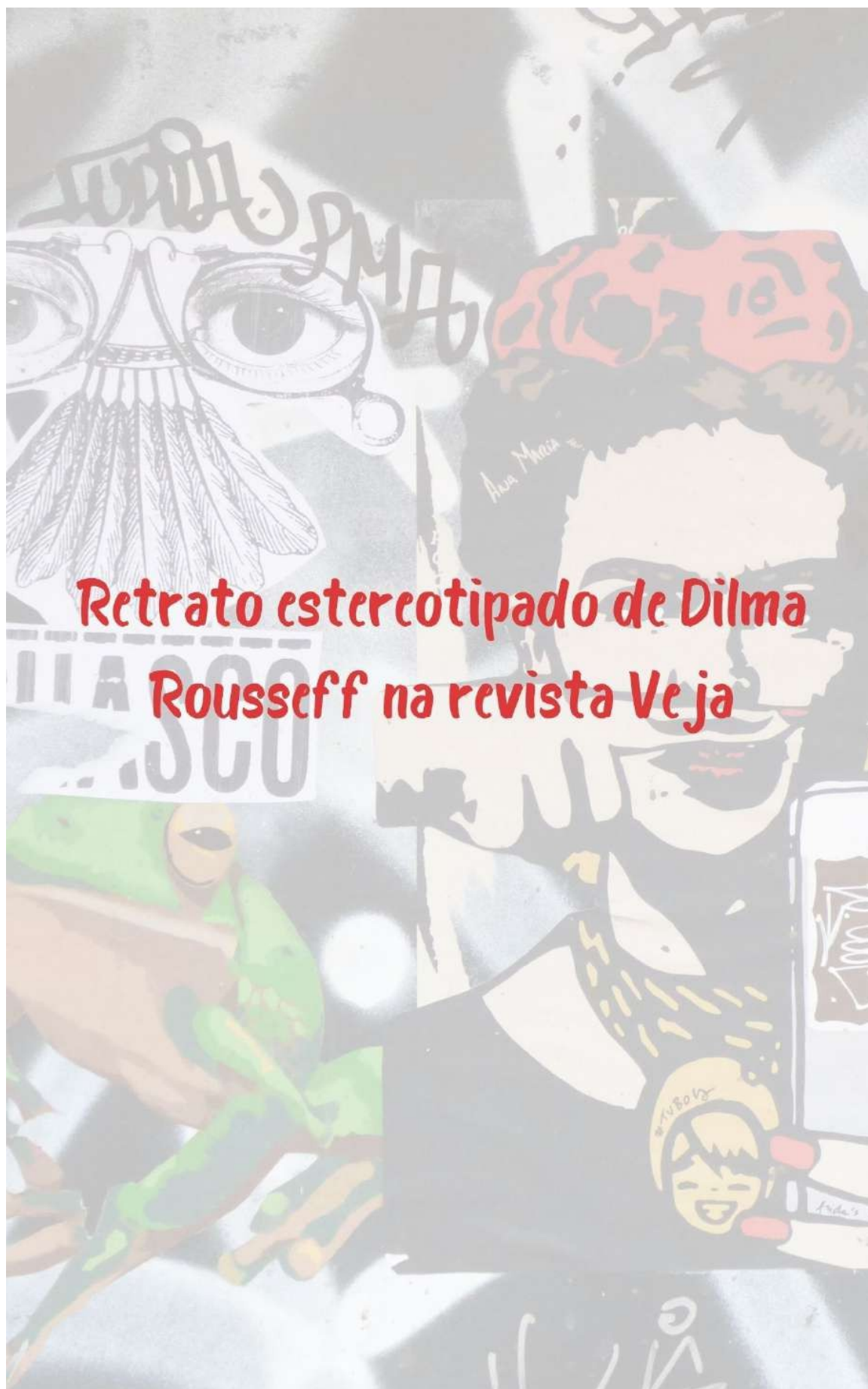
Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/06/jornada-que-atravesou-uma-decada-protestos-de-junho-de-2013-marcam-a-politica-e-ainda-sao-um-enigma-de-interpretacoes-diversas.ghtml>

Figura 18: Ocupação da rampa do Palácio do Planalto durante as jornadas de Junho/ 2013. Fonte: Site O Globo.

Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/06/jornada-que-atravesou-uma-decada-protestos-de-junho-de-2013-marcam-a-politica-e-ainda-sao-um-enigma-de-interpretacoes-diversas.ghtml>

Figura 19: Dilma Rousseff discursando durante a posse do seu segundo mandato, ao lado do ex vice-presidente Michel Temer. Fonte: Site do Senado Federal.

Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/29/dilma-rousseff-a-primeira-mulher-a-presidir-o-brasil>



Reflexões sobre a participação feminina na política brasileira

A cobertura midiática do segundo mandato de Dilma Rousseff na revista *Veja* não apenas revelou preconceitos de gênero, mas também levanta questões importantes sobre a participação das mulheres na política brasileira. A forma como a presidenta era retratada refletia estereótipos arraigados na sociedade, que impactam diretamente a representatividade e atuação das mulheres no cenário político.

O tratamento diferenciado dado a Dilma Rousseff pela mídia evidencia as barreiras enfrentadas pelas mulheres que buscam ocupar cargos de liderança. Os estereótipos presentes nas reportagens da revista *Veja* não são isolados, mas sim parte de um sistema mais amplo de discriminação e desigualdade de gênero que permeia a política brasileira. Esses padrões sexistas limitam as oportunidades das mulheres de ascenderem em posições de poder e influência.

Além disso, a abordagem sensacionalista da revista *Veja* em relação à vida pessoal e familiar de Dilma Rousseff destaca uma tendência recorrente na cobertura midiática das líderes femininas. Ao desviar o foco da atuação política para aspectos irrelevantes à sua gestão governamental, a mídia contribui para reforçar estereótipos que associam as mulheres à esfera privada, desvalorizando suas conquistas profissionais e políticas.

Diante desse cenário, é fundamental promover reflexões críticas sobre a participação feminina na política brasileira e combater ativamente os preconceitos e discriminações de gênero presentes na mídia. A ampliação do espaço para vozes femininas no debate público, bem como o reconhecimento do valor e competência das lideranças políticas mulheres, são passos essenciais para construir uma sociedade mais igualitária e democrática.

São Paulo, 2016

Durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff, a mídia brasileira foi amplamente envolvida, cobrindo intensamente os acontecimentos com uma tendência visível de parcialidade.

Diversos veículos de comunicação assumiram posicionamentos políticos claros, apresentando uma narrativa tendenciosa que refletia suas inclinações ideológicas e interesses comerciais.



Figura 20

Figura 21

Observe as capas dos periódicos acima e em seguida responda:

Quais elementos demonstram parcialidade da revista?

Alguns veículos destacaram principalmente os argumentos da oposição ao governo, amplificando críticas e escândalos que pesavam contra Rousseff, enquanto minimizavam ou ignoravam perspectivas alternativas.

Dilma, a primeira mulher a ocupar a presidência do Brasil, enfrentou uma abertura marcada por hostilidade e desconfiança desde o início de seu mandato.



Produza no espaço ao lado uma capa de revista parcial com a seguinte notícia:

- Dilma Rousseff é eleita a primeira mulher Presidenta do Brasil.
- Não esqueça do nome da sua revista e de como será o título da reportagem!



Referências:

- MARQUES, Hugo. Reportagem especial: O golpe do 3o mandato. REVISTA VEJA, São Paulo, edição 2.446 - ano 48 - no 40. p. 48-55, outubro 2015.
- MARQUES, Hugo. Reportagem especial: Por que caem os presidentes. REVISTA VEJA, São Paulo, edição 2.447 - ano 48 - no 41. p. 50-55, outubro 2015.
- MARQUES, Hugo; DANIEL, Pereira; RANGEL, Rodrigo. Reportagem especial: Todos contra todos. REVISTA VEJA, São Paulo, edição 2.411 - ano 48 - no 5. p. 40-47, fevereiro 2015.
- MELO, Hildete Pereira de; MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Partido Republicano Feminino - a construção da cidadania feminina no Rio de Janeiro. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 1-2000, p. 71-77, 2000.
- NOLASCO, Lorcci Gottschalk. Mulheres na política: entraves e conquistas. Revista jurídica UNIGRAN / Centro Universitário da Grande Dourados. v. 12, n. 23, Jul/Dez. (1999-). Dourados: UNIGRAN, 2010.
- OLIVEIRA, Adriana Vidal de. A Constituição da Mulher Brasileira: uma análise dos estereótipos de gênero na Assembleia Constituinte de 1987-1988 e suas consequências no texto constitucional. 2012. Volume I. Tese (doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- OLIVEIRA, Sergio Luiz Santos de. Caminhando com os próprios pés: a formação política e teórica da ORM-POLOP (1956-1967). 2016. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. doi:10.11606/T. 8.2018.tde-16012018-124833. Acesso em: 2024-05-01.
- PEREIRA, Daniel. Reportagem Especial: Impeachment não é guerra. REVISTA VEJA. São Paulo, edição 2.455 - ano 48 - no 49. Página 54 - 95. Dezembro 2015.
- PEREIRA, Daniel. BONIN, Robson. RANGEL, Rodrigo. Reportagem Especial: Dilma em Liquidação! REVISTA VEJA. São Paulo, edição 2.473 - ano 49 - no 15. Página 52-57. Abril 2016.
- PEREIRA, Daniel. BONIN, Robson. Reportagem Especial: Fora do baralho. REVISTA VEJA. São Paulo, edição 2.474 - ano 49 - no 16. Página 48-53. Abril 2016.
- PORTO, Maria Ivania Almeida Gomes, de Lima, Fernando César, Acioli, Witalo Brenno Martins. Mulheres na política: trajetória e produção legislativa em um período de crise de representatividade. Centro Universitário Tabosa de Almeida da Associação Garuaruense de Ensino Superior (ASCES-UNITA), Estudios Legislativos y Poderes Ejecutivos. 2019.
- PINTO, Célia Regina Jardim; VERDELLIO, Thais Matos. Dilma Rousseff: a primeira mulher presidente do Brasil e a cultura política sexista. In: ALVAREZ, Sonia E.; LIMA COSTA, Sérgio; MARTÍNEZ-GALLARDO, Cecilia (orgs.). Presidências na América Latina: liderança e cultura política em perspectiva comparada. São Paulo: Editora Unesp, 2018. p. 99-120.
- RIBEIRO, Ricardo Amaral. A Vida Quer É Coragem: a trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil. São Paulo: Primeira Pessoa, 2011.

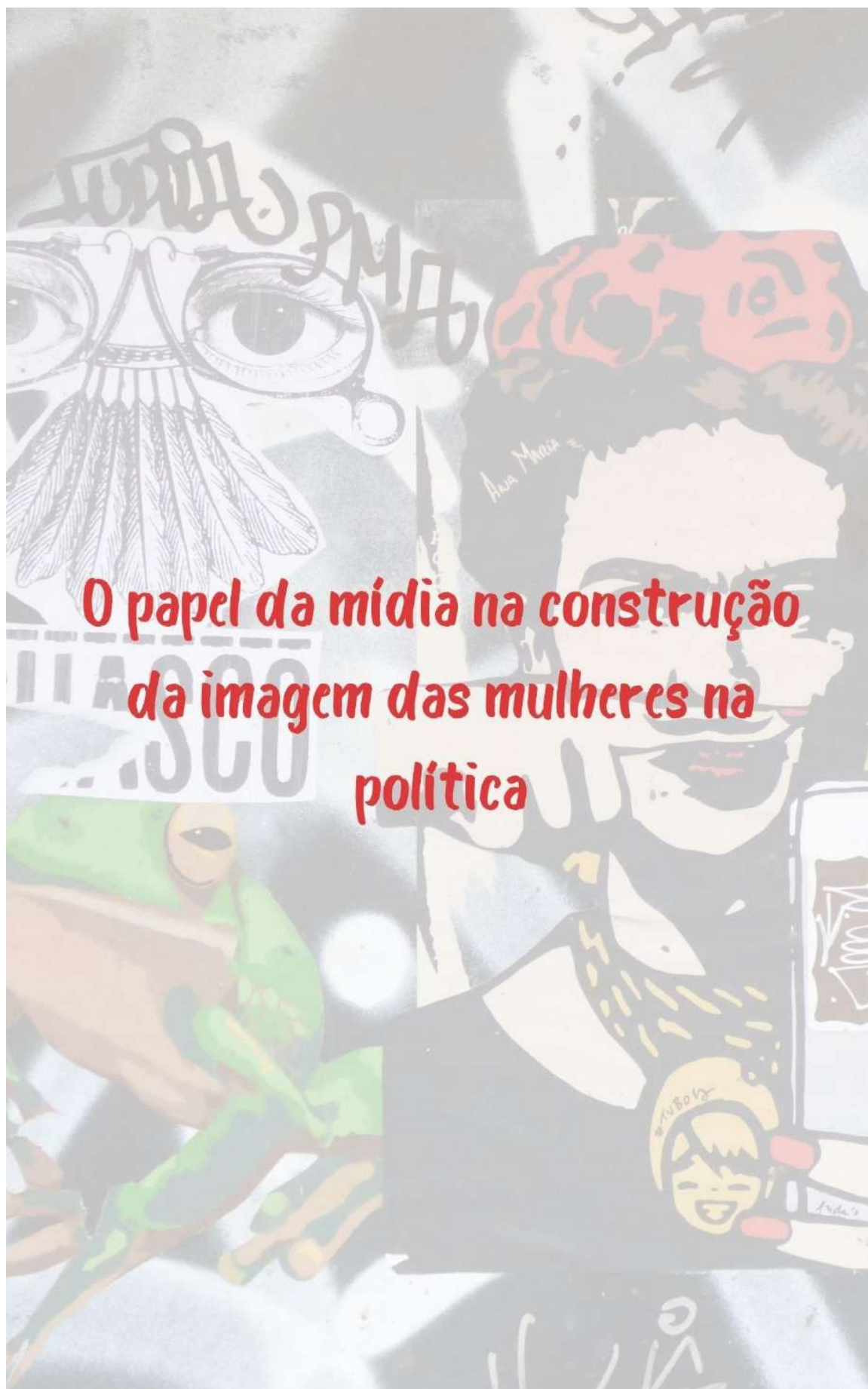
Índice de imagens:

Figura 20: Capa Revista Veja. No 2417, de 18 mar.2015.

Disponível em: <https://paffaroartcs.blogspot.com/2015/04/capa-revista-veja.html>

Figura 21: Capa Revista VEJA no. edição extra 2474, de 21 abr. 2016

Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Capa-Veja-edicao-extra-2474-ano-49-de-21-abr-2016_fig1_321658344



Obstáculos enfrentados pelas mulheres que buscam cargos públicos

A participação das mulheres na política é fundamental para garantir a representatividade e a diversidade de vozes na tomada de decisões. No entanto, as mulheres que buscam cargos públicos enfrentam uma série de obstáculos que dificultam sua entrada e permanência nesse ambiente tradicionalmente dominado por homens.

Um dos principais obstáculos enfrentados pelas mulheres é a falta de financiamento adequado para suas campanhas eleitorais. Devido às desigualdades estruturais existentes, as candidatas muitas vezes têm menos acesso a recursos financeiros do que seus concorrentes masculinos, o que limita sua capacidade de se promover e alcançar eleitores em potencial.

Além disso, as mulheres são frequentemente alvo de ataques baseados em preconceitos sexistas durante as campanhas eleitorais. Comentários misóginos, questionamentos sobre sua capacidade de liderança e até mesmo ameaças físicas são comuns, criando um ambiente hostil e desencorajador para aquelas que buscam ingressar na política.

A falta de apoio partidário também representa um grande obstáculo para as mulheres que almejam cargos públicos. Muitas vezes, os partidos políticos não oferecem o mesmo suporte e oportunidades de crescimento para candidatas femininas, priorizando os interesses dos políticos homens já estabelecidos dentro da legenda.

Para superar esses obstáculos, é essencial implementar medidas afirmativas que garantam igualdade de oportunidades para homens e mulheres na política. Além disso, é fundamental promover uma cultura política mais inclusiva e respeitosa, que reconheça o valor das contribuições das mulheres para a sociedade e combata ativamente qualquer forma de discriminação ou violência baseada no gênero.

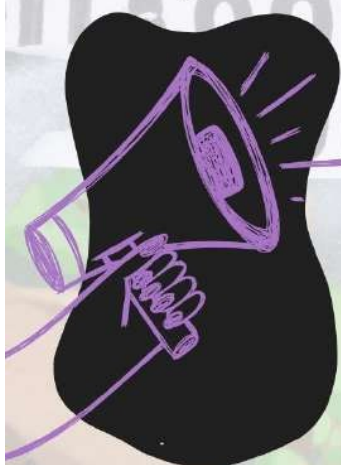
Brasil, século XX

Ao longo do 2º mandato conturbado da ex-presidente, observamos manifestações de preconceito de gênero e críticas carregadas de estereótipos, que visavam deslegitimar a liderança da então presidente. Esses discursos, muitas vezes disseminados por figuras políticas e setores da sociedade, contribuíram para um ambiente hostil e tiveram um impacto crucial nas percepções e argumentos que levaram ao processo de impeachment.



As mulheres que enfrentam todos os estereótipos preconceitos e avançam na luta da participação política e pública são alvos constantes de ataques

A história da mulher na política brasileira é ofuscada pelo domínio machista e opressor que perdura ao longo do tempo. Defender a presença feminina em espaços públicos é compreender que a política também é um espaço pertencente a mulher, mesmo que tenha sido negado a elas por séculos.



Pesquise em jornais, revistas e sites como ocorreu o processo de impeachment da ex presidente Dilma Rousseff, em seguida compare com a forma com que o periódico *Veja* retratou esse período. Anote suas conclusões no espaço ao lado.



Quais outros espaços públicos as mulheres ainda sofrem preconceitos e julgamentos ao participarem? Discuta com seus colegas em sala.

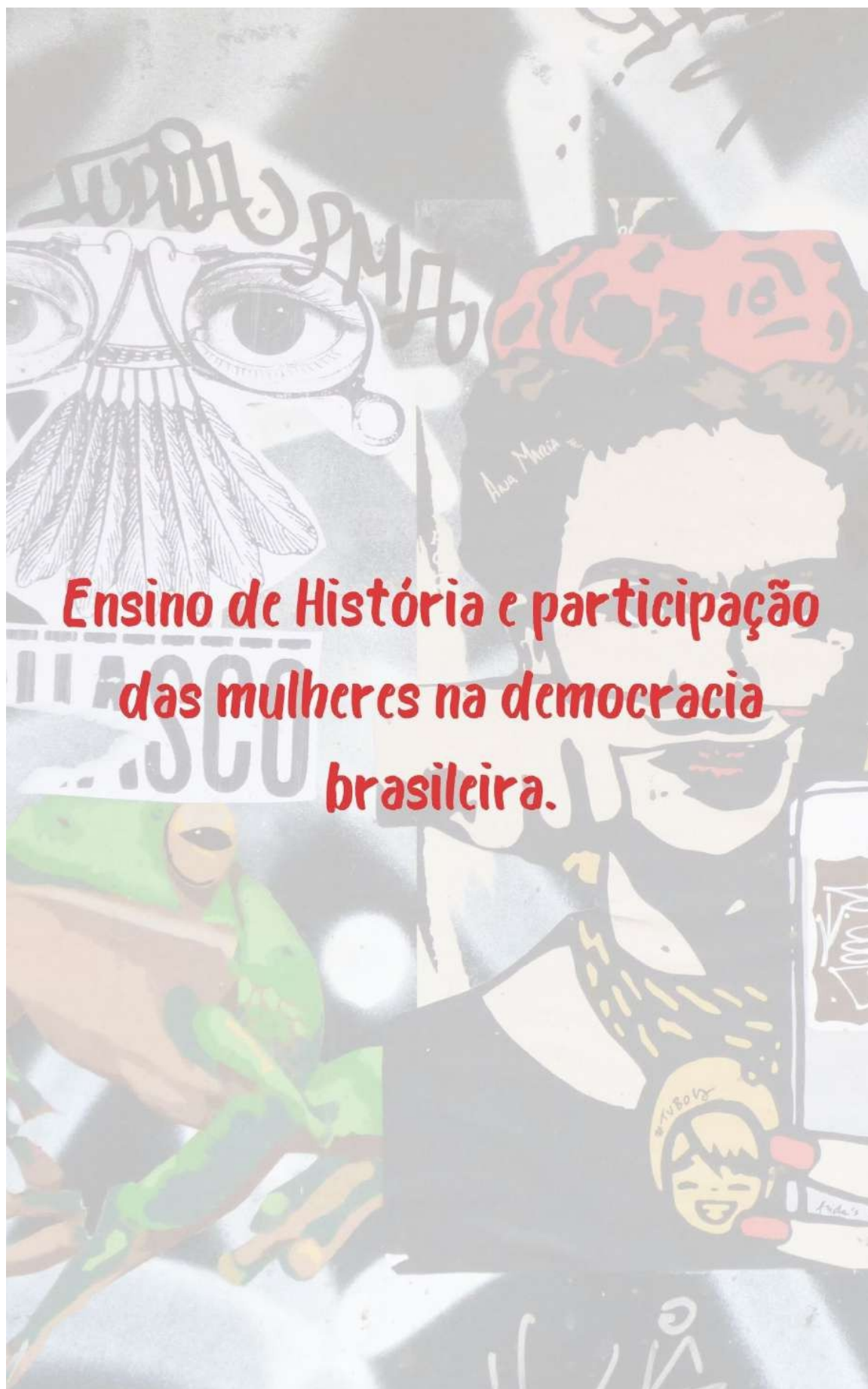


Referências:

- MARQUES, Hugo. Reportagem especial: O golpe do 3o mandato. *REVISTA VEJA*, São Paulo, edição 2.446 – ano 48 – no 40. p. 48-55, outubro 2015.
- MARQUES, Hugo. Reportagem especial: Por que caem os presidentes. *REVISTA VEJA*, São Paulo, edição 2.447 – ano 48 – no 41. p. 50-55, outubro 2015.
- MARQUES, Hugo; DANIEL, Pereira; RANGEL, Rodrigo. Reportagem especial: Todos contra todos. *REVISTA VEJA*, São Paulo, edição 2.411 – ano 48 – no 5. p. 40-47, fevereiro 2015.
- MELO, Hildete Pereira de; MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Partido Republicano Feminino – a construção da cidadania feminina no Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 1-2000, p. 71-77, 2000.
- NOLASCO, Lorcci Gottschalk. Mulheres na política: entraves e conquistas. *Revista jurídica UNIGRAN / Centro Universitário da Grande Dourados*. v. 12, n. 23, Jul/Dez. (1999-). Dourados: UNIGRAN, 2010.
- OLIVEIRA, Adriana Vidal de. A Constituição da Mulher Brasileira: uma análise dos estereótipos de gênero na Assembleia Constituinte de 1987-1988 e suas consequências no texto constitucional. 2012. Volume I. Tese (doutorado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- OLIVEIRA, Sergio Luiz Santos de. Caminhando com os próprios pés: a formação política e teórica da ORM-POLOP (1956-1967). 2016. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. doi:10.11606/T. 8.2018.tde-16012018-124833. Acesso em: 2024-05-01.
- PINTO, Célia Regina Jardim; VERDELLIO, Thais Matos. Dilma Rousseff: a primeira mulher presidente do Brasil e a cultura política sexista. In: ALVAREZ, Sonia E.; LIMA COSTA, Sérgio; MARTÍNEZ-GALLARDO, Cecilia (orgs.). *Presidências na América Latina: liderança e cultura política em perspectiva comparada*. São Paulo: Editora Unesp, 2018. p. 99-120.
- RIBEIRO, Ricardo Amaral. *A Vida Queer É Coragem: a trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil*. São Paulo: Primeira Pessoa, 2011.

Índice de imagens:

Figura 22: Imagem campanha eleitoral do segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff. Fonte: Site El País. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/27/politica/1414430543_325319.html



A contribuição das mulheres na construção da democracia brasileira

A participação das mulheres na construção da democracia brasileira é um tema fundamental para compreender a evolução política do país e a luta por igualdade de gênero. Ao longo da história, as mulheres têm desempenhado papéis essenciais na promoção dos direitos civis, na defesa da justiça social e na busca por representatividade política.

Desde o movimento sufragista até os dias atuais, as mulheres brasileiras têm lutado incansavelmente por espaços de poder e influência no cenário político nacional. A conquista do direito ao voto em 1932 foi um marco importante nesse processo, permitindo que as mulheres participassem ativamente das decisões democráticas do país.

Além disso, a presença feminina em cargos públicos tem sido fundamental para a implementação de políticas inclusivas e sensíveis às demandas das mulheres e de outros grupos minoritários. As parlamentares e lideranças femininas têm trabalhado para combater a violência de gênero, promover a igualdade salarial e garantir o acesso à saúde reprodutiva, entre outras questões cruciais para a equidade de gênero.

A contribuição das mulheres na construção da democracia brasileira vai além da esfera política formal, estendendo-se também à mobilização social, à educação cívica e à defesa dos direitos humanos. As organizações lideradas por mulheres desempenham um papel fundamental na conscientização sobre questões de gênero e na promoção da participação cidadã ativa.

Portanto, reconhecer e valorizar a contribuição das mulheres para a consolidação da democracia no Brasil é essencial para garantir uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva. O empoderamento feminino no campo político não apenas fortalece a representatividade democrática, mas também enriquece o debate público com perspectivas diversas e enriquecedoras.

O Brasil de queremos!



A diversidade de gênero em ambientes públicos é essencial para promover a equidade, a representatividade e o respeito às diferentes identidades.

Quando há uma pluralidade de gêneros em espaços como escolas, empresas, instituições governamentais e locais de convivência, criam-se oportunidades para uma sociedade mais inclusiva, onde todas as pessoas, independentemente de seu gênero, têm voz e são valorizadas.

WE CAN DO IT!!



Isso também contribui para a redução de preconceitos, estereótipos e discriminações, ao mesmo tempo em que fortalece o senso de comunidade e melhora a qualidade das interações sociais e profissionais. Além disso, ambientes diversos refletem melhor a realidade social, incentivando decisões e políticas mais justas e abrangentes.

De que maneira a escola pode contribuir para uma sociedade com mais equidade de gênero?



O Brasil teve grandes figuras femininas na política, que marcaram a história do país. Além de Dilma Rousseff, que ocupou a Presidência da República, de 2011 a 2016, após uma trajetória de luta contra a ditadura militar e como ministra em governos anteriores.

Para finalizar, vamos pesquisar e elaborar uma linha do tempo destacando as principais mulheres que assumiram cargos políticos importantes no Brasil, compreendendo suas trajetórias e conquistas.



Referências:

- ALVES, Yanne Katt Teles Rodrigues. Debatendo a representatividade: um panorama histórico e breve reflexão sobre a participação feminina na política brasileira. *Revista de Estudos Eleitorais*, Recife, v. 2, n. 3, p. 95-103, jul. 2018.
- CEOLIN, Adriano. Reportagem Especial: Novo Mandato, velhos problemas. *REVISTA VE JA*. São Paulo, edição 2.409 - ano 48 - no 3. Página 36 - 43. Janeiro 2015.
- COLLING, Ana Maria. *As mulheres e a ditadura militar no Brasil*. Rio Grande do Sul, 2004.
- CONNEL, Racwyn; PEARSE, Rebecca. *Gênero: uma perspectiva global*. São Paulo: nVersos, 2015.
- DALTRO, Ana Luiza. Reportagem Especial: As Promessas e a Realidade. *REVISTA VE JA*. São Paulo, edição 2.409 - ano 48 - no 3. Página 36 - 43. Janeiro 2015.
- MARQUES, Hugo. Reportagem especial: Por que caem os presidentes. *REVISTA VE JA*. São Paulo, edição 2.447 - ano 48 - no 41. Página 50 - 55. Outubro 2015.
- NAPOLITANO, Marcos. *Fontes Audiovisuais: A história depois do papel*. Fontes Históricas. Organizadores: PINSKY, Carla Bassanazi. Editora: Contexto, 2008.
- NOLASCO, Loreci Gottschalk. *Mulheres na política: entraves e conquistas*. Revista jurídica UNIGRAN / Centro Universitário da Grande Dourados. v. 12, n. 23, Jul/Dez. (1999-). Dourados: UNIGRAN, 2010.
- OLIVEIRA, Michelle Vieira Fernandez de et al. Como são eleitas as mulheres? Uma análise sobre fatores que incidem na eleição de deputadas na Assembleia Legislativa de Pernambuco. *Estudos Eleitorais*, Brasília, DF, v. 14, n. 1, ed. especial, p. 142-167, jan./abr. 2020.
- OLIVEIRA, Adriana Vidal de. *A Constituição da Mulher Brasileira: uma análise dos estereótipos de gênero na Assembleia Constituinte de 1987-1988 e suas consequências no texto constitucional*. 2012. Volume I. Tese (doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- PEREIRA, Daniel. BONIN, Robson. RANGEL, Rodrigo. Reportagem Especial: Dilma em Liquidação! *REVISTA VE JA*. São Paulo, edição 2.473 - ano 49 - no 15. Página 52-57. Abril 2016.
- PEREIRA, Daniel. BONIN, Robson. Reportagem Especial: Fora do baralho. *REVISTA VE JA*. São Paulo, edição 2.474 - ano 49 - no 16. Página 48-53. Abril 2016.
- PORTO, Maria Ivania Almeida Gomes, de Lima, Fernando César, Acioli, Witalo Brenno Martins. *Mulheres na política: trajetória e produção legislativa em um período de crise de representatividade*. Centro Universitário Tabosa de Almeida da Associação Caruaruense de Ensino Superior (ASCES-UNITA), Estudos Legislativos y Poderes Ejecutivos. 2019.
- RIGONATI, Denise Truguilho. *AINDA CHORAM MARIAS E CLARICES: mulheres, guerrilheiras e peccistas na resistência à ditadura militar no Brasil*. Orientador: Cezar Teixeira Honorato. Niterói: UFF/PPGH, 2015. Dissertação (História Contemporânea III, Nível: Mestrado).
- TOLEDO, C. de A. A. de; SKALINSKI JUNIOR, O. A imprensa periódica como fonte para a história da educação: teoria e método. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 12, n. 48, p. 255-268, 2013. DOI: 10.20396/rho.v12i48.8640020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histecdb/article/view/8640020>. Acesso em: 18 dez. 2023.
- TOMÉ, A. M., & Formiga, N. S. (2020). ABORDAGENS TEÓRICAS E O USO DA ANÁLISE DE CONTEÚDO COMO INSTRUMENTO METODOLÓGICO EM REPRESENTAÇÕES SOCIAIS. *Psicologia E Saúde Em Debate*, 6(2), 97-117. <https://doi.org/10.22289/2446-922X.V6N2A7>
- VAZ, Gislene de Almeida. *A participação da mulher na política brasileira [manuscrito]: a lei de cotas*. 2008. 65 f. Monografia (especialização) - Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), da Câmara dos Deputados, Curso de Especialização em Processo Legislativo, 2008. Disponível em: . Acessado em 22 abr. 2016.
- VIEIRA, Carla Dayane Cassiana. *Gênero e poder no discurso político: análise do pronunciamento de Dilma Rousseff e comentários-resposta de usuários do Facebook*. Belo Horizonte, 2018
- VELOSO, Tatiana Scali Abritta. *Dilma Rousseff, a Trajetória De Uma Mulher Política: A Primeira Presidenta Nas Capas De O Globo (2011-2016)*. 2021.





Chegou a hora de praticar! Vocês terão a oportunidade de se aprofundar em um momento crucial da história política brasileira: o processo de impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff. Para isso, vamos analisar capas de edições da revista *Veja* e trechos de reportagens que abordam esse processo de forma imparcial. O objetivo é entender como a mídia construiu e influenciou a narrativa em torno desse evento histórico.

Primeiramente, observem as capas da revista *Veja* relacionadas ao impeachment. Prestem atenção não apenas nas imagens e nas manchetes, mas também nas mensagens implícitas e na forma como os temas são destacados. Considerem como essas capas refletem o clima político da época e o impacto que elas poderiam ter na opinião pública.

Em seguida, leiam atentamente os trechos das reportagens selecionadas. Analise como cada reportagem descreve os eventos e quais aspectos são enfatizados ou omitidos. Reflitam sobre a imparcialidade das reportagens e como elas podem ter influenciado a percepção pública do impeachment. Utilizem suas observações para discutir em sala de aula como a mídia pode moldar a história e a importância de uma análise crítica das fontes de informação.





Trecho 1

A operação de salvamento vem sendo planejada há um mês por Joaquim Levy, o novo ministro da Fazenda, que Dilma foi buscar no Bradesco, e é um profundo conhecedor da máquina pública. (...) Joaquim Levy simboliza a volta da racionalidade e da previsibilidade na condução da economia brasileira. (Fonseca, 2015, p. 10)

Trecho 2

Na economia o primeiro passo foi dado no bom caminho, com a nomeação de Joaquim Levy, que a presidente buscou no Bradesco, um profundo conhecedor da máquina pública, certeza de racionalidade e sensatez. Do casamento do poder de Dilma, com o saber de Levy, a economia brasileira pode atravessar com galhardia o tormentoso 2015. (Colin, VEJA, 2015, p. 38)

Análise da capa:

Análise dos trechos:



Trecho 1

A parte mais sensível do corpo humano é o bolso, como sentenciou categoricamente o economista Antônio Delfim Netto. Em 2015 o bolso dos brasileiros vai doer (...) Este ano definitivamente, será dedicado a enfrentar os dolorosos (e convenientemente postergados) ajustes na economia. (DALTRÔ, VEJA, 2015, p. 36)

Análise da capa:

Trecho 2

Para a tarefa chamou Joaquim Levy, o novo ministro da Fazenda, que foi treinado na égide da ortodoxia econômica e que vê o mundo sob uma perspectiva completamente diferente de seu antecessor. É o tipo de economista intransigente quando os assuntos são estabilidade monetária e rigor fiscal. (DALTRÔ, VEJA, 2015, p. 40)

Análise dos trechos:



Trecho:

Para Lula, a atitude de Dilma, além de denotar deslealdade, representa um grave perigo ao projeto de poder do partido. Seria portanto ingenuidade (...) O ambiente conflagrado tem aprofundado as diferenças entre Dilma e seu antecessor. Lula tem sido mais incisivo nas queixas. (Marques, VEJA, 2015, p. 47)

Análise da capa:

Análise do trecho:



Trecho 1

Em boa parte do seu primeiro mandato, Dilma exerceu o poder na plenitude. Chegou a sobrepor suas vontades às de próceres petistas em temas caros ao partido. Chegou a bater record de popularidade. Eram tempos de glória para ela, tempos que não voltam mais. Na semana passada, a presidente – aprovada por apenas 10% da população, sem apoio parlamentar e ameaçada de impeachment – aceitou transferir a tarefa de governar a nomes escolhidos por Lula e caciques do PMDB. (Marques, VEJA, 2015, p. 50)

Trecho 2

Em troca da ajuda para completar seu segundo mandato, ela, renunciou de fato e a passou a batuta ao antecessor. Depois de meses de pressão, o criador enfim, dobrou a criatura – e o terceiro mandato de Lula começou (...) (Marques, VEJA, 2015, p. 50)

Análise da capa:

Análise dos trechos:

Capa da Revista VEJA. Ano 48 n° 2.447 Out/2015



Fonte: Site Polêmica Paralela

Disponível em: <https://www.polemicaparalela.com.br/contato/tema/dilma-encasada-com-a-mancha-das-presiden-rcv14u-romand-foanlirvaz/>

Trecho 1

(...) a pedido de Dilma, Luiz Fernando Pezão, governador do Rio de Janeiro, se encontrou com Cunha, há duas semanas, na residência oficial do presidente da Câmara. Pezão que é do mesmo estado e partido de Cunha (...) Dilma não tem votos no plenário da Câmara para escapar do Impeachment? Bem, Cunha já provou que ali ele move bancadas. (Marques, VEJA, 2015, p. 52)

Trecho 2

Governos não são abreviados, constitucionalmente ou por meio de golpe, pelas suas deficiências, mas por falta de popularidade e apoio parlamentar. Foi assim com Richard Nixon, em 1974, nos Estados Unidos e, no Brasil, com Jânio Quadros, em 1961, João Goulart, em 1964, e Fernando Collor em 1992. (Marques, VEJA, 2015, p. 55)

Análise da capa:

Análise dos trechos:

Capa Revista Veja. Ano 48 n° 2.455 Dez/2015



COM VOCÊ NÃO ACONTECE...
...mas o cacula de Lula copiou a Wikipedia e ganhou, pelo plágio, 2,5 milhões de reais de uma empresa investigada na Zelotes

PARA ESCAPAR DO ZIKA
O que fazer para se proteger do vírus que apavora as grávidas e ameaça virar epidemia no verão

veja
ESPECIAL 24 PÁGINAS
IMPEACHMENT

■ POR QUE É FALSA A GUERRA ENTRE DILMA ROUSSEFF E EDUARDO CUNHA

■ O PASSO A PASSO DO PROCESSO QUE VISA A DERRUBAR A PRESIDENTE

■ UMA EX-CARA-PINTADA E UM EX-PETISTA SÃO OS AUTORES DO PEDIDO

■ A EUFORIA DOS MERCADOS SINALIZA QUE, SEM DILMA, A CONFIANÇA VOLTA

■ COMO A LAVA-JATO DARÁ MUNICIÓN AOS DEFENSORES DO IMPEDIMENTO

■ O STJ PODE SOLTAR OS CORRUPTO E A INDIGNAÇÃO CATALISAR O PROCESSO

■ A PRIMEIRA REAÇÃO DE COLLOR E DILMA FOI A MESMA: CULPAR OS ADVERSÁRIOS

■ POR QUE É INDOLOR NO PARLAMENTARISMO TROCAR GOVERNANTE INCOMPETENTE

ASSINANTE
CASSIANO
LUIZ
PETERLO

Edição ABRI, edição 2.455 - ano 48 - nº 49
9 de dezembro de 2015

Fonte: Site Revista Veja
Disponível em: <https://veja.abril.com.br/cobertura/2015/especial-impeachment/>

Trecho 1

A partir dessa semana quando será instalada a comissão do impeachment, o país enfrentará momentos de extrema tensão, conflitos de interesses, debates acalorados e tentativas de manipulação. É desse substrato típico das democracias que, espera-se, surgirá a força capaz de fazer o Brasil voltar a respirar. (Pereira, VEJA, 2015, p. 56)

Trecho 2

Na prática, o impeachment é um processo essencialmente político, que refletirá as convicções de cada parlamentar. Ao fim e ao cabo, são eles que decidirão se Dilma ainda tem condições e autoridade para continuar à frente do cargo para o qual foi eleita com 54 milhões de votos. (Pereira, VEJA, 2015, p. 57)

Análise da capa:

Análise dos trechos:



Trecho:

No mercado de trabalho, a perda de vagas não era tão expressiva havia treze anos. Como reflexo a queda nas vendas do comércio supera 7% neste ano, um tombo que não ocorria desde a crise de 1998. Por tudo isso, o Natal dos brasileiros será de aperto. É um presente da máquina de voltar no tempo da presidente Dilma. (Sakate, *Veja*, 2015, p. 66)

Análise da capa:

Análise do trecho:



Trecho 1

(...) o casal recebeu numa conta da Suíça, não declarada à Receita Brasileira, 3 milhões de dólares da Odebrecht, acusada formalmente de participar do cartel que assaltou os cofres da Petrobras e 4,5 milhões de dólares de um dos operadores do Petrolão, o maior esquema de corrupção da história do país. (Pereira, VEJA, 2016, p. 42)

Trecho 2

Em ofício encaminhado ao tribunal, Sérgio Moro afirmou que a Lava-Jato comprovou o repasse de propina a campanhas eleitorais do PT em troca de contrato superfaturados na Petrobras. O Juiz sugeriu que a Justiça Eleitoral colha o depoimento dos envolvidos (...). (Pereira, VEJA, 2016, p. 46)

Análise da capa:

Análise dos trechos:

Capa Revista VEJA. Ano 49 n° 2.473 Abr/2016



Fonte: Site Toda Bahia

Disponível em <https://toda-bahia.com.br/dilma-em-liquidacao-superqueima-de-cargos-ultima-cara-de-veja-2016/>

Trecho 1

Para escapar do impeachment, a faxineira ética de outrora passou a assediar congressistas dispostos a colocar seu "sim" ou "não" no mercado. O baixo clero, formado pelos políticos mais inexpressivos do Congresso, está, naturalmente em festa. (Percira, VEJA, 2016, p. 54)

Análise da capa:

Trecho 2

Quando era candidata à reeleição, Dilma Rousseff disse que poderia "fazer o diabo" para vencer a sucessão presidencial. Disse e fez, arruinando as finanças do país. Agora, com o mandato ameaçado, ela recorre outra vez ao tihoso – o tihoso do fisiologismo, aquele que mercadeja emendas e cargos em ministérios e estatais por um punhado de votos, ou um único voto. (Percira, 2016, VEJA, p. 54)

Análise dos trechos:



Trecho 1

Os prazos e datas pode ser adiados, mas nada parece destinado a exorcizar o fantasma do impedimento de Dilma, cujos contornos estão cada vez mais delineados. (...) A presidente já não exerce a Presidência de fato. Mostra-se incapaz de restabelecer o diálogo com os setores produtivos e o Congresso, e assim, contribui para agravar a recessão econômica. (Pereira, 2016, VEJA, p. 48)

Análise da capa:

Trecho 2

A presidente centralizadora e de temperamento forte ficou cada vez mais decorativa. Lula, cuja nomeação para a Casa Civil está suspensa até hoje por uma decisão judicial (...) (Pereira, 2016, VEJA, p. 51)

Análise dos trechos:



Trecho 1

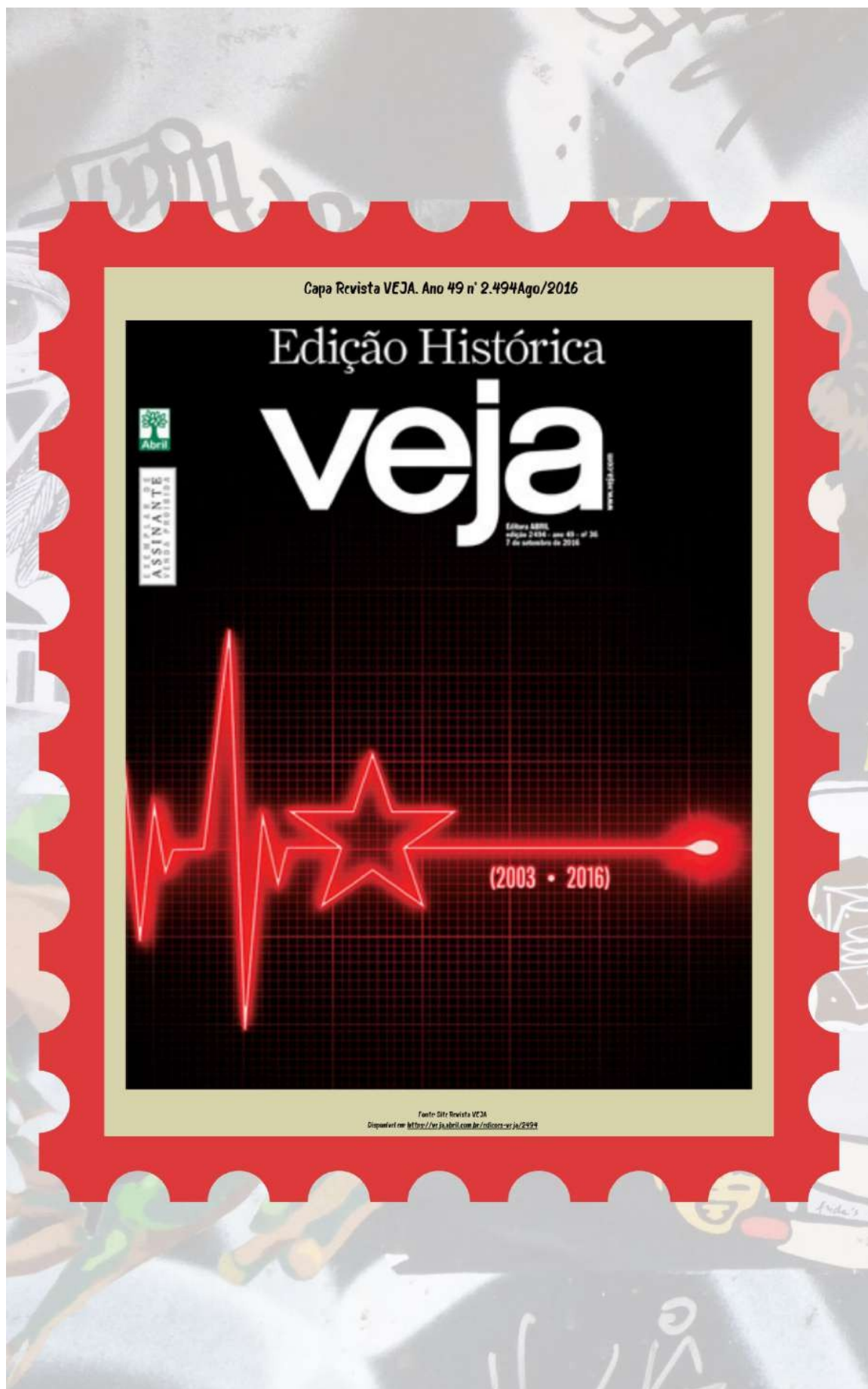
Entre os muitos enganos que a presidente Dilma cometeu desde que subiu pela primeira vez a rampa do Palácio do Planalto, um foi definitivo para selar seu destino. Dilma sempre teve certezas demais. Acreditou que seria capaz de "corrigir" certas leis de mercado, convenceu-se de que poderia governar apenas com que bem quisesse e pensou que conseguia pairar, impoluta, "acima da sujeira do PT" (Oyama, 2016, VEJA, p. 51)

Análise da capa:

Trecho 2

Mas tantas evidências não bastarão para mudar o fato de que a presidente fará sua última descida da rampa do Planalto acreditando piamente que foi injustiçada. E mais uma vez, terá certeza de que os outros é que estão errados. (Oyama, 2016, VEJA, p. 57)

Análise dos trechos:



Trecho 1

Em pouco mais de cinco anos de mandato, Dilma jogou o país no atoleiro. Sua tolerância à inflação, em nome do crescimento, deu fôlego ao dragão, que voltou a superar a casa dos dois dígitos. (...) Dilma perdeu o mandato pelo conjunto da obra. Formalmente, o impeachment foi aprovado porque ela cometeu crime de responsabilidade ao usar recursos de bancos públicos para pagar despesas do Tesouro, prática conhecida como pedalada fiscal. (Pereira, VEJA, 2016, p. 55)

Trecho 2

Enquanto petistas e esquerdistas em geral se colocarem no papel de vítima das elites predadoras, sem admitir os próprios erros, será difícil que recuperem parte da força que já tiveram. (Pereira, VEJA, 2016, p. 57)

Análise da capa:

Análise dos trechos:

Referências:

FONSECA, Leandro. Carta ao Leitor: Agora ao trabalho... REVISTA VEJA. São Paulo, edição 2.407 - ano 48 - n° 1. Página 10. Janeiro 2015

MARQUES, Hugo, DANIEL, Pereira. RANGEL, Rodrigo. Reportagem especial: Todos contra todos. REVISTA VEJA. São Paulo, edição 2.411 - ano 48 - n° 5. Página 40 - 47. Fevereiro 2015.

MARQUES, Hugo. Reportagem especial: O golpe do 3° mandato. REVISTA VEJA. São Paulo, edição 2.446 - ano 48 - n° 40. Página 48 - 55. Outubro 2015.

MARQUES, Hugo. Reportagem especial: Por que caem os presidentes. REVISTA VEJA. São Paulo, edição 2.447 - ano 48 - n° 41. Página 50 - 55. Outubro 2015.

PEREIRA, Daniel. Reportagem Especial: Impeachment não é guerra. REVISTA VEJA. São Paulo, edição 2.455 - ano 48 - n° 49. Página 54 - 95. Dezembro 2015.

PEREIRA, Daniel. BONIN, Robson. RANGEL, Rodrigo. Reportagem Especial: Dilma em Liquidação! REVISTA VEJA. São Paulo, edição 2.473 - ano 49 - n° 15. Página 52-57. Abril 2016.

PEREIRA, Daniel. BONIN, Robson. Reportagem Especial: Fora do baralho. REVISTA VEJA. São Paulo, edição 2.474 - ano 49 - n° 16. Página 48-53. Abril 2016.

SAKATE, Marcelo. GUANDALINI, Giuliano. Reportagem Especial: De volta ao passado. REVISTA VEJA. São Paulo, edição 2.456 - ano 48 - n° 50. Página 58 - 68. Dezembro 2015





Figura 22

DILMA CORAÇÃO VALENTE!
- A HISTÓRIA DE LUTA E RESISTÊNCIA DA
PRIMEIRA PRESIDENTA DO BRASIL -
Maria Paula Borba Bueno Moura

APÊNDICE B – TABELA DE LISTAGEM DE REPORTAGENS DA REVISTA VEJA

LISTAGEM DE REPORTAGENS DA REVISTA VEJA

ARQUIVO: BIBLIOTECA COLÉGIO DOM BOSCO DE TELÊMACO BORBA

PESQUISADORA: MARIA PAULA BORBA BUENO MOURA

PERÍODO DE DOCUMENTAÇÃO PESQUISADA: JAN/ 2015 – SET/ 2016

ANO	EDIÇÃO	Data da publicação	Nº	MÊS	TÍTULO	AUTORIA	TEMÁTICAS
2015	2.407	07/01/2015	1	JANEIRO	“O poder e o saber”	Adriano Ceolin	• Fragilidade política • Economia
2015	2.409	21/01/2015	2	JANEIRO	“Promessa Realidade”	Ana Luiza Daltro	• Economia • Crise política governamental
2015	2.411	04/02/2015	3	FEVEREIRO	“Reação em cadeia”	Rodrigo Rangel	• Corrupção • Crise Política governamental
2015	2.445	07/10/2015	4	OUTUBRO	“Ela passou a faixa”	Daniel Pereira	• Impeachment • Fragilidade política • Ironia e sarcasmo
2015	2.447	14/10/2015	5	OUTUBRO	“Por que caem presidentes”	Adriano Machado	• Fragilidade política • Economia • Impeachment
2015	2.448	21/10/2015	6	OUTUBRO	“A lava-jato vai emergir”	Daniel Pereira	• Corrupção • Fragilidade política • Impeachment
2015	2.455	09/12/2015	7	DEZEMBRO	“Impeachment”	Daniel Pereira	• Economia • Impeachment • Crise política governamental
2015	2.456	16/12/2015	8	DEZEMBRO	“A máquina de atraso de Dilma”	Giuliano Guandalini	• Ironia e sarcasmo • Fragilidade Política • Economia
2016	2.467	02/03/2016	9	MARÇO	“Acarajé na campanha”	Daniel Pereira	• Ironia e sarcasmo • Crise política governamental • Corrupção
2016	2.473	13/04/2016	10	ABRIL	“Dilma em liquidação”	Rodrigo Rangel, Robson Bonin e Daniel Pereira	• Crise política governamental • Corrupção
2016	2.474	20/04/2016	11	ABRIL	“Fora do baralho”	Daniel Pereira e Robson Bonin	• Fragilidade política • Impeachment • Corrupção
2016	2.477	11/05/2016	12	MAIO	“Tchau querida, tchau”	Thais Oyama	• Ironia e sarcasmo

					querido"		• Fragilidade política • Impeachment
2016	2.494	07/07/2016	13	SETEMBRO	Impeachment Dilma	Mariana Barros	• Impeachment